



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Quando o eu e o tu falam sobre o aborto das outras:

Uma análise dos discursos em audiências públicas interativas no Senado

Jaqueline Coêlho Suassuna

Brasília - DF

2016



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Quando o eu e o tu falam sobre o aborto das outras:

Uma análise dos discursos em audiências públicas interativas no Senado

Jaqueline Coêlho Suassuna

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestra em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Maria Izabel Santos Magalhães

Brasília – DF

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pela autora.

Sq Suassuna, Jaqueline Coêlho Quando o eu e o tu
falam sobre o aborto das outras: Uma análise dos
discursos em audiências públicas interativas no
Senado / Jaqueline Coêlho Suassuna; orientador
Izabel Magalhães. -- Brasília, 2016.
122 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) -
Universidade de Brasília, 2016.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Aborto. 3. Senado
Federal. 4. Gênero. 5. Linguagem. I.
Magalhães, Izabel, orient. II. Título.

Quando o eu e o tu falam sobre o aborto das outras:

Uma análise dos discursos em audiências públicas interativas no Senado

Jaqueline Coêlho Suassuna

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestra em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Izabel Santos Magalhães (Orientadora/ Presidente)

Professora Doutora Débora de Carvalho Figueiredo (Membro efetivo externo)

Professora Doutora Juliana de Freitas Dias (Membro efetivo interno)

Professora Doutora Viviane Cristina Vieira (Membro suplente)

À criança e à mulher que existem em mim.
Ao Rodrigo, cujo sorriso me guiou até a conclusão
deste trabalho.

Agradecimentos

Às minhas mãe e avó, minhas ancestrais mais próximas, exemplos maiores do amor e da dor de ser mulher. Quando me encontro exaurida, lembro da força de minha mãe. Quando quero paz, me imagino no quarto de minha avó, penteando seus cabelos e ouvindo ao fundo o som do balbuciar de sua reza, às três horas da tarde. Em mesmo tom, agradeço às minhas tias e primas, cujas histórias me marcam profundamente.

Ao Rodrigo, para sempre meu grande companheiro, representação da minha boa sorte, por me apresentar o mundo e por me permitir voar. Por me acompanhar em minhas investidas, por me incentivar, por me respeitar sempre e por ser o amor mais puro e doce que vivi até então.

À família que Rodrigo me deu, Vanessa e Lourdes, que me ampararam com imenso carinho no meu retorno à Brasília. Fernando, Diana, Geórgia e Kokinho, que me ensinaram a ter fé e humildade. À minha afilhada, Clara, cujos olhos me emocionam perante a vida e a quem desejo ver florescer em amor e liberdade.

Ao meu primo Eduardo, que sempre está na primeira cadeira.

Aos amigos queridos João, Laís e Rafael, que formaram uma verdadeira força-tarefa para me auxiliar com o parto deste trabalho, dando-me casa e acreditando em mim. E em nome deles agradeço às e aos demais, que sempre estiveram aqui para mim e com as e os quais sei que posso contar. Gratidão aos de longos anos, e aos que me chegaram recentemente, pelo mestrado, Luciana e Roberta, pelo IFB, Suiane, e minhas amadas Caróis de Natal: Ahô!

À Neide que me alimentou a alma e o coração quando precisei de lar e amparo em Natal. À Laís e à Begé que me receberam como da família no quarto de sua casa, em Fortaleza, durante minha prática docente. À cozinheira do Hotel Jardim, que me fazia uma tapioca reforçada no carinho todas as manhãs e à Hosana, cujo encontro no Cineteatro São Luiz me arrebatou. À Nívea, pelos bons papos até Açu. Às mulheres que me presentearam com suas histórias.

À Carmem Jená, que me amparou no dia em que meu projeto foi recusado pela equipe do HMIB e à Viviane Resende, que me inspirou e me ouviu quando eu precisei.

À minha orientadora Izabel Magalhães, quem admiro muito, que me recebeu e me conduziu na conclusão deste trabalhado, respeitando minha autonomia e indicando bons caminhos.

*Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.*

*Vive dentro de mim
a mulher roceira.
– Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos.*

*Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fado.*

*Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida –
a vida mera das obscuras.
(Cora Coralina)*

Resumo

Esta dissertação resulta de uma pesquisa que tem como finalidade a investigação dos discursos sobre a descriminalização do aborto no ambiente das audiências públicas interativas do Senado Federal sobre a Sugestão nº 15, de 2014, que “Regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde”, enfatizando a percepção que os participantes têm das mulheres e de seus corpos nas práticas de interrupção voluntária da gravidez. Investiga-se aqui como o “eu” desses discursantes percebe as mulheres envolvidas na prática de aborto e como esses discursos revelam as relações de poder presentes no contexto dessas audiências. O *corpus* objeto desta análise compõe-se de discursos de todos os participantes com direito de fala nas três primeiras audiências públicas interativas do Senado Federal. A análise baseia-se principalmente nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica, incluindo como suporte teórico metodológico as categorias propostas pela Linguística Sistêmico-Funcional, os modos de operação da Ideologia, e oferece também um estudo sobre a trajetória textual com base nos Novos Estudos de Letramento. A relevância social de uma pesquisa sobre abortamento está intrinsicamente ligada a questões de gênero, mais especificamente, pelo papel da mulher na sociedade, e o abortamento é entendido neste trabalho como uma conduta social e não de um indivíduo. Os resultados desta pesquisa revelam que, apesar do caráter interativo, as audiências não configuram necessariamente um espaço democrático. O protagonismo da linguagem e o potencial de textos agirem como agentes sociais convidam para o estudo aprofundado sobre o foco reprodutivo e transformacional desses textos nas hibridações das práticas sociais atuais. Observou-se que os discursos, em suas afirmações morais polarizadas revelam o contraste entre as identidades dos participantes e a representação que fazem das “outras”. Ao adotar a estratégia de seleção de “pontos críticos” do discurso, foi possível perceber que os maiores pontos de conflito entre os discursantes versavam sobre o maternar como destino natural das mulheres e sobre as questões ligadas ao conceito de vida e de morte. Além disso, os discursos, em sua maioria, não reconhecem as mulheres como atores morais completos e agem como reguladores de seus corpos e de seus projetos de vida.

Palavras-Chave: Análise de Discurso Crítica; Aborto; Senado Federal; Gênero; Linguagem; Identidade.

Abstract

This dissertation is the result of a research aimed at investigating discourses on abortion decriminalization in the context of Brazilian Federal Senate's public interactive hearings on Suggestion number 15, of 2014, which regulates voluntary discontinuance of pregnancy within the first twelve weeks of gestation in federal public health system. It emphasizes public hearing members' perception of women and their bodies, concerning practices of voluntary discontinuance of pregnancy. It is studied here how the "I" of those discourses perceives women involved in abortion practice and what those discourses reveal about power relations in the context of those hearings. The corpus of this analysis consists of discourses of every member exercising her right to speak in the first three interactive Federal Senate's public hearings. Analysis is based mainly on assumptions from Critical Discourse Analysis, including concepts proposed by Systemic-Functional Linguistics as theoretical and methodological support and including ideology's modes of operation. It also provides a study of text trajectory based on New Literacy Studies. The social relevance of a research on abortion is essentially connected to gender issues, specifically to the role of women in society. Abortion is understood here as a social conduct, not an individual one. Research results reveal that, despite of the interactive feature of the hearings, they do not necessarily figure as a democratic field. Language agency and the potential of texts to act as social agents have led to a deepened study on the reproductive and transformational focus of those texts in the hybridization of current social practices. It was observed that discourses, in their polarized moral statements, reveal the contrast of members' identities and their representations about the "others". Adopting the strategy of selecting critical points in the discourse, it was possible to notice that the most significant points of conflict involving discourses regarded mothering as women's natural fate and issues related to the concepts of life and death. Moreover, members' discourses do not recognize women as complete moral actors and act as regulators of their bodies and life projects.

Keywords: critical discourse analysis, abortion, Brazilian Federal Senate, Gender, Language, Identity.

Sumário

Capítulo 1 Introdução	1
1.1 Justificativa.....	3
1.2 Aborto no Brasil	10
Capítulo 2 Análise de Discurso Crítica e aborto no Brasil.....	14
2.1 Análise de Discurso Crítica	14
2.2 Linguagem, gênero e identidade.....	18
Capítulo 3 Trajetória textual da Sugestão nº 15	23
3.1 Letramentos e prática social na tramitação da Sugestão nº15	24
Capítulo 4 “Quem são o Eu e o Tu”: Os participantes das audiências públicas interativas .	37
4.1 Movimentos sociais	42
4.2 Parlamentares.....	44
4.3 Pesquisadoras	49
4.4 Médicos	53
4.5 Falas individuais	56
4.6 Atores do poder judiciário	59
4.7 Religiosos	62
4.8 Representante do Conselho de Psicologia	65
Capítulo 5 Análise dos discursos.....	69
5.1 “Maternidade é uma lei natural” versus “filho é um projeto de vida”	71
5.2 Cultura da morte x Cultura da vida	82
Considerações Finais	94
Referências	99
Anexo 1: ideia legislativa n. 29.984	104
Anexo 2: análises preliminares dos discursos das audiências públicas sobre a sugestão n. 15	106

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

O aborto é um assunto polêmico que suscita opiniões diversas e tomadas de posição muitas vezes radicais. Apesar de ser abominado por muitos, principalmente pelos grupos religiosos cristãos e pelos que se intitulam “pró-vida”, é muito comum que, não tendo experienciado o aborto por si mesma, ou ao menos considerado a alternativa diante de uma possível gravidez indesejada, que conheçamos alguém que já o tenha realizado, ou alguém que conheça alguém que o tenha feito. Essa discussão, muitas vezes passional, envolve aspectos legais, morais, religiosos e culturais, e são esses mesmos aspectos da discussão que inibem muitas mulheres de declararem seus abortamentos, o que dificulta o cálculo da sua dimensão. Para o Ministério da Saúde, “o abortamento representa um grave problema de saúde pública, com maior incidência em países em desenvolvimento, sendo uma das principais causas de mortalidade materna no mundo, inclusive no Brasil” (BRASIL, 2011, p. 7). A Norma Técnica “Atenção Humanizada ao Abortamento”, de 2011, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, também entende as mortes por abortamento como problema de saúde pública e completa, com estimativas da Organização Mundial da Saúde, que metade das gestações é indesejada, e que uma em cada nove mulheres recorre à interrupção voluntária da gravidez, ressaltando o abortamento como prática comum. Segundo dados do Ministério, “o abortamento resulta de necessidades não satisfeitas de planejamento reprodutivo, envolvendo a falta de informação sobre anticoncepção, dificuldades de acesso aos métodos, falhas no seu uso, uso irregular ou inadequado, e/ou ausência de acompanhamento pelos serviços de saúde.”. Destacando que, “ para muitas mulheres, a gestação que motiva o abortamento resulta de violência sexual, seja por desconhecido, seja cometida pelo parceiro ou outro membro em âmbito doméstico e/ou intrafamiliar” (BRASIL, 2011, p. 8).

A presente dissertação estuda e analisa os discursos sobre aborto em audiências públicas interativas do Senado Federal, enfatizando a percepção que se tem das mulheres e seus corpos nas práticas de interrupção voluntária da gravidez. Procura-se avaliar em que medida esses discursos são mais ou menos influenciados pela identidade moral dos debatedores das audiências e por outros fatores. As audiências que são objeto da pesquisa dizem respeito à sugestão nº 15, de 2014 (SENADO FEDERAL, 2015b), que "Regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde". A sugestão, oficializada em 4 de dezembro de 2014, decorre de uma proposição oriunda da sociedade civil, que chegou aos trâmites legislativos por meio do Portal e-Cidadania, tendo

recebido o endosso de mais de 20.000 assinaturas de cidadãos. A lei sugerida cria um protocolo de atendimento àquelas que desejam abortar por parte do Sistema Único de Saúde, de modo que: “Somente o aborto realizado nos termos desta lei será descriminalizado no Brasil” (SENADO FEDERAL, 2015b).

O contexto das audiências é, portanto, o de criminalização do aborto. No Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), sob o título I – Dos Crimes Contra a Pessoa, Capítulo I – Dos Crimes Contra a Vida, entre os artigos 124 e 128, o aborto é considerado crime contra a vida humana, desde 1984, e quem o pratica, segundo este estatuto, é passível de detenção, sendo o aborto praticado tanto com o consentimento ou não da mulher, diferindo apenas na duração da pena. No Brasil, o aborto só não é caracterizado como crime quando praticado por médico em três possíveis situações: (a) quando a mulher corre risco de morte por causa da gravidez, (b) gravidez em caso de estupro e (c) em casos de feto anencefálico.

Para os propósitos desta pesquisa, mais importante do que os trâmites processuais legislativos, são fundamentais as percepções que os discursantes têm das mulheres envolvidas na prática de aborto. Secundariamente, alguns fatores podem ser avaliados como importantes na formação dessas representações, como, por exemplo, a crise das identidades dos envolvidos no debate, a polarização do debate entre aqueles que são contrários e os que são favoráveis à interrupção voluntária da gravidez, a visão binária de mundo dos participantes, as relações de poder presentes, entre outras causas. Frequentemente, o grupo favorável à liberalização é identificado com os movimentos sociais feministas, ao passo que a posição contrária ao aborto é associada a instituições de cunho religioso, especialmente as vertentes cristãs que predominam no Brasil. Contudo, por meio das análises dos discursos dessas posições políticas é possível identificar, com maior precisão, quem são as mulheres cujas identidades são construídas pela fala dos atores políticos que possuem a prerrogativa de discursar nessas audiências.

O *corpus* objeto desta análise compõe-se de discursos das três primeiras audiências públicas interativas do Senado Federal. As principais questões que se colocam para essa pesquisa são: como o aborto aparece nos discursos dos participantes nas audiências? Como as mulheres envolvidas na prática de interrupção voluntária da gravidez são percebidas pelo “eu” do discursante nas audiências? O que estes discursos constroem sobre a relação de poder entre os que discursam (representantes) e os objetos do discurso (representados) sobre a liberalização do aborto?

1.1 Justificativa

Os discursos sobre aborto têm ganhado visibilidade em função dos debates, na arena política, ao redor da tramitação do projeto de lei 478/2007, conhecido por Estatuto do Nascituro (CÂMARA FEDERAL, 2007). O Estatuto do Nascituro é o texto jurídico que incitou a discussão mais recente na esfera civil acerca da liberalização ou não do aborto. O Estatuto pretende ser uma carta de direitos em proteção ao feto, no período pré-natal. Esse é um dos principais pontos de conflito entre os discursos pró e contra a liberalização do aborto no Brasil: a proibição do aborto mesmo em casos permitidos pela lei, como quando a mulher é vítima de estupro, quando a vida da gestante é colocada em risco devido à gravidez e ainda nos casos de feto anencefálico. No desenrolar deste debate, em 2012, o Senado Federal propôs a reforma do Código Penal, que retira de seu texto o aborto como um dos crimes contra a vida, descriminalizando esta prática. Em 2014, chega ao Senado a Sugestão nº 15, pela descriminalização parcial da interrupção da gravidez, a dar ainda mais visibilidade a essa discussão. Em 2015, o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), presidente da Câmara dos Deputados na época, propôs o Projeto de Lei 5069/2013, que, entre outros pontos, prevê que as vítimas de estupro só recebam atendimento médico após serem examinadas e atestarem violência sexual, e impede a utilização de medicamentos que possam causar aborto, fomentando a discussão sobre o tema principalmente no que se refere a concepção de estupro e sobre a possibilidade de a pílula do dia seguinte ser considerada um medicamento abortivo. Ainda que esses discursos tenham ganhado notoriedade com a tramitação do projeto de lei em questão, o aborto não está no rol de temas polêmicos apenas recentemente e nem se restringe às discussões na esfera legislativa e judiciária. Desde o início das pesquisas que originaram este trabalho, pelo menos quatro casos polêmicos de mortes de mulheres por aborto clandestino foram noticiados em jornais de grande porte, entre as vítimas, Elisangela Barbosa, 32 anos, Tatiana Camilatto, 31, Caroline Souza, 31, Jaíssa Ravena Silva Oliveira, 13, e Jandira Magdalena dos Santos, 27 (CORREIO WEB, 2016). Além disso, há sempre alguma conhecida que tenha realizado aborto -quando não nós mesmas, e há sempre alguém que tenha alguma opinião formada sobre o assunto e, na maioria das vezes, o julgamento é passional, sustentado por crenças, valores, desejos e acompanha falas emocionadas. Trabalhar com o tema aborto tem deixado cada vez mais claro para mim o quanto se trata de um tema sensível e inquietante, pois, além dos meus próprios questionamentos, há sempre algum tipo de tensão a ser experimentada ao anunciar a escolha deste tema como projeto de pesquisa.

A ideia de propor uma pesquisa sobre as relações discursivas sobre o aborto surgiu ao longo dos meus estudos sobre ideologia e alteridade nos discursos sobre aborto, tema do meu primeiro trabalho com Análise de Discurso Crítica, um artigo elaborado como trabalho final da disciplina “Introdução à Análise do Discurso”, cursada durante minha graduação na UnB, em 2013, que, alimentado pela mesma ânsia de posicionamento frente ao tema, teve como *corpus* de análise discursos polarizados de blogs de opinião. Neste primeiro trabalho, lembro-me que me sentia bastante confusa quanto ao lado que tomaria no debate, e o que me tranquilizava era a sensação de que seria bom para uma pesquisadora uma postura de neutralidade frente a seu objeto. No entanto, com o passar do tempo e dos trabalhos, a minha posição se tornou cada vez mais presente e passei a entender que a neutralidade não seria alcançável no meu trajeto acadêmico da maneira que eu acreditava no início. O primeiro artigo não foi suficiente para me possibilitar essa tomada de posição, pois ainda me sentia ligada a questões morais e desconhecia o quão profundo e complexo era o tema. Após o primeiro trabalho, continuei minhas análises como projeto de iniciação científica, dessa vez pautada no Projeto de Lei 478/2007 (CÂMARA FEDERAL, 2007), no Requerimento do deputado pastor Marco Feliciano, de 2013 (BRASIL, 2013), que trouxe à tona a discussão pública sobre o tema naquele ano, e no depoimento das deputadas Luiza Erundina e Erika Kokay, contrárias ao Estatuto do Nascituro. Com mais esse artigo, que apresentei em formato de pôster e publiquei nos anais da 25ª Jornada Nacional do GELNE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste, pude perceber que a ausência de alteridade é realmente um traço forte e significativo. Além disso, identifiquei o uso de operações da ideologia, com o intuito de negar a fala do outro e traços instigantes sobre a representação dos atores sociais. Essas particularidades são alguns dos principais motivos de ser tão complicado encontrar um ponto em que os discursos desses grupos não sejam tão arbitrários moralmente. Todavia, ainda sentia falta de uma perspectiva que ouvisse e levasse em consideração as pessoas envolvidas diretamente no processo de aborto, ou seja, as mulheres que consideram a possibilidade de abortar na prática e as pessoas que trabalham com elas.

Como projeto de ingresso no mestrado, propus uma pesquisa etnográfica textualmente orientada no serviço de abortamento legal do SUS, no Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB. Cheguei a realizar uma primeira visita ao hospital, na qual me apresentei e pude conhecer as pessoas que estavam à frente do programa, e, apesar de terem me recebido e passarmos uma tarde conversando sobre o serviço, sobre o meu projeto e sobre as fragilidades do tema, a coordenação do serviço não aceitou a presença de pesquisadores naquele ambiente em que eles mesmos consideravam estruturalmente frágil. A negação da realização da pesquisa

dentro do programa frustrou-me bastante e levei um tempo para me recompor e conseguir reelaborar meus objetivos. A tarde que passei no HMIB foi de grande importância para mim, apesar da recusa. Lembro-me da sensação de adentrar a sala de paredes brancas, com espaço limitado para as duas profissionais que trabalhavam ali e com uma grande porta de vidro, que separava a última sala de um corredor de um hospital materno e infantil. Apesar de pequena, a sala possuía alguns objetos de decoração que proporcionavam um aspecto um pouco mais agradável ao espaço que considero fisicamente inapropriado por não oferecer às mulheres atendimento mais reservado.

Além da fragilidade física e estrutural, foi-me informado que aquele serviço atendia não só as mulheres do Distrito Federal e Entorno, mas, também, mulheres de outros Estados, como Minas Gerais, Goiás e Bahia, o que potencializava a preocupação das profissionais, pois uma pesquisa que levantasse um viés negativo sobre o atendimento poderia impossibilitar a sua realização. Segundo a profissional que me recebeu, e percebendo nela falas que procuravam me assustar para a realidade do ambiente, uma pesquisadora de mestrado não está preparada para as realidades que surgem naquele contexto, como, por exemplo, ouvir relatos de mulheres que chegam arrasadas, algumas “rasgadas da vagina até o ânus”¹, além disso, segundo ela, as contrapartidas positivas que uma pesquisa acadêmica poderia trazer não seriam suficientes para valer o risco dos efeitos negativos que ela potencialmente oferece. Uma palavra (e as variações desta) que foi repetida pela profissional várias vezes em diferentes momentos da conversa e que me chamou atenção foi “melindre”, que em algumas vezes era sinônimo de vergonha, e em outras possuía uma conotação negativa que remetia a artificialidade. Na maioria das vezes em que essa palavra foi utilizada, ela era empregada como um adjetivo que qualificava as mulheres que procuravam atendimento. Na tarde da conversa, soube também que as mulheres que procuravam atendimento não precisavam necessariamente de um boletim de ocorrência ou exame legal que atestasse que elas haviam sofrido uma violência sexual. As profissionais me relataram que elas não têm como prática duvidar de uma mulher que procura o serviço e que se diz vítima de estupro. Porém, é parte de sua rotina de trabalho averiguar se o feto que a mulher está gestando é realmente fruto da violência que ela sofreu ou se provém de uma gravidez indesejada de um outro ato sexual não criminoso. Segundo a entrevistada “é quase um trabalho de detetive”, totalmente baseado na análise das informações trazidas pela mulher em

¹ As informações apresentadas nesta sessão e as expressões entre aspas foram coletadas durante a visita ao Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB, realizada no dia 24 de junho de 2015, e registradas posteriormente em caderno de campo.

atendimento. Os sinais de desconfiança, os relatos de suspeitas e de descoberta de “mulheres que forjaram terem sido vítimas de violência sexual para ter acesso ao serviço de abortamento” e a classificação das mulheres em atendimento como “melindrosas”, reforçou a minha impressão, agora já não mais baseada apenas nos aspectos físicos da sala de atendimento, de que não possuímos um serviço de abortamento legal humanizado que atenda o Distrito Federal e adjacências. Outro ponto importante de ressaltar é que as taxas de aborto no serviço legal são bem baixas devido ao tempo dos trâmites que pode ultrapassar a data limite para a realização do abortamento, e da decisão dos profissionais envolvidos no processo de escolha.

Assim, em uma nova tentativa de projeto, chamaram-me a atenção os problemas de como essas mulheres são percebidas e representadas nos discursos daqueles que se propõem a falar por elas, e, sob essa nova perspectiva, este novo trabalho foi desenhado e concebido. A frustração de não conseguir ouvir as mulheres me acompanhou durante o primeiro ano de realização deste trabalho, mas, findado 2015, muitas mulheres chegaram até mim das mais variadas formas e eu pude perceber que há uma teia silenciosa que as conecta. As mulheres nunca estão verdadeiramente sozinhas, e não é diferente com as que já abortaram ou com as que já consideraram a opção de aborto. Conheci mulheres maduras que me disseram amar ser mãe, mas que já abortaram depois dos primeiros filhos nascerem. Conheci mulheres jovens que passaram a desejar a maternidade depois de recorrerem a um abortamento. Conheci mulheres que tiveram medo de morrer porque não conheciam os efeitos colaterais de um aborto clandestino e que não sabiam a quem pedir ajuda de imediato. Conheci mulheres que nunca engravidaram, mas que sabiam preparar chás e sabiam a quem ligar caso outra mulher precisasse. Conheci mulheres que vendiam ervas e comprimidos como uma forma de desobediência civil por não acharem justo que outras mulheres recorressem a métodos mais agressivos. Conheci mulheres religiosas que abortaram e que já se sentiram mais culpadas quando jovens, mas que não tinham dúvidas de que não cabia melhor opção na época. Conheci mulheres religiosas jovens que decidiram abortar legalmente em países que permitiam a prática. Conheci mulheres que abortaram legalmente em outros países, mas que se sentiam punidas pela vida devido a escolha. Conheci mulheres que não abortaram, mas que passaram a compreender melhor as possibilidades de aborto depois que engravidaram. E, assim, percebi que minha pesquisa de mestrado iria além do escrito aqui e envolvia abertura para o que é dito no silêncio da ilegalidade.

Durante a produção desta dissertação, desenvolvi alguns outros artigos sobre abortamento sob outros recortes. Apresentei um artigo intitulado “A mídia brasileira e a opção de aborto” no XI Congresso Internacional da ALED, na Argentina, em que analisei a representação que quatro veículos jornalísticos online fizeram sobre um caso de pedido de liberação para abortamento por uma menina de 10 anos que fora estuprada pelo padrasto no Paraguai. Durante o curso da disciplina “História Cultural, Memórias e Identidades”, no Programa de pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, tive um encontro novo com os feminismos, que me possibilitou entender que não era mais a neutralidade que eu buscava, mas a descoberta da academia como meio para a militância e o empoderamento feminino, motivada pela percepção do desempoderamento que as mulheres que recorreram ou podem vir a recorrer ao abortamento sofrem. E, nesse encontro, a descoberta de que o aborto é, apesar de inegavelmente uma questão feminina, uma questão social e que deve envolver um questionamento não apenas sobre o que é ser mulher, ou sobre a escolha consciente e pessoal sobre a maternidade, sobre um planejamento de vida, mas também um questionamento de toda uma sociedade, como defendido por Motta (2008, p. 682) quando escreve: “Assim, são culpabilizados mulheres e indivíduos por uma prática que é social e coletiva. Não são “mulheres” que fazem abortos, é a sociedade brasileira que produz abortos”.

Os estudos sobre o aborto têm ganhado notoriedade científico-acadêmica e a Universidade de Brasília é palco institucional de pesquisas de renome, como a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) realizada sob coordenação dos professores doutores Debora Diniz e Marcelo Medeiros, pesquisadores da UnB e do instituto de pesquisa Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. A PNA é referência nos estudos sobre aborto e é citada por vários participantes das audiências públicas investigadas neste trabalho, inclusive pelos que são contrários. A própria Débora Diniz está presente na audiência pública do dia 6 de agosto de 2015, e tem sua fala analisada nesta dissertação. A sua relevância científica se dá tanto pelo rigor e pioneirismo no levantamento dos dados, utilizando-se de uma técnica de urna que possibilitou o anonimato das entrevistadas, quanto pelos resultados inovadores trazidos pela pesquisa, que se sobressaem em três pontos principais: (a) a pesquisa revela que o aborto não é realizado principalmente por adolescentes, ao contrário do que se é difundido, (b) as mulheres de menor escolaridade são as que mais recorreram à interrupção da gravidez, dado que pode ser relacionado a questões de letramento como prática social, e (c) a maioria das interrupções foi realizada por católicas, seguidas de protestantes e evangélicas e, por último, por mulheres de outras ou sem religião. No trabalho intitulado “Aborto e Saúde Pública, 20 anos de pesquisas

no Brasil”, que permite traçar um perfil das mulheres que abortaram em 20 anos em grandes cidades brasileiras, as mulheres que abortam são definidas como “Predominantemente, mulheres entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, as quais abortaram com misoprostol” (DINIZ, 2008, p. 8).

A professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Flávia Biroli, questiona a invalidação da condição das mulheres como indivíduo de maneira jurídica e política nas sociedades em que a criminalização do aborto possui bases religiosas. Ao defender o direito ao aborto como um direito de cidadania, e a importância de se ampliar o debate à consideração dos direitos das mulheres como indivíduos e a inclusão de sua posição social como fator de tensão à noção abstrata de indivíduo, mostrando que o grau de autonomia das mulheres é diferente dependendo das formas de controle a que estão expostas, a pesquisadora ressalta que “a afirmação da autonomia das mulheres para decidir sobre a interrupção da gravidez é, assim, algo que toca em questões que não se restringem ao aborto, mas ao funcionamento da democracia, aos espaços e formas da regulação do Estado, às hierarquias e formas toleráveis da dominação, aos direitos individuais e à relação entre todas essas questões e o princípio da laicidade do Estado” (BIROLI, 2014, p. 42).

A relevância social de uma pesquisa sobre abortamento está intrinsicamente ligada a questões de gênero, mais especificamente, pelo papel da mulher na sociedade. Ao estudar gênero, como uma categoria feminista de análise, é possível abarcar vários outros recortes sociais como raça, classe e sexualidade (FIGUEIREDO, 2009). Por isso, o direito de aborto, categoria também governada por oposições binárias, apresenta-se a mim como lugar de variável social abrangente, pois abortar é constantemente ligado à noção de negação da maternidade, ou melhor, à negação da natureza feminina. Além de ser um problema de saúde pública, a criminalização do aborto afeta diretamente as mulheres marginalizadas dentre os recortes sociais. Duas dissertações de mestrado sobre abortamento foram defendidas na Universidade de Brasília, em 2015, e tangenciam os objetivos propostos neste trabalho:

- (i) A dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL), por Milena Fernandes da Rocha, intitulada “Análise discursiva crítica do movimento parlamentar pró-vida: vozes que criminalizam o aborto sentimental”, tendo como orientadora a professora Francisca Cordélia Oliveira da Silva. No trabalho da mestra, textos legislativos são analisados sob

os pressupostos da Análise de Discurso Crítica, problematizando a representação dos atores sociais envolvidos na prática social do estupro, os discursos pró-vida e a escolha de aborto em caso de estupro, e como a ideologia dos discursos legais culpabilizam e criminalizam a mulher vítima de estupro. A sua relevância a este trabalho dá-se, principalmente, ao fornecer exemplos de análises de discursos em meio político com base nas mesmas categorias analíticas propostas aqui, ainda que não contemple o mesmo objeto e objetivos, focando exclusivamente nos discursos na Câmara sobre abortos decorridos de violência sexual (ROCHA, 2015).

- (ii) A dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política, por Rayani Mariano dos Santos, intitulada “O debate parlamentar sobre aborto no Brasil: atores, posições e argumentos”, que teve orientação da Professora Flávia Milena Biroli Tokarski. O trabalho mapeia o debate sobre o aborto na Câmara dos Deputados entre os anos de 1991 e 2014 e permite a observação da influência da mobilização político-religiosa nos discursos sobre o tema, apontando uma ênfase no direito de vida do feto e uma ausência de autonomia das mulheres no debate. Além disso, a pesquisa mostra que os atores religiosos ganham destaque na discussão na Câmara, em especial o deputado espírita Luiz Bassuma, também analisado neste trabalho aqui redigido, mas restringe seu corpus aos discursos políticos dentro de outra perspectiva teórico-metodológica (SANTOS, 2015).

A minha intenção com este trabalho, que representa um estudo mais profundo e maduro de minha parte, foi encontrar elementos que realcem e esclareçam sobre as relações das pessoas envolvidas nos debates das audiências públicas com aquelas que, não estando envolvidas no debate público, têm que lidar com essa questão na prática. Sendo este um projeto de militância pela valorização da mulher como sujeito livre e dotado de capacidade de escolha. Às mulheres que recorrem ao aborto é dado o lugar do silêncio, mas vozes bradam juízos de valor sobre seus corpos e vidas. Dessa maneira, foi possível perceber o que a linguagem nos revela sobre a relação entre atores com poder de fala e aquelas sobre quem eles falam. E como o discurso, como momento da prática social, pode ser instrumento de manutenção ou criação de relações de poder.

1.2 Aborto no Brasil

As falas dos convidados das três primeiras audiências públicas interativas do Senado Federal são aqui entendidas como discursos que permitem o acesso às representações das mulheres envolvidas na prática de abortamento. Segundo Foucault (2012, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”, ou seja, o discurso envolve relações de poder, cujas consequências são parte importante da vida social.

Três personagens masculinos que estão presentes entre os participantes dessas audiências e que se posicionam sobre o assunto são o médico, o religioso, e o homem da lei. Friso a presença dessas figuras masculinas, pois a maioria dos participantes das audiências estudadas é composta por mulheres, e, quando há a presença de um convidado masculino, ou ele é representante religioso, ou médico, ou legislador. Sublinho essa participação, pois essas figuras são as mesmas que tiveram papel importante na produção das representações da mulher como objeto de procriação, satisfação dos desejos ou extrema obediência e servidão ao patriarca no Brasil colonial. Ademais, outros estudos revelam que o advento da ciência médica ocidental, como estudo positivista e território majoritariamente masculino, contribuiu para a sustentação de uma relação desigual de poder, em que o sujeito masculino erudito passou a negar e desqualificar os sujeitos pertencentes aos saberes ligados à reprodução humana. Como defendido por Dias (2015, p.69) ao apresentar uma reflexão histórica do nascimento: “A mitologia grega nos apresenta algumas pistas sobre a entrada masculina no parto, elucidando um possível sentimento de despeito pela supremacia do ‘gerar’, do ‘gestar’ e do ‘parir’ – capacidades inatas do feminino.”. Del Priore (1993) inscreve a questão do aborto na história do Brasil no quadro da colonização, para que possamos entender a política de ocupação da colônia que incentivava o controle do Estado e da Igreja Católica, o povoamento da terra brasileira por mulheres honradas, e a imposição do matrimônio. Uma vez que o foco era o povoamento, o aborto era considerado uma forma de controle demográfico fortemente desaprovada tanto pelo Estado como pela Igreja. O aborto era associado a um problema das relações extraconjugais, e, por mais esse motivo, altamente reprovado, ao passo que o elogio à mãe que nunca abortara era incentivado. “O aborto era um pecado contra o corpo, mas sobretudo contra Deus”. (DEL PRIORE, 1993)

Pedro (2003) fala sobre o arquétipo da mulher imaculada, do ventre sagrado, que era evocado nos sermões do arcebispo Joaquim Gomes d’Oliveira, em 1860, em que imagens de

mulheres honestas, merecedoras de um casamento e que seriam capazes de gerar filhos legítimos era colocada em contraste à imagem das mulheres envolvidas com aborto. A romantização da mulher perpassa a atuação das instituições que atuam com maior poder de regulação do corpo das mulheres: a medicina e o direito.

A medicina dizendo o que é certo ou errado, saudável ou patológico, e criando a figura do ‘instinto maternal’ ou ‘amor materno’, a partir do século XVIII. O direito criando regras e leis a partir das definições produzidas pela medicina e admitidas como verdades” (VILLELA; BARBOSA, 2011, p. 22).

Essa concepção romântica de feminilidade submete a sexualidade da mulher à maternidade e ao casamento, construindo o ideal de instinto maternal feminino e propensão ao amor que deve ser alcançado por todas as mulheres. Correntes conservadoras se apoiam na preservação de um modelo de família burguesa formado a partir do século XVIII com o surgimento do modo de produção capitalista e da transferência ao Estado do poder político-econômico que era da Igreja, atribuindo às mulheres um papel de subordinação aos homens como “um requisito essencial para a manutenção dos laços familiares e de desenvolvimento social harmônico” (VILLELA; BARBOSA, 2011, p. 24).

Para Gilberto Freyre (2002), a diversificação moral criada pela urbanização e pela europeização criou figuras dominadoras que competiram com a do patriarca. No pensamento de Freyre, o aparecimento de personagens como o médico de família, o padre confessor e o padre professor aparentemente não corresponde ao fim ou à atenuação das hierarquias patriarcais, mas apenas a uma diversificação dos ocupantes do papel dominante, antes exclusivo do patriarca. Ou seja, essas figuras, ainda hoje presentes, assumem um papel de representantes legitimados a falar sobre um tema primordialmente feminino, e sobre qual decisão as mulheres devem tomar sobre seus corpos e direitos reprodutivos.

Durante o governo de Getúlio Vargas foi criado o atual Código Penal, e nele o aborto é considerado Crime contra a Vida, mas Pedro (2003) encontrou processos judiciais e inquéritos policiais instaurados contra mulheres em Florianópolis entre 1900 e 1950. Na década de 1950 os mesmos corpos femininos que eram controlados para a manutenção da família legítima, passam a ser os responsáveis pela explosão demográfica, e outro tipo de controle surge. “Assim os corpos que só devem procriar filhos legítimos são diferentes daqueles que podem ameaçar o mundo com a superpopulação” (PEDRO, 2003). Influenciando as imposições sobre quem pode

ter filho, com quem, e quando. Cria-se, com isso, uma série de requisitos que uma mulher deve obedecer para estar apta a ser mãe e, em contrapartida, o fácil não enquadramento nesses tantos requisitos influencia a desvalorização das mulheres enquanto indivíduos.

De maneira mais geral, pode-se dizer que existem dois principais discursos históricos sobre gênero no Brasil e que estão marcadamente presentes nas audiências públicas analisadas. De acordo com Magalhães (2009), esses discursos são: o discurso tradicional, baseado no “controle exercido pelos homens sobre as mulheres” (p.719), e o discurso emancipatório, que não é apenas uma contraposição àquele, mas um mosaico discursivo que envolve alguns elementos do discurso tradicional, mas, sobretudo, os discursos de liberação da mulher e de valorização da diferença e do protagonismo histórico das mulheres. Nas audiências públicas interativas analisadas nesta dissertação, foi possível perceber o discurso tradicional defendendo a manutenção da criminalização do aborto e o emancipatório a frente do movimento de descriminalização. O primeiro, historicamente baseado na aliança entre Estado e Igreja Católica, encontra defesa em discursos religiosos de outros matizes como o espírita e o evangélico, mas ainda investido na manutenção de papéis de gênero hierárquicos. Sobretudo, o discurso tradicional se caracteriza por enunciados agressivos à mulher (MAGALHÃES, 2009), como será possível depreender das análises feitas neste trabalho de falas que a criminalizam pelo aborto e que a culpabilizam por possíveis violências sexuais sofridas.

No contexto das audiências públicas interativas, que discutem a Sugestão nº15, o discurso da igreja, o da medicina e o do direito tomam lados diferentes. Ainda que haja participantes médicas do grupo contrário à interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana de gestação, o representante do Conselho Federal de Medicina (CFM), Henrique Batista e Silva, presente na primeira sessão, demonstra o posicionamento favorável à Sugestão, por parte do CFM, amparado em argumentos que buscam privilegiar a autonomia e os direitos humanos da mulher. Essa posição favorável acontece por meio de discursos mais tímidos, em sua maioria, em comparação aos que se declaram contrários. Sustento a hipótese de que essa quase timidez em se declarar favorável à interrupção voluntária da gravidez se dê por dois motivos: primeiro, porque à lógica cristã do aborto como pecado uniu-se a caracterização do aborto como crime de infanticídio desde meados de 1900 (PEDRO, 2003.), e segundo, porque o discurso contra o aborto servia de censura para alertar e constranger quem o poderia defender. “Tornava-se audíveis tanto a repressão contra a prática deste tipo de controle malthusiano quanto o elogio à

mãe que nunca abortara, pois que seu fruto crescia à sombra de uma ligação legítima, tal como projetado pelo Estado e a Igreja” (DEL PRIORE, 1993).

Ao contrário do que sugerem as discussões levantadas, a Sugestão nº 15 que defende a interrupção voluntária da gravidez não se pauta sob aspectos morais envolvendo a prática de aborto, mas a descriminalização desta. Ou seja, a questão levantada pelo texto não é se nós, como sociedade, devemos ser a favor ou contra a prática de aborto, e sim se uma mulher que decide não continuar uma gravidez indesejada, possa não só receber atendimento público de qualidade, mas que sobretudo não responda criminalmente pelo ato.

CAPÍTULO 2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E ABORTO NO BRASIL

2.1 Análise de Discurso Crítica

Para atender aos objetivos propostos, esta dissertação apoiou-se, sobretudo, no referencial teórico da Análise de Discurso Crítica (ADC), que entende o discurso como um momento da prática social e enfatiza os modos de operação da ideologia como categorias de análise. Adicionalmente, o trabalho recorre a categorias diversas, como representação de atores sociais, gênero e identidade, que ajudam a entender as especificidades do objeto de pesquisa.

De modo a problematizar as relações de poder nos discursos sobre a liberalização do aborto, a pesquisa recorre à Análise de Discurso Crítica, teoria científica interdisciplinar que estuda a linguagem como prática social, entendendo o discurso como uma parte dessa prática. É considerada uma continuação da Linguística Crítica (LC), elaborada na década de 1970, por pesquisadores da Grã-Bretanha (MAGALHÃES, 2005) e oferece suporte científico para questionamentos de problemas sociais relacionados a poder e justiça (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.12), tal como a discussão legislativa sobre a legalização do aborto. Para a ADC, os textos estudados oferecem pistas para a compreensão das práticas sociais e, como ciência crítica, preocupa-se com os efeitos ideológicos destes textos sobre as relações sociais.

Os discursos, uma vez que operam e constroem relações de poder, manifestam ideologias, como afirma Fairclough (1995, p.82): “Tenho sugerido que as práticas discursivas são investidas ideologicamente na medida em que elas contribuem para sustentar ou enfraquecer relações de poder”. Para a ADC, a ideologia possui sempre um aspecto negativo, pois “de acordo com a concepção latente, é um sistema de representações que escondem, enganam, e que, ao fazer isso, servem para manter relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 75). Thompson propõe conceituar a ideologia como o sentido das formas simbólicas que estão inseridas nos contextos sociais e que serve para criar, instituir, manter e reproduzir relações de dominação. As posições dadas às pessoas e a qualificação do lugar ocupado por elas oferecem aos indivíduos diferentes graus de poder. Essas relações de poder assimétricas configuram a dominação.

Thompson apresenta, então, modos de operações gerais da ideologia, e indica algumas maneiras pelas quais eles podem estar ligados com estratégias de construção simbólica. O autor ressalta, porém, que esses modos não são as únicas maneiras de como a ideologia opera, que eles podem acontecer de maneira simultânea e reforçarem-se mutuamente, além de a ideologia

poder operar de outros modos, e, por fim, que as estratégias de construção simbólica apresentadas por ele não estão associadas unicamente com esses modos, nem são as únicas relevantes. Além de que, uma estratégia só é ideológica ou não dependendo de como a forma simbólica que ela constrói é utilizada e entendida em situações particulares. Os modos de operação da ideologia desenhados por Thompson são separados em cinco: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

A “legitimação” é o modo de operação que sustenta que uma relação de dominação é digna de apoio por ser tomada como legítima. Baseado nos tipos de fundamentos bases da legitimação traçados por Max Weber, Thompson apresenta as estratégias típicas de construção simbólica: racionalização, universalização e narrativação. A estratégia de racionalização é aquela pela qual o se constrói um raciocínio com a intenção de persuadir uma audiência de que se é digno de apoio. A estratégia de universalização consiste em fazer com que os interesses de alguns indivíduos sejam representados como interesses de todos. A exigência da legitimação também pode ser expressa através da estratégia de narrativação, que consiste em servir-se de histórias do passado, como se o presente fosse uma continuidade e parte de uma tradição “eterna e aceitável” (THOMPSON, 2011, p.83). Histórias são utilizadas para justificar tanto o exercício de poder daqueles que o possuem, como o fato dos outros não o possuírem.

Outro modo de operação da ideologia traçado por Thompson é a “unificação”, que consiste em interligar indivíduos em uma identidade coletiva, apesar de suas diferenças. Esse modo pode ser expresso em formas simbólicas pelas seguintes estratégias: padronização e simbolização da unidade. A padronização consiste na adaptação de formas simbólicas a um padrão que é usado como referência, criando uma hierarquia legitimada. A simbolização da unidade, por sua vez, une indivíduos em grupos que compartilham um passado e um futuro comum, por meio de identidade e identificação coletiva, suprimindo suas diferenças e divisões.

O modo de operação da ideologia “dissimulação” é aquele em que relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo desvio, supressão, negação ou ocultação que procura mascarar a atenção ou as relações existentes. As estratégias que expressam a dissimulação são: deslocamento, eufemização e tropo. O deslocamento é a estratégia em que um termo que é normalmente utilizado para caracterizar algo ou alguém é usado para nomear outro, e com isso, transfere conotações positivas ou negativas de um para outro. A eufemização acontece quando descrevemos ações, instituições ou relações sociais de maneira a dar um sentido positivo àquilo que redescrevemos. Uma outra estratégia da dissimulação

acontece por meio do tropo, que é o uso figurativo da linguagem. As formas mais comuns de tropo são a sinédoque (junção semântica da parte pelo todo), a metonímia (uso de um termo que toma o lugar de uma característica para se referir à própria coisa) e a metáfora (aplicação de um termo ou frase a um objeto à qual ele não pode ser aplicado literalmente), e todas podem ser utilizadas para simular e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011).

O quarto modo em que a ideologia pode vir a operar é a “fragmentação”, que é a segmentação de grupos que ameaçam de alguma forma os grupos dominantes. Suas estratégias típicas de construção simbólica são a diferenciação e o expurgo do outro. A diferenciação é aquela que foca nas diferenças dos grupos para reforçar as características que os desunem e os impedem de ser um desafio às relações de poder existentes. Na estratégia de expurgo do outro, um inimigo é criado e os indivíduos são chamados a resistir coletivamente contra ele (THOMPSON, 2011).

O quinto e último modo de operação da ideologia é a reificação, que se trata de dar um caráter permanente, natural e atemporal à uma situação histórica ou transitória, de modo a ofuscar seu caráter sócio-histórico. Esse modo opera nas seguintes estratégias de construção simbólica: Naturalização, Eternalização e Nominalização/passivização. A naturalização acontece quando uma criação social e histórica é reduzida a um acontecimento natural e inevitável. Semelhante a essa, a eternalização procura tornar acontecimentos sócio-históricos permanentes, imutáveis e recorrentes, impossibilitando o questionamento de tradições, costumes e instituições. A nominalização acontece quando sentenças ou partes de sentenças utilizadas são transformadas em nomes, e a passivização, como o próprio nome sugere, quando verbos são colocados na voz passiva. Essas duas estratégias são usadas para mudar o foco de certos temas, com o prejuízo de outros. “Representando processos como coisas, diluindo atores e ações, apresentando o tempo como uma extensão eterna de tempo presente: estas são muitas maneiras de restabelecer a dimensão da sociedade “sem história” no coração da sociedade histórica” (THOMPSON, 2011, p.89). A reificação é encontrada nos discursos das audiências públicas interativas principalmente naqueles que passivizam as mulheres, colocando-as em uma posição de vítimas sem poder de ação diante da sociedade, ao contrário do protagonismo que é sugerido em outros discursos.

Thompson sublinha que as estratégias de construções simbólicas são instrumentos com os quais formas simbólicas podem ser construídas. Essas estratégias, ao facilitar a mobilização de sentido, podem servir para sustentar ou subverter relações de dominação, mas apenas o

estudo do contexto particular em que estão inseridas pode dizer se elas realmente produzem esses efeitos.

A ADC é utilizada neste trabalho como referencial teórico e metodológico para a compreensão da manutenção das relações de poder presentes no debate acerca da liberalização do aborto no Brasil, elucidando suas posições ideológicas e as manifestações dessas ideologias na linguagem. Para Thompson (2011), “estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. O autor ressalta que alguns fenômenos ideológicos, ainda que não sejam ideológicos em si, podem ser utilizados de maneiras particulares para manter relações de dominação. A posição ocupada pelos indivíduos e as qualificações associadas a essa posição fornecem a eles diferentes graus de poder. A dominação acontece quando grupos particulares de agentes possuem poder permanente e inacessível frente a outros agentes. Esta dissertação motiva-se pelo pressuposto de que os atores envolvidos na prática do aborto, sobretudo as mulheres, não têm acesso a esse debate, pertencendo a uma realidade distante do que é debatido. Assim, nos debates sobre o aborto, essas mulheres aparecem como objetos e não como atores com poder de fala, pois, ainda que haja mulheres participantes no debate, elas não se colocam em igualdade às que já recorreram ou podem vir a recorrer à interrupção voluntária da gravidez, assumindo papel de especialistas sobre o assunto ou expectadoras do problema. Os abortos ocorrem no silêncio, e é nesse silêncio que as mulheres comungam. Indubitavelmente, pelo menos uma das discursantes dessas audiências já realizaram algum aborto, mas nenhuma foi capaz de vocalizar o ato ou assumir uma posição devido ao ambiente conservador e moralista. As ideologias desempenhariam, então, o papel de manutenção dessa exclusão.

Fairclough (2001), considera a linguagem como forma de prática social e não uma atividade individual orientada por reflexos situacionais, um dos aspectos criticados da teoria saussuriana sobre langue e parole. Em sua concepção, o discurso é socialmente constitutivo, é uma prática, e não apenas uma representação do mundo e seus efeitos constroem: (a) identidades sociais e posições de sujeitos, (b) relações sociais entre as pessoas e (c) sistemas de conhecimentos e crenças. A proposta multifuncional da linguagem proposta pela Linguística Sistêmica Funcional está ligada a essa concepção construtiva do discurso e isso faz com que a LSF seja apropriada aos estudos em ADC. A Linguística Sistêmico-Funcional entende a linguagem como um sistema semiótico baseado na gramática e organizado em níveis funcionais (semântica>léxico-gramática>fonologia) envolvidos pelo contexto. E a linguagem, como

sistema, se materializa em textos, que são um constructo de significados, ou seja, uma troca social de significados. Para a Gramática Sistêmico-Funcional, o texto realiza-se em orações, ao invés de concebê-lo como composto de orações, e a transitividade é o sistema que descreve a oração como representação - composta por processos, participantes e circunstâncias. A linguagem é apresentada como um sistema sócio-semiótico no qual a experiência é construída, e qualquer uso linguístico constituído no texto sempre está envolvido por um contexto. Fairclough reconhece a LSF como teoria “profundamente engajada com a relação entre linguagem e outros elementos e aspectos da vida social, e sua abordagem à análise linguística de textos é sempre orientada ao caráter social dos textos” (FAIRCLOUGH, 2003, p.5). Para a gramática da transitividade, o falante, por meio de suas escolhas no processo de fala, representa a sua experiência de mundo. É pela transitividade que os falantes realizam significados ideacionais na oração e nas suas escolhas lexicais e tipos de processos, nos papéis dos participantes e nas circunstâncias está representada a sua experiência de vida. Para Halliday (FUZER; CABRAL, 2010), todo enunciado é multifuncional em sua totalidade e o texto é regido por três macrofunções que atuam simultaneamente: ideacional, interpessoal e textual. Essas três macrofunções foram operacionalizadas de forma a originar os três tipos de significados propostos por Fairclough (2003), ampliando o diálogo teórico entre a Análise de Discurso Crítica e a Linguística Sistêmico Funcional: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. Fairclough sustenta a ideia de multifuncionalidade do texto e o caracteriza ao entendê-lo como parte de práticas sociais: como modo de agir, de representar e de ser.

A Linguística Sistêmico- Funcional de Halliday é utilizada nesse projeto como suporte teórico para o estudo dos discursos, para compreender melhor as escolhas de registro na linguagem que trazem à tona as relações de poder e, por meio da representação dos atores sociais, entender qual o papel ocupado pelo outro dentro do discurso. Por meio da LSF, é feita uma análise no nível funcional da oração, para embasar as análises em Análise de Discurso Crítica.

2.2 Linguagem, gênero e identidade

A categoria ideologia é sensibilizadora para a questão das relações de poder. Contudo, deve ser ressaltado que o debate sobre a liberalização do aborto envolve centralmente um tipo especial de relação de poder: a questão de gênero. Segundo Scott (1999), “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais” (p. 12). Ou seja, apropriando-se da ideia de saber de

Foucault, que é “um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela”, para Scott, “gênero é a organização social da diferença sexual” (p. 13). Gênero é, portanto, uma forma de representação social que frequentemente é também um componente ideológico, quando as diferenças sexuais refletem desigualdades de poder. Bourdieu (2009; BOURDIEU; WACQUANT, 1992) aponta a relação de poder implícita nas representações que associam o masculino a sujeito e atividade e o feminino a objeto e passividade. Pesquisas que realizei previamente apontam a presença das relações desse tipo (SUASSUNA, 2016), considerando os tópicos abarcados nos debates sobre a livre interrupção da gravidez, especialmente o direito à saúde e os direitos reprodutivos da mulher, que estão entre os principais objetos de disputa nesses debates.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que tanto as identidades dos discursantes quanto a alteridade das pessoas envolvidas no abortamento, sobre quem os discursos são feitos, são elementos importantes na discussão sobre o tema. A categoria identidade abarca a representação que fazemos das similaridades e diferenças em relação aos outros. Woodward (2005) explica que só é possível compreender os significados envolvidos nos sistemas de representação das identidades se se tem uma ideia da posição de sujeito produzida por eles e como os sujeitos são posicionados em seu interior. Para esta dissertação, tão importante quanto as identidades dos discursantes, é fundamental a representação das identidades das mulheres envolvidas nas práticas de aborto trazida por eles. A autora propõe analisar a relação entre cultura e significado ao examinar sistemas de representação. Segundo ela, damos sentido àquilo que somos e à nossa experiência por meio dos significados produzidos pelas representações. O lugar de fala e posição dos indivíduos são construídos por meio dos discursos e dos sistemas de representação. Significados são produzidos com base em diferentes sistemas simbólicos e podem ser contestados e variar. Ao propor a relação entre cultura e significado, Woodward (2005) defende que todas as práticas de significação envolvem relações de poder e a cultura molda as identidades ao dar sentido à experiência e ao possibilitar a opção entre várias identidades disponíveis. Porém, enfatizo que a crença na existência de opções identitárias é ideológica e central para o consumismo e para o capitalismo, uma vez que essas identidades são mercadorias que possuem valor de troca. As identidades são perpassadas por essa ideologia capitalista maior que as trata como bem de consumo. Então, como commodities, variam de acordo com os eixos de classe, raça, gênero etc.

Além disso, a autora ressalta que a identidade depende da diferença, e a marcação da diferença se dá por meio de sistemas simbólicos e por formas de exclusão social. As formas de diferença social e simbólica são estabelecidas nas relações sociais por meio de sistemas classificatórios. Os sistemas classificatórios são capazes de dividir uma população em ao menos dois grupos: nós/eles; eu/outro. E me é interessante, neste trabalho, como o eu e o tu dos discursantes influenciam a representação das “outras” retratadas por eles. Woodward sugere, então, que as identidades são construídas por meio do contraste com outras identidades e essa construção aparece normalmente por meio de oposições binárias. A autora questiona a lógica binária como parte do pensamento e da linguagem e pergunta se ela não é, na verdade, imposta à cultura como parte do processo de exclusão (WOODWARD, 2005).

Para Fairclough (2003), estilo está ligado à identificação, à forma como cada um se identifica e como é identificado por outras pessoas. O estilo, ou seja, o modo como as pessoas se expressam nos textos, é uma parte importante da maneira como elas se identificam. O autor relaciona o processo de identificação com um processo textual dialético, ou seja, os sentidos de identificação podem ser vistos como sentidos representacionais das suposições nas quais as pessoas se identificam com suas atividades.

A identidade, segundo Fairclough (2003), não é apenas um processo textual ou uma questão de língua. Ainda que possamos considerar parcialmente que a identidade é um efeito do discurso, é preciso considerar que as pessoas também são agentes sociais que criam e modificam coisas, não apenas referidas com base na sua participação em eventos sociais e textos. Para Fairclough, consciência de si é uma pré-condição para os processos sociais de identificação no discurso. As distinções também possuem papel fundamental para conduzir a elaboração do conceito de agência. Tornar-se uma personalidade diz respeito à capacidade de organizar os interesses psíquicos próprios, e balancear e priorizar esses papéis sociais em seus próprios termos. A identidade social de uma pessoa pode incluir papéis sociais diversos. Em outras palavras, tem-se que a identidade social é formada a partir da identidade individual em um processo que se inicia nos primeiros anos da infância, em que a consciência de si é consolidada como monitoração reflexiva. “A reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente ‘se mantêm em contato’ com as bases do que fazem como base integrante do fazer” (GIDDENS, 1991). Isso foi denominado por Giddens (1991) como a “monitoração reflexiva da ação”. Para ele, a ação humana incorpora uma consistente monitoração do comportamento e de seus contextos. A reflexividade consiste

em que as práticas sociais são o tempo todo renovadas pelo questionamento dessas próprias práticas. Esses pressupostos apontam que o posicionamento de um discursante acerca do aborto e as representações feitas sobre o tema têm menos relação com a prática de aborto em si e mais relação com a formação identitária do indivíduo que discursa, em um processo que começa muito antes desse discursante ter consciência do seu discurso.

As questões tratadas neste trabalho estão situadas no contexto da modernidade posterior, em que a Análise de Discurso Crítica desempenha um papel importante como referência de produção de conhecimento. “‘Modernidade’ refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” (GIDDENS, 1991. p.11). Uma das instituições mais importantes da modernidade, segundo Giddens, é a vigilância, que significa o monopólio das informações e a supervisão social, empreendidas pelo Estado-nação. É característico da modernidade que haja um poder administrativo exercido pelo Estado-nação, o que inclui o controle sobre a natalidade e o corpo feminino, e pode ser exemplificado pela restrição do aborto no contexto de povoamento do Brasil colonial (DEL PRIORE, 1993).

A modernidade posterior refere-se às mudanças sociais ocorridas nas últimas quatro décadas do século XX e que tornam o período mais recente substancialmente diferente do contexto institucional da modernidade anterior. A modernidade posterior se caracteriza por movimentos de contestação à vigilância em movimentos por liberdade de expressão (GIDDENS, 1991), que incluem parte dos movimentos feministas e que resultam em processos estatais transparentes, como as audiências públicas interativas do Senado. O objeto de estudo deste trabalho é uma configuração típica da modernidade posterior, em que existe uma multiplicidade de discursos conservadores e contestadores, e que envolve uma circulação intensa de informação entre Estado e sociedade.

Para Giddens (1991), a contestação típica da modernidade posterior ocorre, pois é a reflexão sobre a natureza da própria reflexão que faz dela moderna. O conhecimento na modernidade não significa que as ciências estão certas. Um conhecimento sobre as práticas sociais não necessariamente possibilita um maior controle sobre elas. “A apropriação do conhecimento não ocorre de uma maneira homogênea, mas é com frequência diferencialmente disponível para aqueles em posição de poder, que são capazes de colocá-lo a serviço de interesses seccionais” (1991, p.50). Os discursos estudados neste trabalho são claramente motivados por interesses seccionais desse tipo -religiões, corporações profissionais,

movimentos sociais. Tais discursos, sendo “estratégias de grupos particulares”, podem ser melhor elucidados por meio da ADC, que “está situada na ciência social crítica e na pesquisa crítica sobre a mudança social na sociedade moderna posterior” (MAGALHÃES, 2005. p.3). Além disso, a Análise de Discurso Crítica pode tornar a reflexividade dos participantes mais efetiva nas discussões acerca da prática do aborto.

Essa problematização torna-se relevante para a compreensão das identidades dos participantes, em relação à liberalização do aborto, e em como essas identidades influenciam as representações do aborto nas audiências do Senado, tendo um papel mais relevante que a própria proximidade com a realidade do aborto. Ao conhecer o papel da dicotomia eu-outro para a construção de diferentes discursos sobre o aborto, é possível observar os mecanismos pelos quais as diferenças são construídas com relação aos posicionamentos discordantes. Além disso, há mecanismos de identificação com setores da sociedade que estão fora do debate formal, como “as mulheres” de forma genérica, ou ainda “os médicos”, “os brasileiros”, “os nascituros”, dentre outros. Principalmente, avalia-se a exclusão que decorre das práticas discursivas nesse debate, fruto dos significados atribuídos à interrupção da gravidez e aos atores envolvidos no debate sobre a liberalização, apontando assim para as relações de poder nesse campo.

CAPÍTULO 3 TRAJETÓRIA TEXTUAL DA SUGESTÃO Nº 15

O *corpus* desta pesquisa, como indicado no capítulo introdutório, é constituído de todos os discursos dos convidados participantes das três primeiras audiências públicas interativas do Senado Federal a respeito da sugestão nº 15 de 2014, que visa a regulamentação da interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação. A análise é textualmente orientada pela transcrição, por parte da pesquisadora, das falas dos participantes das audiências. Inicialmente, a proposta era realizar a análise com base nos vídeos desses discursos disponíveis no Portal e-Cidadania, do Senado Federal (SENADO FEDERAL, 2015), porém, ao solicitar as gravações em DVD ao Serviço de Apoio Administrativo (SEALET) da Coordenação de Eletrônica (COOELET), do Senado Federal, foi percebido o registro reduzido – tanto em tempo de fala, quanto em escolha de participantes- na página do e-Cidadania em relação às filmagens originais, relevando um corte expressivo e tendencioso naquilo que foi divulgado pela internet e que constituía o caráter participativo das audiências frente à sociedade.

O Portal e-Cidadania funciona como plataforma interativa, na qual é possível que os internautas acompanhem, pela internet, as audiências públicas interativas, e que participem, por meio de comentários enviados durante as sessões. Ainda que o caráter interativo das audiências seja constantemente enfatizado positivamente pelos senadores que presidem as comissões, as participações dos cidadãos pela internet e por telefone não adentram notoriamente o ambiente das audiências, sendo apenas citadas como símbolo de democracia e de abertura à voz popular, mas nunca lidos ou trazidos para o debate. Apenas na 1ª e na 3ª audiência, nos dias 05 de maio e 06 de agosto de 2015, a última em um dia em que os senadores Paulo Paim e Magno Malta não puderam comparecer e foram representados pelo vice-presidente da Comissão, o senador João Capiberibe (PSB/AP), duas mensagens, uma a favor e outra contra, enviadas por participantes virtuais foram lidas na íntegra. Apesar de considerar bastante informativas as participações dos cidadãos, para os propósitos deste trabalho, as mensagens da página não serão analisadas.

Nos dados fornecidos pelo cidadão proponente da ideia nº 29.984, conhecida por sugestão nº 15 (SENADO FEDERAL, 2015b), é ressaltada uma variedade de motivos pelos quais uma mulher brasileira pode interromper uma gravidez, e, segundo o memorando, “os mais comuns são para adiar a gravidez para um momento mais adequado ou para concentrar energias e recursos em crianças já existentes. Algumas mulheres, no entanto, são incapazes de cuidar de um filho, quer em razão dos custos diretos, ou devido à ausência ou falta de apoio de um pai.”

(SENADO FEDERAL, 2015, fl. 03). Além disso, relacionamentos familiares problemáticos, pouca idade da mulher, insuficiência dos programas de apoio financeiro, falta de acesso a métodos contraceptivos e estigmatização de pessoas com deficiência são os outros pontos levantados pela pessoa que fez a proposta, André de Oliveira Kiepper, um homem que, em dezembro 2014, época da proposta, tinha 33 anos e foi identificado como morador do estado do Rio de Janeiro. O senador, pastor e músico gospel Magno Malta é o relator da matéria que está vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), apesar de a primeira indicação ter sido para a senadora Martha Suplicy².

As três primeiras audiências públicas interativas que trouxeram a Sugestão nº 15 de 2014 aconteceram nos dias 05 e 28 de maio e no dia 06 de agosto de 2015 e foram escolhidas como recorte deste trabalho pois eram as audiências que haviam ocorrido até o início da redação do mesmo. Mais duas sessões ocorreram em 2016 até a conclusão desta dissertação. Os convidados participantes dos debates são médicos, ativistas, professores universitários, líderes religiosos, entre outros. Cada audiência possui em média de 7 a 11 participantes convidados para a mesa de debate, cada um com direito a fala de aproximadamente 10 minutos, com acréscimo de mais 5 minutos, caso seja solicitado. A mesa é constituída de basicamente dois grupos: os favoráveis à descriminalização da interrupção da gravidez até a 12^a semana de gestação, e os contrários.

3.1 Letramentos e prática social na tramitação da Sugestão nº15

Existem três formas de uma ideia legislativa ser proposta pela sociedade civil: (a) por meio de representantes de ONGs, partidos políticos sem representação no Senado e/ou entidades sociais; (b) por meio do concurso nacional de redação de alunos de escola pública, “Jovem Senador”, no qual os estudantes ganhadores são convidados a propor e debater uma ideia legislativa; e (c) pelo portal e-Cidadania, no qual qualquer cidadão pode sugerir uma ideia que visa tornar-se projeto de lei³. As audiências públicas interativas são debates entre especialistas no Senado Federal sobre uma ideia legislativa que se torna uma sugestão legislativa após percorrer determinada trajetória.

A sugestão nº 15, de 2014, que "Regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde", oficializada em 4 de

² De acordo com informações dadas pelo senador Paulo Paim, na abertura de audiência de 28 de maio de 2015 (SENADO FEDERAL, 2015c).

³Informações obtidas por meio de entrevista realizada com funcionário do Senado Federal.

dezembro de 2014, decorre de uma proposição oriunda da sociedade civil, chegando aos trâmites legislativos por meio do Portal e-Cidadania, após ter recebido o endosso de mais de 20.000 assinaturas de cidadãos. A ideia de lei sugerida cria um protocolo de atendimento àquelas que desejam abortar no Sistema Único de Saúde, de modo que: “Somente o aborto realizado nos termos desta lei será descriminalizado no Brasil” (SENADO FEDERAL, 2015b). Após receber o endosso necessário, o senador escolhido como relator, o Senador Magno Malta, entendeu que deveria haver uma discussão sobre o tema antes que a ideia se tornasse um projeto de lei, e, assim, instruiu-se as audiências públicas interativas sobre a sugestão nº 15.

A trajetória da sugestão é descrita aqui com base na coleta de documentos realizada no site do Senado Federal (2015c) e por meio de entrevista telefônica com um funcionário da Instituição. A análise dos documentos e da entrevista foi feita à luz das proposições e debates dos Novos Estudos de Letramento e da Análise de Discurso Crítica, que entendem as práticas sociais como “processos sociais que ligam as pessoas umas às outras, e incluem cognições compartilhadas representadas em ideologias e identidades sociais” (MAGALHÃES, 2012, p.25).

Entende-se o letramento como “a prática social da língua escrita, o que inclui os processos sociais da leitura e da escrita” (MAGALHÃES, 2012, p.19). Este trabalho considera a trajetória da ideia legislativa como um conjunto de práticas de letramento, já que envolve textos escritos, como formulários, memorandos, atas de audiência e a própria sugestão n. 15, e que se relacionam a processos interpretativos dos participantes do processo legislativo. A tendência atual de estudos entende o letramento como uma prática social e dentro de uma perspectiva transcultural. Prática social significa uma forma de atividade social relativamente estável. Segundo Fairclough (2012), toda prática é uma articulação dialética de diversos elementos sociais em uma configuração relativamente estável, sempre incluindo o discurso. Dessa maneira, o letramento é visto como uma prática ideológica, que envolve relações de poder. São as práticas de letramento que dão significado aos eventos de letramento, pois “referem-se a essa concepção cultural mais ampla de modos particulares de pensar sobre a leitura e a escrita e de realiza-las em contextos culturais” (STREET, 2012, p.77). Uma vez que práticas sociais sempre envolvem discursos, as práticas sociais de letramento podem ser compreendidas por meio da Análise de Discurso Crítica – ADC. Recorrendo-se à ADC, os textos estudados oferecem pistas para a compreensão das práticas sociais e, como ciência crítica, há preocupação com os efeitos ideológicos destes textos sobre as relações sociais.

Acrescenta-se que a trajetória textual da ideia legislativa que resultou na Sugestão 15 é marcada por lutas hegemônicas com respeito a letramento. Segundo Fairclough (2001, p.122), “Hegemonia é a liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade”. Portanto, a análise detalhada das práticas sociais com base nos discursos presentes nos textos que culminaram nas audiências públicas produz uma contribuição importante para a compreensão geral das práticas legislativas e suas lutas hegemônicas.

Como ponto de partida deste capítulo, foram privilegiadas as formulações e discussões que atravessam as definições de práticas sociais de discurso de letramento. Com tal proposta, tem-se a formulação de Street sobre o Modelo Ideológico de Letramento, que entende que “a leitura e a escrita são práticas sociais atravessadas por relações de poder e por ideologias” (MAGALHÃES, 2012, p.28), que é necessária uma perspectiva teórica que considere as dimensões do contexto social, e que “as relações de poder estabelecidas nas práticas sociais de leitura e escrita são mantidas pela ideologia” (MAGALHÃES, 2012, p.29).

Dada a importância do contexto para as práticas de discurso e letramento, a trajetória do texto é descrita por meio de uma abordagem transcontextual, que implica em esboçar as mudanças de significados do texto concomitante às mudanças de contexto. Trajetória textual “são processos que atravessam contextos e a entextualização e recontextualização que ocorrem em cada travessia” (KELL, 2009, p.83) A abordagem transcontextual “enfoca o movimento dos significados através dos contextos” (KELL, 2009, p.75). A trajetória que levou às audiências públicas foi um processo que incluiu o encadeamento de textos, divididos em, basicamente, sete gêneros textuais mistos: preenchimento do (1) formulário virtual do site e-Cidadania, do Senado Federal para o registro da ideia legislativa, que, após receber o endosso de 20 mil assinaturas digitais, foi encaminhado em forma de (2) memorando à presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH⁴, pela Secretaria de Comissões. A CDH, após protocolá-lo em forma de (3) sugestão legislativa, distribuiu-a (a concordância de gênero é alterada aqui propositalmente e revela a transição entre gêneros textuais na trajetória descrita) para o relator⁵ que decidiu convocar, por meio de um (4) requerimento, as (5) audiências

⁴ Quando da escolha do/a relator/a da matéria, a CDH era presidida pela Senadora Ana Rita, do PT/ES, mas seu mandato acabou em 31/01/2015, antes da primeira audiência pública interativa, sendo sucedida pelo Senador Paulo Paim, do PT/RS (SENADO FEDERAL, 2016).

⁵ Segundo relato do entrevistado, a escolha do relator é feita por meio de uma distribuição numérica que leva em conta apenas a quantidade de matérias que cada senador está analisando, para que não se sobrecarregue nenhum dos/as parlamentares. A primeira indicação para a relatoria do processo foi para a Senadora Marta Suplicy

públicas (com leituras de atas, apresentações, slides etc.) de caráter interativo, por meio do envio de (6) mensagens pela internet, para que se discuta a criação do (7) Projeto de Lei.

A análise do papel do discurso nas práticas sociais permite a compreensão do seu grau de importância e visibilidade, que são variáveis entre práticas. De modo geral, o discurso se apresenta como parte da atividade social de uma prática, em representações e na constituição de identidades. Barton (2009) sugere que a análise de discurso, junto aos estudos do letramento, é uma poderosa maneira de pesquisa e análise de textos e práticas.

Uma análise de discurso que foque nos gêneros entende que “o discurso como parte da atividade social constitui os gêneros discursivos. Gêneros são formas diversas de agir, de produzir vida social, no modo semiótico” (FAIRCLOUGH, 2012, p.95). Para Fairclough (2012), a ordem social é constituída por práticas sociais organizadas em redes em um modo particular o aspecto discursivo/semiótico de uma ordem social é o que se pode denominar uma ordem do discurso. Ou seja, é a forma em que diversos gêneros, discursos e estilos são reunidos numa rede. Ao definir gênero, Fairclough (2003), entende-o como aspectos discursivos das formas de agir e interagir por meio dos eventos sociais. Levando em conta as transformações do Novo Capitalismo, além das práticas sociais, o modo pelos quais os gêneros textuais organizam-se em redes de comunicação define as formas de ação e interação em eventos sociais. A mudança nessas formas de ação e interação, ou seja, mudança nos gêneros, é uma importante transformação no Novo Capitalismo. Essa mudança de gêneros é a mudança em como gêneros distintos são combinados e os novos gêneros surgem da nova combinação de gêneros já existentes. Alguns gêneros encontram-se em uma escala local, outros possuem uma relatividade global, intitulados gêneros de domínio. Uma cadeia de eventos envolve uma cadeia ou rede de comunicação diferente, interconectadas em textos que manifestam uma corrente de diferentes gêneros, como é o caso do processo que culmina nas audiências públicas interativas, mas que é iniciado pelo preenchimento de um formulário on-line em que um cidadão se identifica e propõe a ideia legislativa. Um texto ou interação particular não está em um gênero específico, mas envolve a combinação de diferentes gêneros. Para Fairclough (2003), o gênero, dentro do Novo Capitalismo, é totalmente variável em graus de estabilização, em seu caráter fixo e em homogeneização. Neste período específico, há uma tensão que estimula a estabilização dos gêneros textuais, mas também há a pressão entre fluxo e mudança. No caso

PMDB/SP, que o devolveu para a relatoria sem justificção. Em uma segunda distribuição, a sugestão foi encaminhada ao Senador Magno Malta.

específico dos gêneros analisados neste trabalho, ainda que haja um canal de comunicação novo, que envolve diferentes tipos de gênero, como a participação interativa dos cidadãos pela internet, textos bases e consagrados à prática legislativa, como o memorando e a ata, possuem a sua perenidade no Senado Federal.

A importância do uso de determinados gêneros textuais muda ao longo do tempo. Formulários, por exemplo, são um tipo especial de escrita estruturada e são muito mais importantes nos dias atuais do que antigamente devido à internet. Ainda assim, dependendo do espaço virtual, a obrigação com a verdade dos dados informados varia. No caso do e-Cidadania, é obrigatória a identificação e veracidade dos dados do cidadão, tanto do que sugere uma ideia legislativa quanto do que apoia uma ideia já em pauta de votação (BARTON, 2009). O formulário virtual para a proposição de ideia legislativa possui elementos caracterizadores de uma linguagem concisa e instrutiva. Todos os espaços para preenchimento são introduzidos por instruções que, além de indicar o número máximo de caracteres em cada campo, possuem majoritariamente verbos no imperativo (“selecione”, “indique”, “exponha”, “explique”, “descreva” etc.). Como é característico deste modo verbal, não há marcação de pessoa e ele é atemporal. Contudo, apesar de traços que indiquem uma distância entre o cidadão proponente, a linguagem informal prevalece e as instruções possuem um caráter de sugestão, mais do que de ordem, o que permite que o texto alcance o maior número de leitores. Como no seguinte exemplo: “Aproveite para apresentar seus argumentos e convencer os demais cidadãos a apoiá-la” (SENADO FEDERAL, 2015c). É importante ressaltar que, ainda que essas características ampliem em certa medida a participação popular, há ainda barreiras que fazem deste um processo não totalmente democrático. Para que uma pessoa consiga propor uma ideia, é necessário que ela tenha acesso à internet, meios físicos que possibilitem esse acesso, um conhecimento prévio que a permita acessar os domínios do site que a levariam até o formulário em questão, o conhecimento linguístico que possibilite a compreensão de vocábulos como “caracteres” e “honoríficos”, e o letramento que a possibilite escrever um texto que seja conciso e claro, como é possível perceber nos seguintes excertos:

- (i) Exponha, em poucas palavras, o que é essencial em sua ideia. Seja claro, pois esse campo identificará sua Ideia Legislativa na lista geral.
- (ii) Descreva sua ideia de maneira mais detalhada. Aproveite para apresentar seus argumentos e convencer os demais cidadãos a apoiá-la (SENADO FEDERAL, 2015c).

Fairclough (2003) afirma que a mistura de gêneros no texto pode adquirir a forma do que ele denomina “formatos”, textos que são assembleia de diferentes textos envolvendo distintos gêneros, como é o caso do portal e-Cidadania. Ainda que o site traga elementos de linguagem informal, algumas exigências como as de clareza e concisão vão de encontro aos aspectos esperados em manuais de Redação Oficial, que regulam os textos da administração pública:

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. Interessa-nos tratá-la do ponto de vista do Poder Executivo. A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: "A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)". Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais (BRASIL, 2002).

Assim, ainda que o formulário e o site e-Cidadania possuam linguagem mais informal, transparece em uma análise mais atenta a sua intenção normatizadora, que também é excludente.

A análise do discurso da ideia legislativa⁶ permitiu a compreensão da prática social na qual ela está inserida. Entre os dados fornecidos pelo cidadão proponente, André Oliveira Kiepper, do estado do Rio de Janeiro, há a exposição de motivos pelos quais ele justifica a necessidade de discussão da regulamentação do abortamento voluntário, até a 12ª semana, pelo Sistema de Saúde Pública. Para efeitos de análise, a justificativa da proposta de André pode ser dividida basicamente de acordo com o quadro 1.

Quadro 1. Análise da exposição de motivos da Sugestão n. 15.

⁶ Uma cópia do documento que traz a ideia legislativa encontra-se no anexo 1.

Motivos de interrupção pelas brasileiras	Mulheres incapazes de cuidar de um filho	Outras	Fatores que podem resultar em um aborto obrigatório ou seletivo
<ul style="list-style-type: none"> - adiar a gravidez para um momento mais adequado; - concentrar energias e recursos em crianças já existentes; - para uma mulher, pode ser insuportável o estigma de ser mãe solteira ou ser mãe precoce. 	<ul style="list-style-type: none"> - em razão dos custos diretos; - à ausência ou falta de apoio de um pai; - graves problemas de relacionamento familiar ; - se considerar jovens demais para tornarem mães. 	<ul style="list-style-type: none"> - desejam planejar para proporcionar uma melhor educação para seus filhos no futuro. 	<ul style="list-style-type: none"> - A insuficiência dos programas de apoio financeiro para as famílias; - a falta de acesso ou a rejeição a métodos contraceptivos; - e a estigmatização de pessoas com deficiência

Fonte: Senado Federal (2015b).

Para a ADC, a análise da interdiscursividade permite a investigação de discursos articulados em textos e suas vinculações com lutas hegemônicas mais amplas. A interdiscursividade está situada no que Fairclough (2003) define como categoria representacional, ou seja, pelos modos de representação do mundo. O texto da justificativa da ideia legislativa separa as mulheres em duas categorias: as incapazes de cuidar de um filho e as outras. Os fatores que levam as mulheres da primeira categoria a recorrerem ao abortamento são resumidos em razões financeiras, ausência de uma figura masculina, problemas de relacionamento familiar e a pouca idade. Esses argumentos estão vinculados com discursos que sustentam que o perfil típico das mulheres que abortam no Brasil é o de jovens adolescentes de classes sociais mais baixas, provenientes de famílias desestruturadas e que não estão em um relacionamento estável. As mulheres da segunda categoria são definidas em apenas uma característica, que é antagônica à primeira: são mulheres preocupadas com a “educação” e o “futuro” de seus filhos, ou seja, são capazes de cuidar de um filho, apenas esperam o momento mais adequado para que esse planejamento não seja frustrado. Além disso, essas mulheres aparecem no texto como atores sociais ativos, e como experienciadores de dois processos mentais: “planejam” e “desejam”. O recorte de classe entre essas mulheres é simbólico e exemplifica a realidade do aborto no Brasil, em que as mulheres das classes mais abastadas conseguem recorrer a abortamentos seguros, motivadas por questões pessoais “justificáveis” para o padrão capitalista que entende o cidadão como consumidor, enquanto as de classe menos favorecidas, e, conseqüentemente, das raças

menos valorizadas, padecem na clandestinidade em condições insalubres. Ou seja, os critérios de aceitação de uma gravidez também são sustentados por princípios capitalistas, uma vez que os filhos provenientes de uma relação economicamente estável, focada na construção de um cidadão que contribui para o mercado, com possibilidade de “futuro”, são mais aceitos que os potencialmente marginalizados.

Quanto aos motivos de interrupção da gravidez pelas mulheres no Brasil, são elencados três que podem ser resumidos em um, que é o de adiar a gravidez para um momento adequado. Os subjacentes a esse indicam fatores que podem não ser propícios à uma gravidez: a falta de recursos financeiros e de energia (atente-se aqui ao uso de metáforas próprias das ciências positivistas, como, por exemplo, a Física), e o estigma de ser solteira ou jovem demais, características que vão de encontro ao esboçado sobre a categoria das “mulheres incapazes de cuidar de um filho”. O proponente da ideia legislativa também divide o aborto em dois tipos: obrigatório e seletivo. Ao traçar o perfil das mulheres que podem recorrer ao abortamento, dos motivos para essas interrupções e ao separar o aborto em obrigatório ou seletivo, o discurso presente na justificativa da ideia legislativa sustenta que os abortos obrigatórios são os das mulheres da primeira categoria, e os seletivos, da segunda. Ou seja, a proposta hierarquiza as mulheres de acordo com classe, geração e status familiar, e sustenta o ideal de maternidade a que, segundo presumido, todas as mulheres estão sujeitas, além da subjugação ao masculino, que quando ausente é fator de risco ao sucesso da maternidade.

Após o envio da ideia legislativa, e o apoio de 20 mil assinaturas digitais, a proposta de André Oliveira Kiepper, foi formalizada em uma ficha informativa, recebeu a identificação de número 29.984 e foi anexada ao memorando n. 60, de 2014, da Secretaria de Comissões do Senado Federal, que o encaminhou à Senadora Ana Rita, presidente da CDH, na época. Nota-se neste ponto da trajetória que o texto proposto pelo cidadão comum, precisou ser incorporado a um outro texto em posição superior de uma escala hierárquica. “Textos atuam como pessoas em interações: textos possuem agência. Eles agem como agentes por possuírem patrocinadores. Regularmente, esses patrocinadores são instituições e empregar textos é uma das maneiras das quais instituições atuam como pessoas” (BARTON, 2009, p.49). O memorando ao qual a ideia legislativa foi anexada serviu como uma espécie de agente credenciado que apresenta o novo texto e o introduz no espaço do Senado Federal.

Segundo Fairclough (2003), os gêneros como formas de interação constituem tipos particulares de relações sociais entre interagentes. As relações sociais são relações entre agentes

sociais, que podem se dar entre organizações, entre grupos, ou entre indivíduos. O autor apoia-se na teoria de que as relações sociais podem variar nas dimensões de poder e de solidariedade, ou hierarquia social e distância social. “Uma questão particular ao interesse contemporâneo é a relação entre o que a análise social das redes de práticas podem sugerir sobre a hierarquia e distância social, e como a hierarquia e distância social são construídas nos gêneros”. (FAIRCLOUGH, 2003, p.75) O anexo da ideia legislativa possui variação de cores e o slogan “Ideias legislativas – proponha a sua!”, no qual o uso do ponto de exclamação insere um tom descontraído e uma sensação quase sonora ao enunciado. Já o memorando possui as características padrão de ofício exigidas ao gênero, sua finalidade é a comunicação interna. O pronome de tratamento empregado no memorando “A sua Excelência a Senhora Senadora Ana Rita”, é de uso consagrado e o fecho, “Respeitosamente”, com a assinatura do Diretor da Secretaria de Comissões, Dirceu Vieira Machado Filho, segundo o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, é utilizado “para autoridades superiores” (BRASIL, 2002). O memorando, como dito anteriormente, é utilizado apenas para introduzir a nova ideia legislativa e demonstra, tanto em seu caráter textual, como em função, a hierarquia e o distanciamento.

Uma vez recebido pela presidente da CDH, a ideia legislativa é encaminhada a um relator que deve decidir se ela tornar-se-á um projeto de lei ou não. No caso estudado, o senador Paulo Paim determinou que o assunto deveria ser discutido por especialistas antes de se tomar uma decisão sobre a tramitação do texto como PL. Para que isso fosse possível, dentro do espaço legislativo, que é um exemplo do que Barton (2009) identifica como “cultura da auditoria e do aumento da textualização da vida” (p.50), o senador assinou o requerimento nº 24, de 2015, que solicitava a realização das audiências públicas interativas. No requerimento, a ideia legislativa nº 29.984, já era chamada de Sugestão nº 15, e, com isso, ele é tomado nesse estudo como passo seguinte na trajetória. O requerimento é um gênero textual do procedimento legislativo. Ainda que sua forma seja padronizada, como a do memorando, o primeiro distingue-se do segundo quanto à formalidade dos termos empregados, como, por exemplo, não possuir destinatário definido. Nele é possível perceber claramente a marcação transitória de tempo e espaço, pois, o primeiro período do texto é iniciado por verbos compostos na voz passiva: “Havendo chegado a essa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa”. O período seguinte segue também com verbos compostos na voz passiva, sem que se marque o sujeito da ação de “crendo ser necessário um debate amplo”. O sujeito aparece definido de duas maneiras: a primeira, quando o verbo é conjugado em segunda pessoa do plural, e subtende-se um nós que inclui o próprio senador “precisamos ouvir os representantes dos diversos

seguimentos da sociedade civil”, e quando o verbo seguinte é conjugado na primeira pessoa do singular, remontando à figura de autoridade e poder do senador, pessoa capaz de instaurar as audiências públicas, ou até mesmo o projeto de lei, caso julgue pertinente: “requero (...) a realização de audiências públicas interativas”. Ou seja, é a pessoa com poder de fala para criar um projeto de lei e também a pessoa com poder de dar prosseguimento à trajetória da ideia legislativa.

Os estudos do letramento também apontam para a importância das outras pessoas nas práticas sociais de letramento. Essas pessoas são tomadas como “luzes-orientadoras” que apoiam e inspiram outras em seus empreendimentos de letramento. Esses agentes podem agir como mediadores, mentores, corretores e escribas. Os escribas escrevem por outras pessoas. (BARTON, 2009, p.46) As práticas de discurso e letramento no Senado Federal, especificamente no recorte dessas audiências públicas interativas, também possuem facilitadores que trabalham nos “bastidores” da tramitação dos textos em análise, que tanto medeiam os textos, pois, a ideia legislativa, antes de ser anexada ao memorando e levada ao interior das práticas da casa legislativa foi analisada quanto a pertinência por um funcionário da Assessoria da CDH. O memorando em si é assinado por um funcionário da Secretaria.

Uma vez que o senador Magno Malta requereu as audiências públicas interativas, a assessoria da CDH, junto ao senador, faz pesquisas para a escolha dos especialistas que participarão do debate nas audiências. Segundo entrevista realizada com o funcionário do Senado, a escolha desses participantes não possui um padrão determinado, eles buscam pessoas notórias no debate sobre o aborto e tentam formar uma mesa com um número equilibrado de debatedores de ambos os lados da discussão. Barton (2009), apoiado na teoria de Deborah Brandt, fala sobre o papel de indivíduos e instituições agindo como patrocinadores de práticas de letramento e como apoiadores e facilitadores de indivíduos.

“A ideia de apoiadores transparece que estamos falando tanto de indivíduos quanto de instituições. Essa ideia também nos permite ver como os textos vem de algum lugar e vão para algum lugar e que precisamos estudar letramentos pelos contextos (...) esses patrocinadores apoiam visões específicas e advogam por esses pontos de vista. A perspectiva de Brandt é importante para entender os meios em que a leitura e a escrita podem ser promovidas e apoiadas. O conceito de patrocínio também está ligado à ideia de financiamento de conhecimento em uma comunidade com a qual as pessoas podem contar” (BARTON, 2009, p.46).

No caso das audiências, os participantes debatedores exercem o papel de patrocinadores.

Quando datado o requerimento para a realização das audiências, o mandato da Senadora Ana Rita já havia acabado, e as discussões passaram a ser presididas pelo senador Paulo Paim. Até o momento de formulação deste trabalho, cinco audiências já foram realizadas, mas ainda não há previsão de criação ou não do Projeto de Lei referente à ideia legislativa. Pelo decorrer dos debates, as audiências sobre a descriminalização não desencadearão em um PL. As audiências públicas interativas são entendidas aqui segundo a definição de eventos de letramento, de Heath (1983), pois são eventos textualmente orientados, com regras interacionais que os regulam, com princípio e fim marcados, ocorrem nos plenários do Senado Federal, em datas pré-agendadas, ou seja, são situados em tempo e espaço, e possui participantes determinados. Durante as audiências públicas, uma gama de textos multimodais é utilizada tanto pelos debatedores (slides, falas apoiadas em apresentações escritas, vídeos, documentos etc.), pelos senadores (atas e documentos oficiais), quanto pelos cidadão que, pelo aspecto interativo do debate, podem enviar mensagens de apoio ou crítica à página do Senado ou por meio do Alô Senado, no qual telefonistas fazem o papel de escribas: escrevem as mensagens recebidas por telefone e encaminham ao senador presidente da Comissão.

“A teoria pragmática toma a actividade no sentido de acção e concebe o significado das palavras como função da.acção ou acções que com elas se podem praticar” (LIMA, 1983, p.18).

Para a Pragmática:

“O enunciado constativo, sob a designação, tão cara aos filósofos, de asserção, tem a propriedade de ser verdadeiro ou falso. Pelo contrário, o enunciado performativo nunca pode ser nem uma coisa nem outra; tem uma função que lhe é própria: serve para efectuar uma acção. Formular um enunciado deste tipo é efectuar a acção, acção que, possivelmente, não poderíamos levar a cabo, pelo menos com a mesma precisão, de nenhuma outra maneira. (...) O nosso performativo, como qualquer rito ou qualquer cerimónia, pode ser "nulo e sem efeito", como dizem os juristas. Se, por exemplo, o autor não estiver em condições de efectuar o acto em questão, ou se o objeto em relação ao qual o autor pretende efectuar o acto não estiver em condições de o suportar” (AUSTIN, 1983, p. 44).

Com base nessa teoria, e focando na análise da ata lida pelo senador Paulo Paim para iniciar a audiência pública interativa do dia 28 de maio, de 2015, é possível observar que enunciados como o do Senador não apenas informam o início da audiência pública, mas a tornam real, ou seja, criam a audiência pública: “Declaro aberta a 34.^a Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1.^a Sessão Legislativa Ordinária da 55.^a Legislatura”.

Todas as audiências são iniciadas pela leitura de um texto híbrido que estabelece o início das audiências públicas, caracteriza-a, apresenta os participantes, indica as formas de participação possível, retoma alguns pontos sobre as audiências anteriores e estabelece as regras da audiência que é iniciada. Um ponto interessante da fala do senador é quando ele transparece que o texto que ele utiliza para basear a sua fala foi, na verdade, escrito por outra pessoa, que não é identificada, mas é assumida como parte da Assessoria da CDH. Os únicos participantes membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que possuem identidade bem definida são os senadores. Os demais são inseridos no que Thompson (2011) identifica como unificação, modo de operação da ideologia no qual “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los” (THOMPSON, 2011, p. 86). Além disso, o senador deixa transparecer a mediação de outros em seu texto quando declara:

Eu vou fazer uma introdução do tema, e eu confesso que normalmente eu não leio, antes de apresentar aqui, porque eu sempre peço isso à Consultoria da Casa para aqueles que estão assistindo à nossa reunião tomarem conhecimento do que vai ser o debate. E faço essa introdução, que peço sempre que seja uma introdução técnica e não tomando posição, porque não compete aqui ao Presidente da Comissão tomar essa ou aquela posição, e, sim, suscitar o bom debate para os eleitores.

O discurso é tomado como seu, mas foi escrito por um membro da Consultoria do Senado Federal. Membros estes que estão presentes durante todo o processo de trânsito dos textos, mas que só foram revelados por meio de brechas do discurso, como a exemplificada, e por meio da entrevista realizada para este trabalho.

Essa análise contribuiu para a compreensão de que a trajetória da ideia provinda da sociedade civil possua características excludentes e uma sustentação de relações de poder bem

rígidas. Dentro do Senado Federal, os textos legislativos reafirmam o poder dos parlamentares basicamente de duas formas: em detrimento do cidadão que fez a sugestão, pois, uma vez que adentra a casa legislativa, a autoria da ideia legislativa se torna do relator; e em detrimento dos funcionários envolvidos efetivamente no trabalho de tramitação do texto, que, apesar de possuírem o poder hierárquico de movimentar o texto dentro do Senado, precisam do aval e da voz dos senadores para sua legitimação.

O discurso da própria Sugestão, ainda que procure abordar uma questão genuinamente ligada à mulher, corrobora com práticas que excluem e diminuem mulheres de determinadas classes e geração. Nesse sentido, o documento reafirma o discurso patriarcal, que liga a primazia de ser mulher à maternidade e à posição de matriarca de um modelo ideal de família, ligando-a diretamente à dependência de um homem. Portanto, a sugestão legislativa mostra marcas do discurso tradicional de gênero no Brasil, segundo o qual, “ter família” significa ter um pai (MAGALHÃES, 2009). Acrescenta-se que o modelo ideal trazido pela sugestão, é excludente e limitador da ação de mulheres jovens demais para ser mãe, sem recursos financeiros para criar um filho, ou que estão fora de um relacionamento estável.

CAPÍTULO 4 “QUEM SÃO O EU E O TU”: OS PARTICIPANTES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS INTERATIVAS

Os participantes das três primeiras audiências públicas interativas sobre a Sugestão nº15 de 2014, *corpus* deste trabalho, foram divididos inicialmente em duas categorias gerais: contrários e favoráveis. Além dessas, os discursantes foram alocados naquilo que classifico como categorias sócio-profissionais, pois foi notada uma regularidade dos discursos a partir do local de pertencimento dos participantes e de sua identidade profissional ou de grupo social. Essas categorias foram separadas em: (1) médicos, (2) representante de conselhos (3) pesquisadores, (4) religiosos, (5) parlamentares, (6) falas individuais, (7) movimentos sociais e (8) atores do judiciário.

Há, basicamente, três formas de participação com direito de fala nas audiências públicas interativas: (1) convidados da mesa. Nessa categoria, os participantes são convidados pela assessoria da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa - CDH, que realiza pesquisa por pessoas notórias sobre o tema. Normalmente, é o senador relator da audiência quem define os participantes, podendo o colegiado opinar na escolha. Cabe à assessoria a pesquisa no caso de o relator não propor número suficiente de participantes. O tempo de fala dos convidados da mesa é definido pelo presidente da Comissão, mas, no caso das audiências analisadas aqui, o tempo foi de 10 minutos de exposição, com mais 5 minutos de acréscimo. Segundo contato com a assessoria da CDH, há um esforço em tentar equilibrar quantitativamente os lados da discussão. Também me foi informado que os participantes não possuem a necessidade de falar para a sociedade, que o objetivo de sua fala é o de instruir o senador. (2) Pessoas que estão no plenário e que conseguem direito de fala. Por se tratar de audiência pública, há no plenário a presença de pessoas interessadas sobre o tema, muitas delas representantes de movimentos sociais, que se inscrevem, no início da sessão, para pleitearem o direito de fala. Cabe ao presidente deliberar o número de pessoas que terão este direito adquirido e o tempo disponibilizado para tal. O tempo oferecido aos participantes que conquistam direito de fala na audiência é bem inferior ao dos convidados da mesa, não ultrapassando três minutos, e, geralmente, sua exposição acontece no final da audiência, anterior apenas às últimas deliberações dos convidados da mesa. (3) Deputados e Senadores que assistem às audiências e que pedem para expor seus posicionamentos. Os parlamentares possuem direito de fala garantido em qualquer momento da sessão, e, para tal, lhes é oferecido cinco minutos. Eles

sinalizam sua vontade ao presidente da Comissão, que decide o momento em que eles podem falar.

Acrescento, ainda, outros dois modos de participação das audiências públicas interativas nos quais não me deterei em analisar nesta dissertação: (4) Participação de membros da sociedade civil por meio de mensagens eletrônicas enviadas pela página do e-Cidadania, as quais podem ou não ser encaminhadas à mesa dos debatedores, e, ainda segundo informações coletadas por meio da entrevista realizada por telefone com funcionário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nenhuma alteração é realizada no texto enviado para que se evitem “filtros no processo democrático”. Porém, cabe ao presidente decidir encaminhar ou não as mensagens. Durante todas as três audiências, apenas duas mensagens por audiência foram lidas no plenário, nenhuma das duas foi respondida, tão pouco alguma consideração foi levantada a respeito. Há ainda (5) a participação por meio do Alô Senado, canal telefônico do Senado Federal que realiza a coleta de mensagens por meio de contato telefônico mediado pelo Call Center da Casa, mas que não são lidas durante a audiência. O caráter interativo das audiências não adentra o parlamento, a participação dos espectadores das audiências se limita a mensagens publicadas no portal da internet e recebidas pelo telefone, mas que não são consideradas nas sessões.

As análises deste trabalho foram iniciadas por meio de vídeos disponíveis no site e-Cidadania, porém, em junho de 2016, fiz a solicitação à Coordenação de Eletrônica – COOELET, do Senado Federal, das gravações completas das audiências em DVD e pude notar uma diferença entre o material disponível na internet e as audiências. As falas disponíveis no site representavam um recorte bem menor do que a realidade das audiências, trazendo muito pouco além dos participantes convidados a formarem a mesa de debate. Este dado é significativo no que tange à representação dos discursos disponibilizados aos expectadores.

Na composição da mesa, é possível notar um certo equilíbrio numérico entre as partes de posição contrária, contudo, os parlamentares e os membros da comunidade civil que conquistam direito de fala desequilibram essa equação. Os deputados e senadores que discursam nas três audiências fora das mesas constituem o segundo maior grupo com direito de fala, representando um total de 23% dos participantes das audiências. Ao total, 11 parlamentares discursam nas três primeiras audiências (alguns estão presentes em mais de uma sessão). Entre esses, nove são contrários à sugestão e parecem fazer parte de uma frente conservadora mais

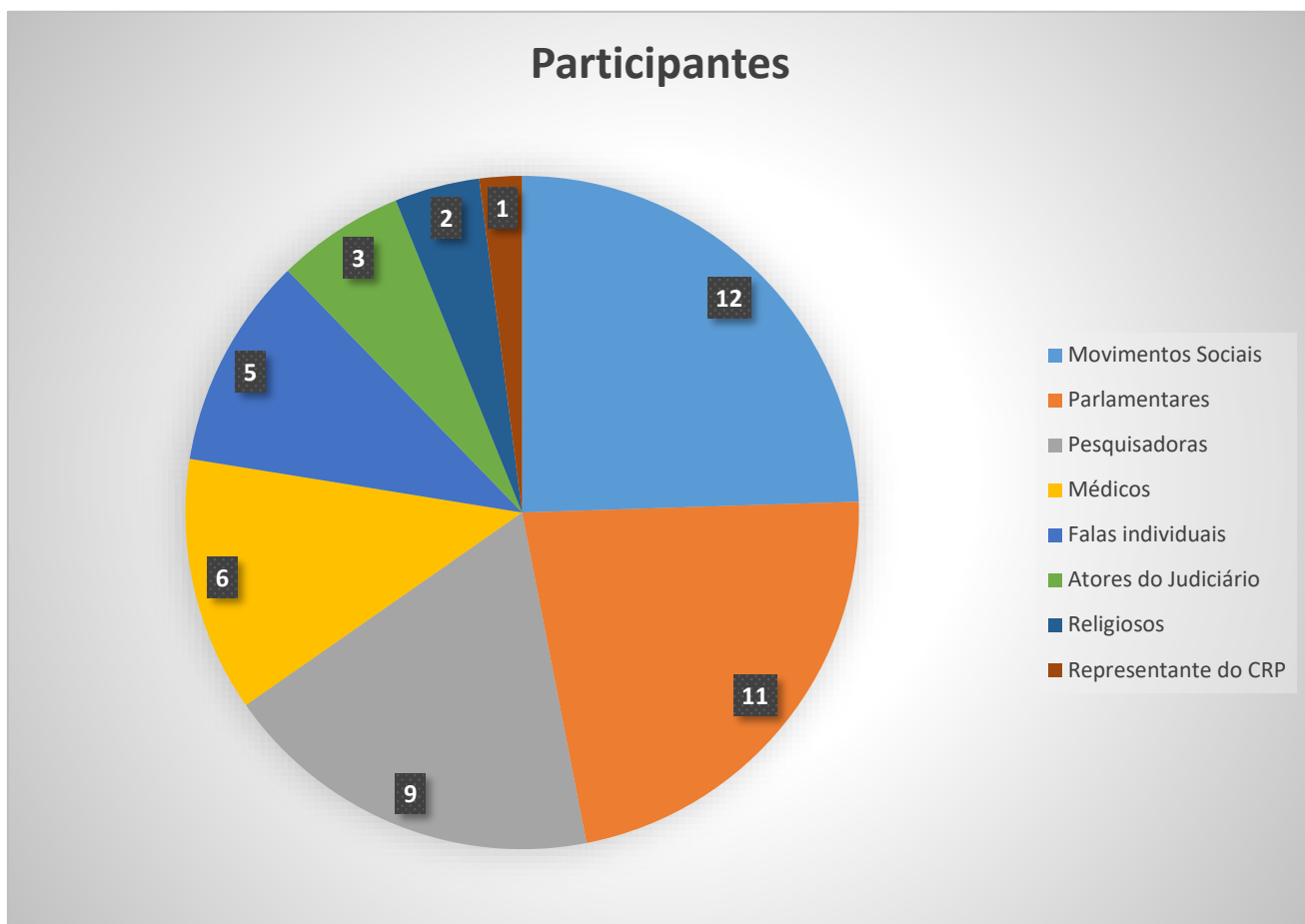
ampla dentro do parlamento. Ademais, o próprio relator da audiência, o senador Magno Malta, deixa transparecer em seu discurso uma tendência contrária à Sugestão discutida.

Os discursantes representantes de movimentos sociais estão presentes em todas as audiências, porém, não conseguiram direito de fala na sessão do dia 06 de agosto devido ao tempo escasso. Por outro lado, nesse mesmo dia, ocorreu a sessão com maior representação de parlamentares com direito de fala. E, como dito anteriormente, os parlamentares podem se pronunciar a qualquer momento em plenário, e essa presença massiva acabou desequilibrando os lados com direito de fala na terceira audiência. Ou seja, o alto número de participantes parlamentares retirou o direito de fala de outros grupos que não possuem direito de fala garantido.

Desequilíbrio que aponta para uma rarefação do sujeito que fala (FOUCAULT, 2012) nas audiências. O sujeito político das audiências do Senado, ainda que muitas vezes seja um deputado e não um senador, satisfaz as exigências da ordem do discurso dentro das audiências públicas interativas no Senado Federal e, por isso, possui mais poder tanto no tempo de fala, quanto na possibilidade de se pronunciar a qualquer momento, ainda que isso prejudique ou até exclua outros participantes.

O gráfico a seguir ilustra a repartição dos grupos dos discursantes das audiências. Cabe ressaltar que nele estão representados os sujeitos, mas não é levada em conta a quantidade de aparições destes nas audiências. Por exemplo, o deputado Marco Feliciano compareceu e falou em duas das três audiências, no entanto, para facilitar a compreensão, optei por contabilizar o participante e não a quantidade de aparições. No caso exemplificado, o deputado é representado no gráfico apenas uma vez, que o representa como discursante, e não duas vezes, que é a quantidade de audiências em que ele participou e discursou.

Gráfico 1 – Divisão dos participantes das audiências em grupos sócio-profissionais



Fonte: vídeos das audiências públicas.

Os senadores que estão à frente das audiências são:

1. Magno Malta, relator da Sugestão, senador pelo Espírito Santo, membro do Partido da República - PR.
2. Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, senador pelo Rio Grande do Sul, membro do Partido dos Trabalhadores - PT.
3. João Capiberibe, vice-presidente da CDH, senador pelo Amapá, membro do Partido Socialista Brasileiro.

Cabe ao presidente, ou ao vice, na ausência daquele, abrir a sessão, designar o tempo de fala e o número de participantes fora da mesa que terão direito à exposição, segundo observado nos vídeos das audiências e durante a entrevista realizada com funcionário da assessoria da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal. É comum nas audiências a insistência dos senadores em posição de presidência em lembrar que suas falas são

isentas de opinião e em ressaltar que o debate entre opiniões contrárias é salutar para o exercício da democracia, que é prioridade do Senado Federal. Os excertos abaixo ilustram essa tendência no discurso dos senadores:

“Não compete ao presidente, nesse momento aqui, se posicionar de uma forma ou de outra, compete ao presidente presidir a sessão.”
(Paulo Paim, 05/05)

“Na condição de Presidente desta Comissão, como eu já disse na audiência do dia 5, não me compete, neste momento, expressar posição e, sim, coordenar o debate. ” (Paulo Paim, 28/05)

Por outro lado, é incumbência do relator tornar ou rejeitar a Sugestão como Projeto de Lei, como descrito no capítulo anterior. Neste caso, o discurso do senador Magno Malta é menos preocupado com a imparcialidade e ele assume uma conduta mais personalista, em que deixa transparecer aos discursantes que é ele a quem se deve tentar convencer. Desta maneira, as falas da mesa acabam sendo centradas em torno do relator e não da população de maneira geral, configurando uma espécie de exercício de poder mais patrimonialista, centrada em interesses pessoais e não universais. Como é possível notar nos excertos abaixo:

“...para mim, que sou Relator e preciso formar consciência disso, pra mim, não serve para nada. ” (Magno Malta, 28/05. Sobre a dinâmica de questionamentos entre debatedores)

“...é porque quem tem que formar consciência é quem vota. ” (Magno Malta, 05/05)

A escolha de uma classificação que levasse em conta os aspectos sócio-profissionais dos discursantes das audiências se deu com base na percepção dos critérios que os mesmos estabeleceram em suas falas para se identificarem. Isso implica que a construção e apresentação de suas identidades foi dada conforme seus locais de pertencimento como sujeitos profissionais e pela marcação da diferença frente aos demais participantes, principalmente aos de posição contrária. Essa organização nessas categorias se pauta pelo conceito de identidade marcada pela diferença (WOODWARD, 2005), em que se entende que os sujeitos assumem diferentes posições sociais a partir dos distintos contextos em que podem participar. Abaixo, apresento quadros com os participantes das três audiências analisadas, nos quais os participantes estão

divididos basicamente: (1) pela data de participação; (2) por seu posicionamento frente a SUG nº15; e (3) por sua classificação sócio-profissional.

Para facilitar a leitura e para que se tenha uma visão mais clara dos participantes, optei por separar as categorias sócio-profissionais em quadros específicos, cada uma em um quadro próprio e, em alguma medida, foi necessário ampliar a classificação de cada categoria para abarcar as suas peculiaridades. Por exemplo, no quadro dos parlamentares considerei importante incluir a informação sobre o partido político ao qual cada um pertencia, no quadro das pesquisadoras inseri formação acadêmica e no dos movimentos sociais, o movimento representado. Apresento-os, então, por ordem de quantidade de participantes, do maior para o menor.

4.1 Movimentos sociais

Os discursantes inseridos neste quadro, em algum momento de sua fala, declararam-se como representantes de movimentos sociais e como sujeitos que falavam em nome destes grupos. Por perceber importante, o movimento representado também é colocado como um dado deste quadro, além da profissão do falante. A profissão desses atores não é o dado mais relevante para este quadro, mas faz parte de sua identidade, portanto, o dado que gostaria de focalizar é da pertença a um movimento social.

Ainda que nenhum desses elementos represente a totalidade desses indivíduos em uma sociedade de rede, entendo as identidades como fontes de significados internalizados, que podem influenciar o comportamento dessas pessoas nas negociações entre instituições e organizações produtoras de normas e regulamentação social (CASTELLS, 2006). Para o levantamento de dados sobre esses sujeitos, em alguns casos foi necessário, além da análise das audiências, uma pesquisa de pertença institucional e de currículo profissional nas páginas de internet dos movimentos.

Quadro 2 – Representantes de movimentos sociais

DATA DA AUDIÊNCIA	NOME	PROFISSÃO	MOVIMENTO REPRESENTADO	POSICIONAMENTO
5/5/2015	Maria do Socorro de Souza	Mestre em Política Social	Conselho Nacional de Saúde	A favor
	Rosângela aparecida Talib	Psicóloga	Católicas pelo Direito de Decidir	A favor

	Fernanda Rosas Pires de Saboia	Advocacy e Assessora Parlamentar	Articulação de Mulheres Brasileiras	A favor
	Alan Araújo		Movimento Brasil Sem Aborto	Contra
28/05/2015	Hermes Rodrigues Nery	Escritor e jornalista	Associação Nacional pró-vida e pró-família	Contra
	Jolúzia Batista	Socióloga	Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto	A favor
	Eleutéria Amora	Historiadora e Especialista em Políticas Públicas	Associação Brasileira de ONGs	A favor
	Luís Eduardo Girão	Cineasta e empresário	Movimento pela Vida e Não violência	Contra
	Maria das Neves	Estudante	União Brasileira de Mulheres	A favor
	Nazareno Feitosa	Funcionário Público	Movimento Brasil Aborto Zero	Contra
	Cintia Barenho	Professora	Marcha Mundial das Mulheres	A favor
	Ana Liési Thurler	Professora	Fórum das Mulheres do DF e Entorno	A favor

Fonte: vídeos das audiências públicas.

Os representantes de movimentos sociais, ainda que estejam entre os demais convidados pela assessoria da CDH, estão em número menor do que outros que compõe as mesas de exposição. Nas duas primeiras audiências, apenas três representantes, uma em cada data, estavam presentes na mesa, com direito a 10 minutos + 5 minutos de fala. No dia 05/05, a presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro, e a psicóloga Rosângela Talib, representante do “Católicas pelo Direito de Decidir”; e, no dia 28/05, a socióloga Jolúzia Batista, da “Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto”. Todos os demais participantes falaram fora das mesas, o que os abonou, no máximo, 3 minutos, cada, para exposição. Ou seja, mesmo sendo um dos grupos de maior presença nas audiências, os movimentos sociais garantem seu direito de fala, na maioria das vezes, por meio de inscrição voluntária com pedido para pronunciamento e, por isso, possuem menos minutos substanciais de fala que os demais atores da audiência.

Como é possível perceber, os movimentos sociais a favor da descriminalização do aborto nos termos da SUG nº 15 são a maioria da categoria, porém, não são unânimes. Os movimentos de posicionamento favorável à descriminalização do aborto são, em sua maioria, movimentos sociais feministas, enquanto o outro lado da tomada de posição é formado por grupos religiosos. Interessante ressaltar que o movimento “Católicas pelo Direito de Decidir”, favorável à SUG nº15, propõe uma articulação dos ideais feministas com os do cristianismo. Os movimentos favoráveis defendem, entre outros pontos, a autonomia da escolha da mulher e denunciam as altas taxas de mortalidade feminina, consequência do abortamento inseguro. Os movimentos contrários, focados na preservação da vida intrauterina, argumentam estarmos vivenciando uma tendência mundial de desvalorização da vida, que precisa ser combatida.

“A gente sabe que a interdição legal e a interdição religiosa não têm tido nenhum efeito para que o número de abortamentos decline. Tem-se mantido, pelo menos a estatística tem revelado, um número constante de abortamentos no País. E, como as minhas colegas já disseram, a consequência disso quem paga é a população menos privilegiada do nosso País”. (Rosângela Aparecida Talib, em 05/05)

“A questão do aborto é a ponta do iceberg. Sabemos que há um holocausto silencioso, vitimando milhares de seres humanos, a cada dia, em todas as partes do Planeta: vidas ceifadas ainda no ventre materno, do modo mais cruento e doloroso, pois o inimigo de Deus tem sede do sangue inocente.” (Hermes Rodrigues Nery, em 28/05)

Faz-se importante ressaltar que entendo os movimentos sociais estudados nesta dissertação por meio da sua autodefinição, abrindo mão da “pretensão de interpretar a ‘verdadeira’ consciência dos movimentos, como se somente pudessem existir revelando as contradições estruturais “reais” (CASTELLS, 2006). E ainda, do ponto de vista analítico, apoio-me na compreensão de que os movimentos podem ser tanto conservadores ou revolucionários, quanto ambos ou nenhum dos dois, não exigindo deles “uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social” (idem).

4.2 Parlamentares

Os parlamentares que discursam nas sessões são senadores e deputados brasileiros e constituem o segundo maior grupo representativo de participantes das audiências analisadas. A maioria desses parlamentares é contrária à SUG nº15 e se pauta por argumentos conservadores

e religiosos. O ex-deputado Luis Bassuma e a senadora Heloísa Helena foram os únicos convidados pela CDH para compor a mesa. Ao contrário desses, todos os demais parlamentares tiveram direito a 5 minutos de exposição sem necessidade de pleitear o direito de fala. O ex-deputado Luís Bassuma participou da audiência do dia 05/05 como convidado da mesa, e no dia 28/05 fora da mesa. A participação dos parlamentares nos dois primeiros dias foi bastante tímida em comparação à terceira audiência. Alguns desses políticos participaram de mais de uma audiência, como o ex-deputado exemplificado, mas foi registrada no quadro abaixo apenas a primeira aparição.

Os deputados Marco Feliciano, Flavinho e o ex-deputado Luis Bassuma, estiveram presentes em pelo menos duas das três audiências. É interessante notar que Luis Bassuma não é mais deputado, porém, a ele é dado o mesmo direito de fala que os demais parlamentares. Vale sublinhar, também, que Bassuma é autor do Projeto de Lei 478 de 2007, conhecido como Estatuto do Nascituro, que prevê a criminalização do aborto mesmo nos casos já permitidos em lei e que, em caso de estupro, e em caso de reconhecimento do estuprador, que este registre o filho e seja obrigado a pagar pensão alimentícia, levando o projeto a ser apelidado como “bolsa estupro”, por grupos de posicionamentos feministas. Importante ressaltar também que foi o deputado Marco Feliciano quem, quando na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em 2013, requereu a votação para que o Estatuto do Nascituro passasse a vigorar como lei.

O fato dos parlamentares terem maior poder de fala e liberdade de trânsito nas audiências potencializou um desequilíbrio entre os posicionamentos contrários e favoráveis dos discursantes das audiências. Levando-se em conta apenas os convidados que compõem a mesa de debates das sessões, dentre os 16 participantes convidados, 9 são a favor e 7 são contrários à SUG nº 15. Uma tendência maior pelo lado contrário, mas ainda em proporções relativamente equitativas.

Porém, ampliando o recorte para todos os participantes com direito de fala, de um total de 49 discursantes, 27 são contrários e 22 são favoráveis à descriminalização do aborto nos termos debatidos. Ou seja, nesse recorte ampliado, há uma tendência mais marcada para o lado contrário. E, quando focamos nos políticos, dos 11 parlamentares que discursam nas audiências, apenas 2 são a favor da descriminalização, enquanto 9 são contra.

Essa evidente disparidade, consequência de uma presença massiva dos parlamentares com possibilidade de se expressar legitimamente, demonstra a sobredeterminação da

participação dos discursos contrários na criação de um ambiente no qual prevalece a voz de um dos lados do posicionamento. O que ajuda a criar a ideia de que os parlamentares representam a voz do povo e, assim sendo, que a maioria dessa população é contrária à descriminalização do aborto. Isso também ajuda a legitimar o discurso conservador, pois, se a maioria das pessoas é contra, logo seu discurso é digno de apoio. O quadro abaixo ilustra a participação dos parlamentares:

Quadro 3 – Participantes Parlamentares

DATA DA AUDIÊNCIA	NOME E CARGO	PARTIDO	POSICIONAMENTO
05/05/2015	Senadora Regina Souza	PT/PI	A favor
	Ex-deputado Luiz Bassuma	PV/BA	Contra
28/05/2015	Deputado Marco Feliciano	PSC/SP	Contra
	Deputado Flavinho	PSB/SP	Contra
06/08/2015	Deputado Leonardo Quintão	PMDB/MG	Contra
	Deputado Diego Garcia	PHS/PR	Contra
	Vereadora Heloísa Helena	REDE/ LA	Contra
	Senador Randolfe Rodrigues	REDE/ PE	Contra
	Deputado Evandro Gussi	PV/SP	Contra
	Deputado Jean Willys	PSOL/RJ	A Favor
	Deputado Professor Victório Galli	PSC/MT	Contra

Fonte: vídeos das audiências públicas.

O discurso dos parlamentares é, em grande parte, voltado para a construção da própria identidade como líder e representante do povo. Há uma preocupação quase unânime em construir e manter a imagem da pessoa pública, voz daqueles que não são ouvidos, que zela

pelo bem dos seus eleitores e que defende a moral cristã. As identidades sociais são construídas e estabelecidas por meio do discurso (FAIRCLOUGH, 2001), e os parlamentares analisados manifestam o que poderia se chamar de *ethos* político, que é realizado na forma como se apresentam, como prestam contas aos seus eleitores, como exigem respeito para com a pessoa pública que são, e, sobretudo, como demandam o direito de fala. Os excertos abaixo exemplificam:

“Eu queria dizer às pessoas que praticamente vaiaram quando o senhor anunciou a minha presença que, para estar aqui, nesta Casa, é preciso ter votos, e eu tive 400 mil votos. Então, tenho voz ativa nesta Casa para representar quem quer que seja”. (Deputado Marco Feliciano, em 28/05)

“Represento centenas de brasileiros e brasileiras que defendem a vida. Represento a maioria, a grande maioria deste País”. (Deputado Diego Garcia, em 06/08)

“Quero deixar muito claro que, ao chegar nesta Casa, venho para defender os valores dessas pessoas que me elegeram, ou seja, fui eleito pelos católicos, pelos cristãos. A defesa da vida, a defesa da família, para mim, é a bandeira principal e não abro mão dessas bandeiras”. (Deputado Flavinho, em 06/08)

O *ethos* é constituído para além do discurso: é manifestado com o corpo inteiro e é intertextual (FAIRCLOUGH, 2001). Os parlamentares também sustentam na sua apresentação uma identidade messiânica que remete aos discursos religiosos protestantes, não só no seu conteúdo que evoca princípios cristãos e remota a passagens de textos bíblicos, mas na entonação, musicalização, pausa para palmas depois de uma declaração acalorada, e de uma pretensa capacidade de salvar vidas.

“Eu espero ter salvado a vida de alguma criança, já que a TV Senado está transmitindo isto, nestes segundos que eu falei. ” (Ex-deputado Luiz Bassuma, em 28/05)

“Eu estava aqui quieto, com a minha dengue, ouvindo todo mundo, filtrando. O apóstolo Paulo, o intérprete da mente de Cristo – eu nem passei no vestibular –, Paulo dizia o seguinte – olha, perto de Paulo, que foi educado aos pés de Gamaliel, eu não sou ninguém –, e Paulo

disse o seguinte: "Ouvi de tudo e retende o que é bom". E a gente só ouve de tudo ouvindo todo mundo." (Magno Malta, 05/05)

Os discursos nas audiências públicas estão inseridos na prática de um ritual de propriedades e papéis singulares pré-determinados:

“O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção”. (FOUCAULT, 2012)

O modo pelo qual as identidades são construídas nas sociedades é um aspecto fundamental de como elas funcionam. Para Fairclough (2001), as identidades são relacionais, pois a forma como uma pessoa representa o mundo, aquilo com que ela se compromete, é parte de como ela se identifica e se relaciona e interage com um outro. Mas, ainda que sejam relacionais, as identidades também são acionais e representacionais.

4.3 Pesquisadoras

O grupo das pesquisadoras é o que apresenta a configuração mais equilibrada quanto ao posicionamento sobre a descriminalização do aborto nos termos propostos pelo texto das audiências. O grupo é constituído apenas por mulheres que se apresentam ou são apresentadas como especialistas no tema. Há uma tendência em se valorizar a participação de pessoas qualificadas para se discutir determinado assunto, pois essas pessoas saciam a vontade de verdade (FOUCAULT, 2012) dos seus interlocutores. Porém, antes de entrar neste ponto, gostaria de explorar um pouco o fato de que um grupo de especialistas formado apenas por mulheres em um debate sobre a descriminalização do aborto adentra uma seara mais ampla que a valorização do discurso acadêmico, é o momento em que a experiência do ser mulher torna-se crucial para a prática discursiva.

O corpo tido como matriz representacional manifesta nas práticas sociais as regras de funcionamento de uma sociedade e os mecanismos que constroem as divisões binárias do social. As posições ocupadas nos lugares de fala e de autoridade são majoritariamente masculinas, mas a fala científica de mulheres sobre o tema reforça a pressuposição de que “do sexo biológico

decorre o destino feminino e sua própria definição: maternidade, família e casamento, domínio do privado, sensibilidade, fragilidade, intuição, atributos da “verdadeira” mulher” (NAVARRO-SWAIN, 2002). Portanto, apenas uma mulher seria capaz de entender algo biologicamente feminino.

Será possível notar mais adiante que o grupo das pesquisadoras favoráveis à descriminalização do aborto é dotado por mulheres envolvidas em trabalhos acadêmicos ligados a gênero e saúde reprodutiva das mulheres. Por outro lado, o grupo das pesquisadoras contrárias à SUG nº15 é constituído por mulheres que, apesar de possuírem uma formação acadêmica notória, em sua maioria, suas pesquisas e estudos não são voltados para o tema em questão. Problematizo esse ponto porque é importante legitimar as falas das especialistas não apenas pela sua pertença biológica enquanto mulher, mas quanto sua autoridade científica e profissional sobre o tema, que não deve ser colocada em segundo plano.

Quadro 4 – Pesquisadoras participantes das audiências

DATA DA AUDIÊNCIA	NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TÍTULO DA ÚLTIMA ESPECIALIZAÇÃO	POSICIONAMENTO
05/05/15	Isabella Mantovani	Graduada e mestranda em Odontologia pela UNICAMP, possui especialização em Bioética pela PUC-RJ.	“Utilização dos Indicadores de Saúde Bucal no Planejamento da Assistência Odontológica na Estratégia de Saúde da Família. ”	Contra
28/05/15	Fernanda Takitani	Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina e pós-graduada em Humanidade pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais - IICS SP	Currículo não disponível na plataforma Lattes	Contra
	Lenise Aparecida Martins Garcia	Doutora em Microbiologia e Imunologia pela UNIFESP	“Obtenção de mutantes auxotróficos em <i>Crithidia fasciculat</i> ”	Contra
	Lia Zanotta Machado	Doutora em Sociologia pela USP com pós-doutorado pela <i>Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales</i> , na França.	“Estado, Escola e Ideologia”	A favor
	Sandra Valongueiro Alves	Graduada em Medicina e doutora em Sociologia pela Universidade do Texas, nos Estados Unidos	“Maternal Mortality: A New Estimate for Pernambuco, Brazil.”	A favor

06/08/15	Sonia Corrêa	Graduada em Arquitetura pela UFRJ e pós-graduada em Antropologia pela Université Paris VII.	“Reproductive Health Policies and Poverty Programs in Latin America”	A favor
	Débora Diniz	Doutora em Antropologia pela UnB com pós-doutorado pela <i>University of Michigan Law School</i> , nos Estados Unidos; pela <i>University of Toronto</i> , no Canadá; e pela UERJ, Brasil.	“Da Impossibilidade do Trágico: conflitos morais e bioética”	A favor
	Viviane Petinelle e Silva	Doutora em Ciência Política pela UFMG, com pós-doutorado em andamento pela mesma universidade.	“Uma análise dos condicionantes da capacidade de influência das conferências de políticas públicas sobre os programas das respectivas políticas.”	Contra
	Márcia Tiburi	Doutora em Filosofia pela UFRGS, com pós-doutorado pela UNICAMP.	“Dialética negativa: superação negativa e a transformação da filosofia em Theodor W. Adorno”	A Favor

Fonte: vídeos das audiências públicas e Plataforma Lattes (2016).

Todas as pesquisadoras foram convidadas a compor a mesa de debates. Portanto, as especialistas tiveram tempo de fala superior aos demais participantes fora da mesa e turno de fala garantidos. Apesar de muitas estarem ligadas a movimentos sociais, universidades e grupos religiosos, o *ethos* acadêmico se sobrepôs nas falas das participantes dessa categoria, e, com isso, seu discurso era dotado de características típicas da identidade catedrática: falas baseadas em dados estatísticos, tendência a impessoalidade, distanciamento do objeto e tentativa de desconstrução de argumentos contrários.

Devido a identidade acadêmica das participantes, foram acrescentadas no quadro desta categoria as informações sobre formação acadêmica e título da última especialização, em uma tentativa de representar o lugar de autoridade no assunto assumido pelas participantes. A pesquisa foi feita com base nos dados disponíveis na Plataforma Lattes (2016). Todas as participantes possuem pelo menos uma graduação e uma especialização. Contudo, apenas as participantes favoráveis à SUG nº15 possuem trabalho acadêmico que aborde especificamente questões relacionadas a gênero, mortalidade materna e aborto. Apesar disso, todas elas tangenciam o tema em práticas assumidas para além do campo científico.

As contrárias à descriminalização participam de campanhas religiosas e grupos sociais que discutem o tema. As ações que as especialistas do grupo contrário realizam são mais voltadas à comunidade e possuem uma abrangência popular maior que a produção das especialistas do grupo favorável. Isso está relacionado com o raio de alcance que determinados gêneros textuais (artigos científicos etc) possuem em relação a sociedade como um todo, principalmente às mulheres em situação desprivilegiadas de letramento, que são as que mais recorrem ao abortamento inseguro (DINIZ, 2008). Neste ponto, sublinho a necessidade de uma construção dialógica entre a comunidade científica e a população mais desfavorecida. Ainda que tenhamos uma produção científica de grande importância social, percebo que o alcance à população ainda é restrito e esse espaço é muitas vezes ocupado por grupos que, ainda que dotados de boa intenção, podem imputar valores morais sobre decisões complexas que envolvem a vida das mulheres.

4.4 Médicos

Os médicos e médicas que discursaram nas três primeiras audiências sobre a descriminalização do aborto foram convidados e participaram da mesa de debate, com tempo de 10 minutos + 5 para sua apresentação, e todos utilizaram algum recurso audiovisual para tal (slides, trechos de documentários etc.). A doutora Kipman, primeira participante geral a falar nas audiências, levou alguns bonecos de resina que simulavam o tamanho e características dos fetos no decorrer do tempo. O boneco que correspondia a um feto de 12 semanas também foi utilizado por outros participantes das audiências, como o ex-deputado Luis Bassuma e o cineasta Luis Eduardo Girão, para comover aqueles que acompanhavam a sessão.

A maioria dos médicos e médicas discursantes estiveram presentes na primeira audiência. Na segunda audiência, no dia 28 de maio, apenas o doutor Thomaz Gollop participou da mesa de exposições. Dos seis atores deste grupo, quatro são favoráveis à SUG nº 15. O grupo

também é formado majoritariamente por doutoras. Contudo, ambos os homens desta categoria declararam posicionamento a favor da descriminalização do aborto.

O doutor Henrique Batista e Silva falou como representante do Conselho Federal de Medicina e essa assumpção me fez hesitar quanto ao seu grupo de pertencimento. A dúvida era se ele deveria estar entre o grupo de médicos ou entre o grupo de representantes de Conselhos de Saúde. Isso demonstra que a classificação adotada não é rígida e que entende que os atores deste trabalho, na condição de sujeitos pós-modernos, possuem identidade móvel, definida histórica e socialmente. Assim, cada pessoa possui identidades diversas e até contraditórias que são assumidas em diferentes momentos (HALL, 2006).

Quadro 5 – médicos participantes das audiências

DATA DA AUDIÊNCIA	NOME	ESPECIALIDADE	POSICIONAMENTO
05/05/15	Elizabeth Kipman	Especialista em Ginecologia e obstetrícia	Contra
	Henrique Batista e Silva	Mestre e especialista em Cardiologia	A favor
	Eliane Oliveira	Especialista em neonatologia e doutora em Educação	Contra
	Ana Maria Costa	Doutora em Ciências da Saúde	A favor
	Maria Esther de Albuquerque Vilela	Especialista em ginecologia e obstetrícia e fitoterapia.	A favor
28/05/15	Thomaz Gollop	Doutor em Ciências Biológicas e especialista em ginecologia e obstetrícia	A favor

Fonte: vídeos das audiências públicas.

Historicamente, a ciência médica não só tomou para si a gerência sobre o funcionamento do corpo feminino, como perseguiu as mulheres que possuíam conhecimentos sobre como tratar do próprio corpo. Todo o conhecimento médico sobre o corpo feminino no Brasil colônia dizia respeito à reprodução e o discurso médico estava inscrito no discurso religioso, que entendia a natureza feminina como exclusivamente voltada à procriação (DEL PRIORE, 2015). Apesar de relativamente distante no tempo em relação à ciência médica dos séculos XVI e XVII, o discurso das médicas contrárias à descriminalização reforçam a concepção da maternidade e procriação como finalidades da natureza feminina, de forma moral e biológica, e reforçam a diferença em comparação ao masculino. Observemos os trechos das falas:

“Se é muito difícil para a mulher, quando ela engravida, ter uma gravidez inesperada, em geral, passado o primeiro trimestre ela aceita. Ela sente o neném mexer. Ela aceita. Ela tem amor, né. ” (Dra. Elizabeth Kipman)

“Sabemos que o homem é emocionalmente bem-dotado. Hoje, nós temos a psiconeuroendocrinoimunologia. Nós somos regidos pelas emoções, mas a mulher é muito mais emocional, pela própria natureza hormonal, pela própria natureza endócrina, vítima da TPM, que é uma situação muitas vezes difícil para algumas mulheres.” (Dra. Eliane Oliveira)

Os demais médicos, favoráveis à descriminalização, pautam seus discursos em questões como a alta taxa de mortalidade materna e o risco à saúde das mulheres devido a abortamentos inseguros e demonstram uma preocupação maior em relação ao que tange à liberdade de escolha e planejamento familiar. Como pode ser notado no exemplo abaixo:

“As mulheres não abortam por conta de que o amante, o patrão, o namorado... Elas não são mandadas pelos homens. Elas têm exatamente a mesma capacidade intelectual que os homens. E ter filhos é um projeto de vida para as pessoas. Dura décadas, se bem executado.” (Dr. Thomas Gollop)

4.5 Falas individuais

Os participantes alocados nesta categoria são pessoas que estavam presentes nas audiências e angariaram tempo de fala. Com, no máximo, 3 minutos, suas falas se pautavam sobre sua experiência de vida ou percepções individuais e eles não se apresentaram como representantes de qualquer movimento social ou grupo sócio-profissional (com exceção ao cinegrafista norte-americano David Kyle, que foi convidado da mesa e teve maior tempo para exposição dos argumentos). Ademais, todos os representantes deste grupo são contrários à SUG nº15.

O discursante João Rodarte Rosa não apresentou nenhuma informação específica sobre si, e o presidente da mesa o chamou apenas pelo nome. A fim de seguir o padrão do quadro, uma busca em sites da internet foi realizada e foi possível verificar que o mesmo é presidente da Sociedade de Divulgação Espírita Auta de Souza (SOCIEDADE, 2016). Contudo, como ele não se apresenta como o presidente de uma sociedade, optei por incluí-lo na categoria de falas individuais.

David Kyle, diretor do filme “Blood Money”, é estadunidense e suas falas foram transcritas com base na tradução em tempo real realizada pelo Senado Federal. Apenas algumas frases foram incluídas e traduzidas por mim mesma quando, por alguma questão técnica, trechos traduzidos não foram apresentados pela equipe do Senado nos vídeos.

Quadro 6 – participantes individuais das audiências.

DATA DA AUDIÊNCIA	NOME	CARGO OU FUNÇÃO	POSICIONAMENTO
05/05/15	Fernanda Oliveira	Estudante de Serviço Social	Contra
	João Rodarte Rosa	Presidente da Sociedade de Divulgação Espírita Auta de Souza	Contra
28/05/15	Kátia Batalha	Professora de educação infantil	Contra
	Rubenita Lessa	Advogada	Contra
06/08/2015	David Kyle	Diretor do filme “Blood Money”	Contra

Fonte: vídeos das audiências públicas e Sociedade de Divulgação Espírita Auta de Souza (2016).

O discurso dos participantes das primeiras audiências reforça a maternidade como lugar de realização natural do feminino e, para eles, as políticas públicas e medidas de assistência têm o papel de assegurar que as mulheres seguirão seu papel pré-determinado biologicamente. A mulher que aborta é a mulher que nega a sua natureza sagrada de mãe, e sofrerá a culpa por seu pecado. Em contrapartida, a figura da Virgem Maria, a mãe abnegada e pura, que gesta e materna o salvador do mundo, é apresentada como exemplo de que, ainda sobre situações adversas, seguir com a gestação é o melhor a se fazer para se ter o perdão divino e gozar, ainda que apenas no pós-vida, de redenção e de paz eterna.

“Se houvesse políticas públicas de amparo e de assistência anterior, milhares de mulheres não pensariam em abortar, porque, como a gente sabe, as mulheres não querem abortar simplesmente porque querem abortar, porque dói, porque machuca e porque fere não só a questão física, mas a emocional. Então a pessoa morre quando ela aborta para o resto da vida, porque ela vai levar isso dentro de si. E ela carrega consigo pelo resto da sua vida a culpa.” (Fernanda Oliveira)

“Que Jesus, o divino amigo de todas as horas, possa envolver nossos corações e mentes nesse instante. E Maria Santíssima, com 15 anos, quando foi anunciado que seria mãe num processo dito milagroso, num país onde a mulher era apedrejada, seria morta, assassinada de forma cruel, disse sim à vida, enfrentando todas as dificuldades. Que Maria

possa estar conosco, principalmente com aqueles que equivocadamente defendem a legalização do aborto. ” (João Rodarte Rosas)

Ao contrário de quase todos os outros participantes, os atores deste grupo possuem um discurso mais pessoal e se colocam como pessoas diretamente envolvidas na questão do abortamento, e não como alguém de fora que está a deliberar sobre uma medida que afetaria a vida das outras. O “eu” e o “tu” desses participantes é mais claro. Eles falam sobre eles, mas ainda se diferenciam das outras (as mulheres que abortam). Os atores que falam nesta seção, ainda que sejam mulheres, são as que jamais abortariam, segundo suas proposições. São mulheres que se identificam com a maternidade como natureza final feminina, e que creem que a descriminalização do aborto não só ameaça a experiência da maternidade plena, mas que reduz e desqualifica a pessoa de direito que são seus filhos e os filhos das suas familiares.

“Eu quero saber se o meu filho também, que está aqui e tem apenas um ano e dez (meses), ele ainda está em formação, então eu quero saber se ele é um ser ou se ainda é uma potencialidade. Eu quero saber se alguém pode me explicar qual é a diferença. ” (Kátia Batalha)

“Eu, como mulher, vou dizer muito alegremente que minha irmã está gestante. Ela fez este ultrassom que mostro para vocês. Como veem, o feto aqui fica como quem brinca no ventre dela. E ele só tinha, ao tempo do exame, onze semanas e quatro dias. Este aqui pode morrer? A pergunta realmente é esta: a mulher vale mais do que este bebê? É essa pergunta que nós temos que fazer? Este bebê não tem importância? ” (Rubenita Lessa)

A Pragmática se ocupa, entre outras coisas, dos meios indiretos de um falante alcançar determinados objetivos comunicativos. A delicadeza, ou cortesia verbal, seria um dos motivos em se utilizar de meios indiretos para alcançar esses fins (LIMA, 2006). Os atos linguísticos podem ser protetores ou ameaçadores da face. A face positiva versa em o indivíduo procurar aceitação do outro, e a face negativa em ter o direito a não ser limitado pelo outro na sua liberdade de ação. Portanto, a delicadeza verbal é uma estratégia de proteção de face do interlocutor.

Os exemplos das participantes transcritos acima refletem uma ameaça à face do receptor a que elas dirigiam perguntas em seu tempo de pronúncia, pois “perguntar é um ato potencialmente ameaçador para a face negativa do(a) receptor(a)” (FAIRCLOUGH, 2001, p.206). As perguntas feitas por ambas as participantes não tinham o propósito claro de sanar

uma dúvida, mas de afetar seus receptores (as), que não eram uma pessoa específica, mas todas os participantes presentes que possuíam posicionamento contrário ao seu.

Já no exemplo abaixo, o participante não apenas se diferencia das “outras” por ser homem e por ser contra a descriminalização do aborto, mas também se coloca como cidadão de outra cultura. O “nós” do primeiro período inclui a si e aos americanos que têm “crianças” mortas pelo aborto. Na segunda, ele já não se inclui nas famílias afetadas pelo aborto nos Estados Unidos, sua posição é de observador. Porém, no último período do trecho apresentado, ele se exclui da representação e assume a identidade de conselheiro vindo de um país a frente no tempo que tomou uma decisão errada. Em seu discurso, o aborto é um ator que “mata crianças”, “destrói relacionamentos e famílias”.

“Nos Estados Unidos, nós temos milhões de crianças que são mortas por aborto. Então, as famílias, nos Estados Unidos, todas, são afetadas pelo aborto, de alguma forma. Por que vocês, aqui, no Brasil, querem se colocar nessa situação? Não faz sentido! O aborto destrói relacionamentos, famílias. Por que é que vocês fariam isso?” (David Kyle)

4.6 Atores do poder judiciário

Os discursantes enquadrados na categoria “atores do judiciário” são duas advogadas da Comissão da Mulher Advogada da OAB/DF, Ilka Teodoro e Nayara Magalhães, e o ex-procurador geral da República, Cláudio Fonteles. Ambas as advogadas são favoráveis à descriminalização do aborto nos termos da Sugestão dessas audiências, mas o ex-procurador é contrário.

A participante e o participante da primeira audiência foram convidados pela assessoria e compuseram a mesa de debates, com, pelo menos, 10 minutos de fala. Já a discursante da terceira audiência, Nayara Magalhães, teve apenas dois minutos, tempo liberado pelo presidente interino da Comissão, João Capiberibe. Cabe ressaltar que a advogada foi a única pessoa que conseguiu tempo de fala não tendo sido convidada pela assessoria e nem sendo parlamentar nessa audiência. Como explicado anteriormente, a audiência do dia 06/08 foi tomada pela presença dos políticos e apresentou uma configuração diferente às antecedentes por não dar voz às pessoas para além destes e da mesa de debate.

Quadro 7 – atores do poder judiciário que participam das audiências

DATA DA AUDIÊNCIA	NOME	CARGO OU FUNÇÃO	POSICIONAMENTO
05/05/15	Ilka Teodoro	Advogada representante e conselheira seccional da Comissão da Mulher da OAB/DF	A favor
	Cláudio Fonteles	Ex-procurador geral da República	Contra
06/08/2015	Nayara Teixeira Magalhães	Advogada membro da Comissão da Mulher Advogada da OAB/DF	A favor

Fonte: vídeos das audiências públicas.

A Constituição é a principal norma interna do Brasil e determina desde a forma de Estado e de governo, até os direitos e deveres coletivos e individuais dos cidadãos e cidadãs brasileiras. Em toda história do Brasil, oito Constituições já foram implementadas. Na primeira, de 1824, dois anos após a independência de Portugal, a mulher estava excluída de quase todos os atos da vida civil. Apenas na Constituição de 1934 a mulher conquistou o princípio de igualdade entre os sexos no texto da Carta Magna, três anos após a conquista do direito ao voto.

A Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, por meio da influência dos movimentos de mulheres e feministas, incluiu, entre outras, duas grandes conquistas para as mulheres: (a) o princípio de isonomia, no qual mulheres foram colocadas com igualdade aos homens em direitos e deveres e (b) a inclusão do planejamento familiar. A mulher como sujeito de direito, teve, historicamente, seu corpo controlado por políticas de natalidade e controle demográfico: do Brasil colônia até 1950 era necessário aumentar a população contra o vazio demográfico, e depois de 1960 era preciso controlar o crescimento desenfreado.

As regras de convivência humana são estabelecidas pelo Código Penal e desrespeitá-las constitui crime passível de penas, que diferem em grau dependendo do ato infracional. No Brasil, ao longo do tempo, as leis penais diferenciavam homens e mulheres. Por exemplo, as mulheres, ao contrário dos homens, eram divididas em honestas e não honestas, e essa diferenciação influenciava a tipificação dos crimes e aplicação das penas. (CORTÊS,2012).

O Código Penal brasileiro sofreu alterações ao longo do tempo, porém, a questão do aborto não foi alterada desde a sua versão republicana, tratando-o como crime. Atualmente, como tratado no capítulo introdutório desta dissertação, vigora o estabelecido no Código Penal de 1940, em que há escusa absolutória quando para salvar a vida da gestante, em caso de feto com anencefalia e nos casos de gravidez decorrente de estupro. Apesar desses permissivos

legais, apenas no final dos anos de 1980 os serviços de saúde começaram a ser estruturados para atender gestações decorrentes de estupro, quase ao mesmo tempo em que eclodiam solicitações de autorização judicial para aborto em caso de anencefalia do feto (VILLELA e BARBOSA, 2011).

Os discursos das advogadas reforçam a necessidade da atualização do Código Penal e entendem o direito de escolha como parte da conjectura do exercício de cidadania. Ambas as advogadas reforçam o *ethos* jurídico e discorrem a respeito das leis e suas aplicações. Ao se apresentarem como representantes da Ordem dos Advogados do DF, sustentam que a instituição não tem um posicionamento claro quanto à questão, mas reforçam que a criminalização da mulher representa um atraso legislativo.

Então, o foco para o qual eu gostaria de chamar atenção é justamente sobre esses aspectos: o anacronismo da lei; o descompasso entre a legislação e a realidade, a incoerência de se tratar a questão exclusivamente sob a ótica criminal e a necessidade de se garantir autonomia, direito de escolha às mulheres por ser pressuposto do exercício da cidadania e da dignidade da pessoa humana. (Ilka Teodoro)

Temos hoje um Código Penal de 1940, que considera crime a interrupção voluntária da gestação. Um código que sofreu diversas reformas, alterações, modificações, mas não houve nenhuma alteração nos artigos 124 e seguintes, que criminalizam o aborto e preveem a pena de detenção de 1 a 3 anos às mulheres que cometem esse crime. (Nayara Teixeira)

O *ethos* que o ex-procurador geral, Cláudio Fonteles, se apropria é mais próximo ao de político do que de jurista. Contrário à sugestão, seu discurso alerta para o perigo que a autonomia das mulheres pode trazer à sociedade brasileira, ao permitir que elas possam “matar vidas”. Além disso, quando versa sobre leis, sustenta que já há leis que protegem as mulheres do machismo violento, como é o caso da Lei Maria da Penha, e que além dessa, as mulheres precisam de uma lei que as proteja do abandono masculino como forma de garantir a continuação da gravidez.

O discurso do ex-procurador é repleto de adjetivos que caracterizam e atribuem valores aos atores envolvidos na cena discursiva. (legislação: “excepcional”, “maravilhosa”, “digna de aplausos”; machismo: “violento, brutal, desrespeitoso nas relações conjugais”; mulher:

“abandonada”, “coagida”; homem: “príncipe encantado”). Com isso, ele apresenta um ponto central sobre o porquê do aborto das “outras”: primeiro, a mulher é representada em situação de vulnerabilidade pela falta de um companheiro, que é bom e viril. E segundo, uma vez que se freie a agressividade deste homem e que ele seja obrigado a não abandonar a mulher, esta não precisará recorrer mais ao abortamento. A lei, no discurso do ex-procurador, é um ator social com maior poder de agência que a mulher ou qualquer outro ator, inclusive o homem. A legislação, posta assim, possui uma capacidade de sobredeterminação das práticas sociais. Uma vez criada, ela seria capaz de ordenar as relações íntimas de homens e mulheres, extinguindo o abandono. A maneira com a qual Cláudio Fonteles representa a capacidade das leis, ativa o pressuposto de que as práticas machistas só existem por falta da aplicação de uma lei que as controle.

Este Parlamento produziu uma legislação excepcional, maravilhosa, digna de aplausos, a chamada Lei Maria da Penha. Perfeita! E por quê? Porque sancionou fortemente o machismo nosso, violento, brutal, desrespeitoso nas relações conjugais. Perfeito. Perfeito! Agora, por que este Parlamento não tem coragem de dar o passo seguinte, coerente com essa preservação da mulher, à luz do que acabei de lhes trazer sobre essa jovem advogada de 28 anos que partiu para essa conduta? Por que ela partiu para essa conduta? Porque foi absolutamente abandonada por seus familiares e completamente coagida por seu príncipe encantado. (...) Esse é o ponto! Por que este Parlamento, então, no passo seguinte, Senador Paulo Paim, Senadora e Senador Magno Malta, na coerência, não cria a Lei Maria do Abandono? (Cláudio Fonteles).

4.7 Religiosos

Os participantes das audiências que se apresentam por um título religioso são os padres Paulo Ricardo e Bernardo Graz. Ambos são contrários à descriminalização do aborto e participam das audiências na condição de convidados que compõe a mesa.

A presença de participantes religiosos nas audiências sobre o aborto é esperada, pois a Igreja teve grande participação histórica sobre o controle do corpo feminino. Vários participantes classificados em outras categorias sócio-profissionais se apropriam do discurso religioso. Contudo, por mais que a categoria de religiosos seja composta por dois padres, há a

presença ativa também de espíritas kardecistas (principalmente presentes nos movimentos sociais) e evangélicos (principalmente entre os parlamentares).

Quadro 8 – religiosos participantes das audiências.

DATA DA AUDIÊNCIA	NOME	CARGO OU FUNÇÃO	POSICIONAMENTO
28/05/15	Bernardo Graz	Padre	Contra
06/08/15	Paulo Ricardo	Padre	Contra

Fonte: vídeos das audiências públicas.

Há registros do aborto em literaturas de povos que precederam o Cristianismo, o que supõe que a prática não surgiu com a contemporaneidade e nem está diretamente ligada à maior liberdade sexual das mulheres (VILLELA e BARBOSA, 2011). O grau de aceitação do abortamento varia em cada cultura e em relação ao período histórico. Ligada a questões filosóficas e religiosas, a oposição ao aborto se torna mais sólida na medida em que a presença da Igreja influencia o Estado.

A condenação religiosa ao aborto se baseava inicialmente na ideia de que a mulher não poderia negar ao marido a sua descendência. Posteriormente, a discussão centrou-se na concepção de que em um dado momento o embrião possuiria alma e se tornaria, então, “um filho de Deus”. (idem) A igreja havia fixado o momento de entrada da alma no embrião quando a gestante começava a sentir os movimentos fetais e não condenava o aborto (se realizado pela própria mulher) antes disso. Com o tempo, a discussão ampliou e o aborto passou a ser considerado pecado independentemente do tempo da sua realização. E é neste ponto que o discurso do padre Bernardo Graz se apoia, de que o aborto, realizado a qualquer momento, é um ato contra a vida de um “filho de Deus” e deve ser combatido.

O tempo de fala do religioso é todo voltado para debater e questionar a fala do médico Thomaz Gollop. Para isso, o padre se utiliza de termos médicos e destaca que ele mesmo era médico na Itália, seu país de origem, antes de se tornar padre e se mudar para o Brasil. Investindo em uma identidade híbrida, como religioso e médico, seu discurso defende que não apenas o aborto é um crime contra a vida, mas que a pílula do dia seguinte também é abortiva. O padre utiliza de estratégias de legitimação em seu discurso ao se referir a estudos de universidades internacionais, ainda que não cite a fonte, “principalmente de língua inglesa” como superiores aos nacionais e dignos de crédito pela audiência.

“Estudos internacionais – não trouxe aqui porque vim, assim, só para ouvir – demonstram claramente que a anticoncepção de emergência é abortiva, porque existe o fator precoce de gravidez, estudado em várias universidades, principalmente de língua inglesa, que é uma imunoproteína que aparece no sangue exatamente cinco ou seis horas após a fecundação. Em um estudo feito com a anticoncepção de emergência, viu-se que, em certos casos, no sangue, depois de cinco ou seis horas, aparece o fator precoce de gravidez; significa que houve vida. E, depois que se aplica a anticoncepção de emergência, desaparece; significa que houve morte.” (Bernardo Graz)

O padre Paulo Ricardo, por sua vez, constrói seu discurso criando um inimigo comum que deve ser combatido por ameaçar o bem da sociedade. Este inimigo pretende, por meio de uma “engenharia social”, manipular os movimentos sociais para mudar a sociedade e o comportamento das pessoas, e, por fim, estando ligado a fundações pró-aborto, estimular que as mulheres cometam e defendam o abortamento.

Então, os sociólogos começaram a achar que é, através desse sistema de recompensas e de punições, que as pessoas são manipuladas. Então, através desses sociólogos, (...) eles chegaram à conclusão de que não adianta, pois o indivíduo não escolhe como se comportar. É a sociedade, a estrutura da sociedade que modela o comportamento do indivíduo. Então, vamos mudar a sociedade. A própria Fundação Ford diz, nesse relatório, claramente, como eles começaram a investir e a focalizar para mudar o comportamento das pessoas.

Então, trata-se de verdadeira manipulação em engenharia social. Nós estamos sendo feitos de bobos por essas fundações. Por quê? Porque eles dizem que a sociedade estrutura o comportamento das pessoas e que nós somos vítimas, que nós temos de aceitar... (Paulo Ricardo)

Histórias são utilizadas para justificar tanto o exercício de poder daqueles que o possuem, como o fato dos outros não o possuírem. Uso aqui, como exemplo, outro excerto da fala do discurso do Padre Paulo Ricardo, que fez uso da estratégia de legitimação (THOMPSON, 2011), por meio da narrativação, em seu discurso:

“Eu gostaria de acrescentar aqui algumas notas de rodapé para a gente entender o que está acontecendo com o mundo, porque o mundo até a

década de 60 era um mundo totalmente contrário ao aborto. De repente, na década de 60 eclode essa vontade de legalizar o aborto. Por que que isso aconteceu?” (Paulo Ricardo).

4.8 Representante do Conselho de Psicologia

O Conselho Regional de Psicologia é representado pela participante Tatiana Lionço, componente da mesa de debate, e seu posicionamento é favorável à descriminalização do aborto.

Quadro 9 – representante do Conselho Regional de Psicologia nas audiências públicas.

DATA DA AUDIÊNCIA	NOME	FORMAÇÃO	CONSELHO	POSICIONAMENTO
06/08/2015	Tatiana Lionço	Doutora em Psicologia	Conselho Regional de Psicologia	A favor

Fonte: vídeos das audiências públicas.

A psicóloga Tatiana Lionço divide a fala dela em dois pontos que se dividem quanto a identidade assumida pela participante: (a) participação política, em que ela anuncia se posicionar como cidadã e ativista feminista e (b) posicionamento da Psicologia no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, no qual ela se apresenta como Conselheira Regional em exercício.

Quanto ao primeiro ponto, evocando o *ethos* relacionado ao ativismo, Tatiana Lionço apresenta uma fala acalorada e denuncia a forma “imoral”, “abusiva” e “nociva” como os parlamentares a tratam no Senado Federal. Para esta apresentação inicial, e para inseri-la consonantemente ao grupo sócio-profissional designado, escolhi focar nas especificidades do seu discurso quanto conselheira Regional de Psicologia. O discurso da conselheira é de porta-voz do Conselho representado. Enquanto porta-voz, ela fala em 3ª pessoa e utiliza do pronome “se” e constrói um sentido de impessoalidade em seu discurso. Em “a Psicologia se posicionou” e “Estipulou-se”, temos, respectivamente um “se” como pronome reflexivo e outro como índice de indeterminação do sujeito.

A impessoalidade do segundo caso é facilmente percebida. Contudo, gostaria de frisar a construção semântica com o pronome reflexivo no discurso da conselheira. Quando o objeto direto ou indireto representa a mesma pessoa ou coisa que o sujeito do verbo, ele é expresso por um pronome reflexivo (CUNHA E CINTRA, 2012). No momento da enunciação, desde

que um “eu” se declara locutor e assume a língua, ele implanta um outro diante de si, ou melhor, ele insere um “tu”, que é a quem ele se dirige. Temos, então, na enunciação, um “eu” que fala e um “tu” a quem ele se refere. “

“A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de se referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de se co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, 1989). Assim sendo, a Psicologia não é o sujeito que fala, e nem com quem se fala, mas uma terceira coisa, relativamente fora da enunciação, ou melhor uma não pessoa. Por isso, ainda que o pronome reflexivo, gramaticalmente, represente uma pessoa, na enunciação e semanticamente ele representa uma “não pessoa”. A Psicologia está relativamente fora do espaço da enunciação e distante da identidade da psicóloga Tatiana Lionço.

Em um segundo momento de seu discurso, a conselheira volta a se identificar como locutora e assume o “eu” da sua enunciação. Identificação esta que ocorre quando ela retoma seu posicionamento como ativista. Com isso, ela se utiliza de um lema feminista que trabalha com as questões de identificação, usando um “nós” inclusivo (eu + tu), um “outras” que é sobre de quem se fala, e um “mim” que se inclui em igualdade. Transparecendo uma liberdade de posicionamento e identificação com as mulheres maior enquanto feminista do que enquanto representante do CRP.

“No 7º Congresso, realizado em 2010, a Psicologia se posicionou de modo favorável à descriminalização do aborto no País. Estipulou-se, inclusive, a missão de profissionais da categoria dialogarem com os movimentos sociais que lutam pela descriminalização e pelo acompanhamento da matéria nos projetos de lei quando fossem pautados, que é exatamente o que eu estou a fazer aqui hoje. (...) Finalizo, afirmando, usando um mote feminista que nasceu inclusive da favela, no Rio de Janeiro: "por nós, pelas outras e por mim", eu espero que por nós, pelas outras e por mim, que nós possamos chegar à proposição de um marco legal justo, que é o que considera toda a pluralidade do conjunto da sociedade.” (Tatiana Lionço).

Ao focar nas identidades, este capítulo reforça que a forma como uma pessoa representa o mundo e aquilo com o que ela se compromete é parte de como ela se identifica, se relaciona

e interage com o outro. Assim, foi possível traçar um panorama com as tendências discursivas presentes em cada grupo sócio-profissional aqui estudado.

Os representantes de movimentos sociais, em sua maioria presente, são favoráveis à descriminalização do aborto. Além disso, todos eles são representados por mulheres que defendem o direito à escolha e denunciam o controle sobre os corpos femininos e a alta mortalidade daquelas que realizam abortamentos em condições insalubres. Por outro lado, os que apoiam a criminalização são todos representantes homens, que temem a desvalorização da vida humana, apoiados na concepção de que se o aborto for descriminalizado, as mulheres o praticarão desenfreadamente.

Os parlamentares, grande maioria dotada de homens, sustentam argumentos conservadores e religiosos contrários à descriminalização. Investidos em discursos messiânicos, afirmam ser a representação do povo no Senado, e, ao garantir mais espaço de fala que qualquer outro grupo presente nesta dissertação, criam a percepção de que a população brasileira também é contrária à não penalização de quem recorre ao abortamento.

O grupo das pesquisadoras é o grupo mais equilibrado no que tange à polarização dos posicionamentos e o único grupo formado exclusivamente por mulheres. Seus discursos são sustentados por meio argumentos científicos, que as colocam em um lugar de distanciamento em relação à prática do aborto. Distanciamento necessário para que a elas seja dada a autoridade de especialista no tema, uma vez que a partilha de uma experiência ou entendimento pessoal sobre o abortamento às descredenciaria como voz de autoridade e seu discurso não apenas perderia o poder, como o espaço de fala. Este é o grupo com o qual mais me identifiquei no decorrer da produção deste trabalho, pois temo que minha voz posicionada, neste espaço destinado ao silêncio, que é o do aborto, possa trancar as pequenas portas que o discurso analítico e científico me permitiu adentrar. E a crítica que lancei sobre o não alcance do discurso acadêmico às mulheres em posição social mais desprivilegiada é uma inquietação minha enquanto acadêmica que se percebe com desejo de militar e se aproximar dessas mulheres.

A categoria dos médicos é formada majoritariamente por mulheres e é, em sua maioria, a favor da descriminalização. Porém, as pessoas pertencentes ao grupo que são contrárias à SUG nº15 são duas mulheres que reforçam o discurso da maternidade como realização do feminino, em oposição aos demais que argumentam cientificamente em prol da diminuição das taxas de mortalidade, da liberdade de escolha e do planejamento familiar.

As falas individuais apresentam discursos e relatos pessoais. Nesta categoria, os participantes se colocam como pessoas envolvidas de maneira mais próxima à questão do abortamento. São todos contrários à SUG nº15 e seus relatos sugerem que em algum momento eles foram ou poderiam vir a ser prejudicados caso o aborto fosse descriminalizado.

Os atores do judiciário presentes nesta análise, quando mulheres são favoráveis à descriminalização e argumentam sobre a aplicação das leis e os atrasos legislativos que prejudicam os direitos da mulher. O único homem pertencente a esta categoria investe em um ethos político e coloca a mulher em situação de agência menor que as leis e que os homens.

Os homens, exceto os médicos, são, majoritariamente, contrários à descriminalização do aborto até 12ª semana de gestação pelo SUS. Dos 50 participantes presentes nas três primeiras audiências públicas sobre a SUG, 20 eram homens. Destes, apenas 3 eram favoráveis à descriminalização. O espaço público, ainda destinado ao masculino, ressona e autoriza essas vozes a falarem e decidirem sobre o corpo e a vida das mulheres.

CAPÍTULO 5 ANÁLISE DOS DISCURSOS

Este capítulo é dedicado à microanálise das práticas discursivas das três primeiras audiências públicas interativas sobre a Sugestão nº 15 de 2014, que “prevê a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação pelo Sistema Único de Saúde – SUS”. Proponho, então, uma análise textual atenta aos aspectos formais e descritivos dos discursos dos participantes das audiências⁷, levando em conta a progressão global dos tipos de análise sugeridos por Fairclough (2001): (1) análise das práticas discursivas, (2) análise dos textos e, (3) análise da prática social da qual o discurso é uma parte. Entendo que essas dimensões estão sobrepostas na prática e adianto que inevitavelmente recorrerei a uma e outra para explicar a descrição dos textos favorecidas aqui.

Os procedimentos de coleta adotados neste capítulo podem ser resumidos da seguinte maneira: Inicialmente, as três audiências foram assistidas sem uma preocupação em tomar notas, em uma espécie de reconhecimento. Nos momentos seguintes, procurei registrar, conforme assistia às sessões, como em uma elaboração de diário de campo, todos os pontos apresentados pelos discursantes que me pareciam importantes para responder às questões de pesquisa deste trabalho. Além dos aspectos discursivos, nessa primeira varredura, tomei nota também de como me sentia emocionalmente ao acompanhar as exposições dos participantes. Esse procedimento não será exposto aqui, mas me auxiliou a me aproximar do meu ponto de interesse que são as mulheres que consideram recorrer ao aborto no momento em que senti, entre outras, sensação de culpa e de vergonha, ainda que eu mesma nunca tenha engravidado. Essa compreensão de mim em relação ao objeto de estudo ajudou a me reconhecer mais enquanto mulher e a florescer em sororidade- termo usado pelos feminismos para incentivar laços de união entre mulheres, baseado na empatia e no companheirismo.

Com o reconhecimento desses espaços discursivos foi possível verificar algumas tendências que perpassavam o discurso dos participantes, que ajudariam na compreensão da prática discursiva e que responderiam as questões de pesquisa. Então, foi adotada uma estratégia de seleção focando naquilo que Fairclough (2001) chama de “pontos críticos” do discurso. Dessa maneira, dois tópicos foram escolhidos e amostras dos discursos foram agrupadas nessas classes particulares e, posteriormente, transcritas. A transcrição, conforme

⁷ A versão preliminar dessas análises encontra-se no anexo 2.

será possível notar, não apresenta características detalhadas da fala, como entonação e ritmo, apenas algumas marcas da oralidade e pausas mais longas, representadas por reticências.

Dessa maneira, as duas classes de agrupamento dos discursos são nomeadas como: (1) “maternidade é uma lei natural” versus “filho é um projeto de vida”, (2) “cultura da morte” versus “cultura da vida”. Esses títulos foram criados a partir das falas dos participantes analisados, que, assim como supõem as nomeações, provêm de posições polarizadas e apresentadas como oposição ao outro, em uma espécie de espelhamento identitário.

As análises partem do mapeamento das ocorrências nominais relacionadas aos atores envolvidos na prática de interrupção voluntária da gravidez, principalmente as mulheres, e o objetivo geral do capítulo é compreender como se textualiza a relação de poder entre os discursantes e os objetos de seus discursos. Ainda que neste capítulo os elementos léxico-gramaticais estejam em evidência, uma vez que a estratégia analítica desenvolvida é contextualmente orientada, assim que um novo elemento de sentido analisado passe a funcionar como reforço semântico do anterior, os aspectos formais da linguagem não serão mais aprofundados (QUARESMA NETO, 2016). Ou seja, a análise será finalizada quando o ponto analisado apenas reforce o apresentado anteriormente e não ofereça nova possibilidade de compreensão da relação de poder.

Além de divididas nas classes apresentadas acima, as análises serão exibidas conforme surgimento de momentos de crise nos discursos dos participantes. Será possível perceber que, após analisado um participante, o que o sucederá é aquele a quem o discurso do anterior apresenta interdiscursividade, como, por exemplo, por meio de correções de um ao outro.

5.1 “Maternidade é uma lei natural” versus “filho é um projeto de vida”

A categoria em análise versa sobre o conflito entre os participantes das audiências em relação ao maternar. O lado contrário à descriminalização do aborto defende a maternidade como destino natural das mulheres, por sua vez, o lado favorável a entende como uma escolha de vida. Esse conflito permeia as falas de todos os participantes das audiências, que buscam justificativas biológicas, religiosas ou científicas, conforme é possível perceber pelos excertos das falas dos participantes analisados a seguir:

1. Enquanto que nós sabemos que a gravidez mantida não traz problema.
2. Eu gostaria de perguntar quantos daqui têm certeza que foram desejados ou que a sua gravidez não veio por acaso.
3. Se é muito difícil para a mulher, quando ela engravida, ter uma gravidez inesperada, em geral, passado o primeiro trimestre ela aceita.
4. Ela sente o neném mexer. Ela aceita. Ela tem amor, né.
5. Enquanto que se nós liberarmos até doze semanas o risco é muito maior.
6. Aliás, aqui eu não sei se nós estaríamos em 10% dos presentes. E teríamos as mães dos outros 90% com problemas psicológicos, talvez, né. (Elizabeth Kipman)

Em seu discurso, a médica Elizabeth Kipman defende que a maternidade é algo natural a todas as mulheres e que esse instinto é desenvolvido após o primeiro trimestre, ainda que a gravidez seja inesperada. O que pode ser observado na construção léxico-gramatical em (3), quando a conjunção “se” indica que a oração “se é muito difícil para a mulher” integra o sentido da oração principal deslocada “passado o primeiro semestre”. Aquela, junto com a conjunção “quando”, em “quando ela engravida”, que exprime uma relação temporal, estabelece semanticamente uma compreensão de que a gravidez pode ser indesejada no início, o que é reforçado pelo deslocamento da oração subordinada, porém, por meio da oração principal, prioriza a aceitação natural vinda depois do primeiro trimestre de gestação. Assim, as 12 primeiras semanas de gestação, tempo máximo para interromper a gravidez conforme estabelecido pela SUG nº 15, são anteriores ao tempo em que a mulher leva para aceitar a

gravidez inesperada, o que levaria as mulheres a abortarem por não terem ainda desenvolvido o amor, que aparece no tempo exato: ao fim do primeiro trimestre. Apesar de sustentar que a maternidade é natural às mulheres, a médica, no final do excerto, levanta a possibilidade de que apenas (6) 10% dos presentes nas audiências estariam vivos, e que as mães dos outros 90%, os que teriam sido abortados, teriam sequelas psicológicas devido à escolha antinatural. Uma contradição da médica, pois, segundo sua fala, ainda que todas as mulheres queiram ser mães, se o aborto fosse descriminalizado, a grande maioria abortaria.

O ator social “mulher” do discurso da médica é apresentado em terceira pessoa, aquela de quem se fala e não com quem se fala. É experienciadora de processos mentais, típicos da experiência da consciência humana, em quase todas as ocorrências “aceita”, “sente”, “tem amor”, senão, é comportante, em oração comportamental, oração que apresenta os processos do comportamento psicológico e fisiológico humano, “engravidar”. Ou seja, todos os processos em que a “mulher” é ator social dizem respeito à natureza humana. Importante destacar, também, que logo no início de sua fala, em (1) a médica afirma que “gravidez mantida não traz problema”, e reforça, utilizando um “nós” que inclui a ela e a todos, indicando que isso é de conhecimento geral.

Em contrapartida, a também médica, Maria Esther de Albuquerque Vilela, favorável à descriminalização, apresenta-se como representante do Sistema Único de Saúde e pauta seu discurso nos dados levantados pelo Ministério da Saúde para defender que a mulher pode não desejar ser mãe.

7. Foi pesquisada a questão em relação ao desejo de gravidez, tá.
8. Então tinha uma pergunta que é se a mulher desejava engravidar, e 29,9%, 30% das mulheres disseram, e isso são mulheres no puerpério,
9. mulheres que tiveram seus bebês.
10. Então 30% das mulheres que tiveram seus bebês disseram que não queriam ter engravidado naquele momento.
11. Perguntando em relação ao sentimento em relação à gravidez, praticamente 9,6; 10% delas disseram estar insatisfeitas com a gravidez.

12. E perguntando sobre se elas tentaram interromper a gravidez, 2,3% das mulheres que estavam no pós-parto, que tiveram seus bebês, disseram que tinham tentado interromper a gravidez.
13. Isso para dizer que uma gravidez indesejada, ela traz consequências.
14. Se quiserem olhar, essa pesquisa é uma pesquisa com uma metodologia aprovada, e com uma boa metodologia.
15. As mulheres que tinham gravidezes indesejadas, elas foram menos ao pré-natal, elas tiveram mais complicações, elas tiveram menos acesso.
16. E as gravidezes delas foram gravidezes com mais risco do que as mulheres que desejaram gravidez. (Maria Esther Vilela)

O excerto da fala da médica Maria Esther demonstra a construção do discurso técnico, pautado na apresentação de dados que contradizem o discurso de que a maternidade é desejo natural feminino. Mais especificamente, o discurso de Maria Esther é articulado em contraponto ao de Elizabeth Kipman, apresentado anteriormente. A construção léxico-gramatical de (13) “uma gravidez indesejada, ela traz consequências”, é muito similar à de (1) “gravidez mantida não traz problema”, porém, semanticamente, as declarações são opostas. A médica Maria Esther, ao contrário do que foi defendido pela médica anterior, alerta que uma gravidez indesejada oferece sim consequências negativas e que não são todas as mulheres que aceitarão seus filhos depois do primeiro trimestre, uma vez que a pesquisa apresentada entrevistou mulheres no puerpério.

As mulheres representadas na fala da segunda médica são as entrevistadas no pós-parto e têm seus “desejos” apresentados sempre em discurso indireto. Assim, essas mulheres, são atores sociais ativados, e representam um grupo que tem sua classificação constantemente reiterada “mulheres no puerpério” (8), “mulheres que tiveram seus bebês” (9) (10), “mulheres que estavam no pós-parto” (12). Esse reforçamento serve para garantir adesão ao discurso da médica, uma vez que as mulheres apresentadas optaram por levar a gravidez a termo, mas, ainda assim, essa decisão não garantiu que elas estivessem livres de consequências futuras. Em um segundo momento, as mulheres são divididas em dois grupos: as que tiveram gravidezes indesejadas (15) e as que desejaram a gravidez (16). As primeiras, comparadas em desvantagens às segundas pelo uso da locução conjuntiva “do que”, em (16), e por meio de orações

relacionais: “foram menos ao pré-natal”, “tiveram mais complicações” e viveram “gravidezes com mais riscos”. Ou seja, o discurso da doutora afirma que mulheres que levam a gravidez indesejada adiante apresentam, muitas vezes, problemas futuros.

A médica robustece seus dados de pesquisa e classifica, adjetivando os dados apresentados como dignos de aceitação e como resultados de pesquisa científica, (14) “Se quiserem olhar, essa pesquisa é uma pesquisa com uma metodologia aprovada, e com uma boa metodologia”. Contrapondo os dados apresentados pela outra médica, que não são baseados em evidências, mas em sua opinião pessoal, quando esta faz uso de orações mentais para introduzi-los: (6) “eu não sei se nós estaríamos em 10% dos presentes. E teríamos as mães dos outros 90% com problemas psicológicos, talvez, né”.

Um outro participante favorável a descriminalização é o médico Thomaz Gollop. Ao participar da audiência do dia 28 de maio de 2015, o médico foi o primeiro homem a defender abertamente a descriminalização do aborto. Na primeira audiência, no dia 05 de maio de 2015, o também médico, Henrique Batista e Silva, representante do Conselho Federal de Medicina, apesar de favorável à Sugestão, apresentou uma fala menos posicionada que Thomaz Gollop. Além dos dois médicos, apenas o deputado Jean Willys, na terceira audiência, discursou favoravelmente à descriminalização.

O primeiro excerto do discurso do médico apresentado aqui sustenta que a criminalização da prática do aborto ocasiona a morte de mulheres:

17. E é isso que está em jogo. É sobre isto que nós estamos falando: sobre morte de mulheres em condições péssimas de atendimento, **porque** elas não têm condições de ter o filho naquele momento.
18. E é este o ponto: nenhum homem, ninguém, é capaz de decidir por uma mulher ter um filho,
19. **porque** filho, minha gente, é um projeto de vida, é um projeto afetivo. (Thomaz Gollop)

Em (17), o médico, ao repetir, por meio de processos relacionais, identifica aquilo que ele considera como o verdadeiro problema da criminalização do aborto: “mortes de mulheres em condições péssimas de atendimento”. E reitera, por meio da conjunção causativa “porque”, que o fato de não terem condições de ter o filho faz com que as mulheres se arrisquem a um aborto inseguro: “péssima condição de atendimento”. Thomaz Gollop faz uso de outra

conjunção “porque” logo em seguida, porém, desta vez, com função explicativa, ao afirmar que o fato de um filho ser “um projeto de vida”, “um projeto afetivo”, ou seja, de decisão particular, tira o direito de “homens” ou outras pessoas, de decidirem por uma mulher. Essa crítica lançada pelo médico é relevante no contexto das audiências, pois, entre os 20 participantes do sexo masculino presentes, apenas 3 se posicionam favoravelmente à descriminalização do abortamento e à autonomia das mulheres.

Por sua vez, o discurso da participante integrante do grupo das pesquisadoras, Lenise Garcia, contrária a descriminalização do aborto, remete aos discursos históricos que colocam o aborto como saída utilizada para gravidezes em relações fora do casamento. O aborto era perseguido no Brasil colônia por um lado, por ser compreendido como produto das condenáveis ligações fora do matrimônio (DEL PRIORE, 1993). Como é possível notar abaixo:

20. Então, a mulher é colocada muitas vezes em uma situação em que essa escolha não é real.
21. Essa mulher precisa ser ajudada a não fazer o aborto, e não que se facilite para ela que realize o aborto e se facilite para ele simplesmente ignore a situação daquela criança que ele gerou.
22. Então, muitas vezes o aborto é forçado pelo amante. O homem, que é casado e que não quer que saibam que ele engravidou uma outra mulher e vai obrigar...
23. Eu conheço mulheres que fugiram de casa para poder ter esse filho,
24. e, muitas vezes, se não conseguiram isso, foram forçadas pelo homem a abortar.
25. Então, é todo um submundo que está aqui.
26. É muito simples dizer que é escolha da mulher, mas essa não é a realidade. Oitenta por cento das vezes é o homem – o que paga, o que leva e depois some. Ficar lá na hora, fazendo o aborto junto, isso ele não faz não!
27. Então, vamos pensar o que nós, mulheres, realmente desejamos, se é esse tipo de imposição.
28. Muitas vezes, é o patrão que não aceita que aquela empregada tenha um filho, não é o momento de ter filho!

29. Muitas vezes é o próprio médico que, em situações, por exemplo, em que a criança tem uma anomalia, já quer induzir a que a mulher faça o aborto.

30. E a mulher que carrega as consequências porque ela sabe que matou um filho.

O discurso de Lenise passiviza a mulher: “é colocada” (20), “precisa ser ajudada” (21), “forçadas pelo homem a abortar” (24), quando não a coloca como beneficiária ou meta de um processo material. “As orações em que se desdobram processos materiais são definidas como orações de ‘fazer’ e ‘acontecer’” (FUZER; CABRAL, 2010, p.34) e é importante ressaltar que ser beneficiário de um processo material não significa necessariamente que essa beneficiação é positiva: “se facilite para ela”, “engravidou uma outra mulher”. Quando a mulher é ator ativado, os verbos que correspondem às suas ações vão, ao longo do discurso, perdendo a glória contida na figura da mulher que deseja o filho e luta por isso ao “fugir”, para “ter” (23), até decair na imagem da mulher que sofre por causa de seu erro: “carrega” (30), verbo que pode remeter à imagem de carregamento da cruz como pagamento de pecados. Junto a isso, a utilização da conjunção causal “porque” no discurso da participante indica que a experiência dessa penitência é percebida por meio de um processo mental: “sabe” (30), e sentencia que a mulher sofrerá pela consciência de ter matado.

As ocorrências nominais relacionadas a essas mulheres são: “empregada”, “paciente”, “amante”, “filha”. Todas identidades construídas em relação a figuras masculinas, das quais essas mulheres são colocadas em posições subalternas. Esses homens, que são casados com outras mulheres, ou que são médicos ou são patrões “ignoram”, “forçam”, “não quer que saibam”, “engravidam”, “obrigam”, “pagam”, “levam”, “somem”, “Não ficam”, “não fazem”, “não aceitam” e “induzem” as mulheres. Além disso, a figura masculina é colocada como agente responsável por gerar um filho: “criança que ele gerou” (21). Ressalto aqui, que quando o ator do verbo engravidar é um homem, a oração se constrói por meio de um processo material. Em contrapartida, quando a mulher é participante de uma oração com o mesmo verbo, este, por sua vez, funciona como oração comportamental. Ou seja, “engravidar”, para o homem, é uma ação que provoca mudança, que cria algo, já para a mulher, é um aspecto fisiológico e natural que não depende dela para a alteração no fluxo do acontecimento.

Em todo o discurso, essas mulheres são colocadas como objeto da enunciação da pesquisadora. Contudo, um “nós” que inclui as mulheres é apresentado ao convoca-las a refletir: (27) “Então, vamos pensar o que nós, mulheres, realmente desejamos, se é esse tipo de

imposição”. A palavra “então”, com valor de conjunção conclusiva, inicia a oração em que a pesquisadora se iguala às mulheres, momento que vem após a denúncia das imposições que são colocadas pelos homens, mas não oferecendo, em contrapartida, a essas mulheres a possibilidade de escolher não prosseguir com a gravidez, caso assim escolham. Ao contrário, o que esse inimigo masculino deseja é tirá-las de seu papel natural de ser mãe, papel que quando negado ocasiona em sofrimento para todas as mulheres.

Na audiência do dia 28 de maio, após todos terem feito suas apresentações, os participantes da mesa ganharam mais alguns minutos para as considerações finais. Nesse dia, Thomaz Gollop aproveitou seus minutos extras para reforçar seu ponto de vista e contrapor o discurso de Lenise Garcia de que as mulheres são primordialmente influenciadas pelos homens na decisão sobre o abortamento:

31. As mulheres não abortam por conta de que o amante, o patrão, o namorado... Elas não são mandadas pelos homens.
32. Elas têm exatamente a mesma capacidade intelectual que os homens.
33. E ter filhos é um projeto de vida para as pessoas. Dura décadas, se bem executado.

Como acredito ter esgotado a camada de sentido nos discursos desses participantes, não me deterei a uma análise textual mais profunda sobre esse excerto, no que tange a representação das mulheres. Porém, aponto a função morfossintática da conjunção condicional “se” (33), como construção do discurso que contrapõe ao que sustenta que o nascimento é a meta final de um ser em gestação ameaçado pelo aborto. Essa conjunção alerta que ter filhos é um projeto de vida que dura décadas, sob a condição de ser bem executado. Ou seja, após o nascimento, ainda há a necessidade de promoção da qualidade de vida. Levando a discussão para além do nascer ou não nascer.

Ainda no momento de crise dos discursos sobre o questionamento da natureza materna, a tensão entre os participantes também versa, de um lado, se a autonomia da mulher esconde, na verdade, uma tentativa de manipulação e controle populacional, e, do outro, se há um controle sobre os corpos femininos disfarçado de apelo à vida dos fetos. E, com isso, inimigos que devem ser expurgados são criados e, muitas vezes, os discursos se beneficiam da concepção de um ambiente de medo.

A narrativação é um modo de operação da ideologia em que histórias são utilizadas para justificar tanto o exercício de poder daqueles que o possuem, como o fato de os outros não o possuírem (THOMPSON, 2011). Trago um excerto da fala de Hermes Rodrigues Nery, representante da Associação Nacional Pró-vida e Pró-família, em que ele faz uso dessa e de outras ferramentas de manutenção da ideologia:

34. A própria IPPF acatou as ideias básicas contidas no trabalho de Kingsley Davis, e,
35. depois, a orientação geral de todas as agências envolvidas com planejamento familiar, demografia e aborto passaram a seguir cada vez mais ostensivamente as linhas gerais das recomendações de Kingsley Davis.
36. Seria preciso para ele, então, **influir** na consciência, **manipular** as consciências, **colonizá-las** ideologicamente, **neutralizando** as resistências a essa agenda que insiste no aborto provocado como um dos meios mais seguros de **controlar** a reprodução
37. e **garantir** não apenas a **redução** dos índices de natalidade, como também a **pulverização** e **atomização** da própria estrutura familiar.
38. Foi, então, preciso responder à questão: por que as mulheres desejam tanto filhos, e como se pode influir sobre esse desejo?
39. Isso não era só uma questão tecnológica. A tarefa do controle populacional, então, se torna simplesmente a invenção de um instrumento que seja aceitável.
40. **Então**, Sr. Presidente, a cultura da morte passou a ser também uma política de educação. (Hermes Rodrigues Nery)

Hermes Rodrigues, contrário à sugestão de descriminalização do aborto, indica o que ele nomeia como “cultura da morte”. Inicialmente, ele apresenta Kingsley Davis, um ator social ativo e identificado como responsável por influenciar a IPPF, uma fundação britânica internacional de planejamento familiar, e também por influenciar outras “agências envolvidas com planejamento familiar, demografia e aborto” (35). Hermes Rodrigues faz uso de um léxico que remete a um ambiente de guerra, e Kingsley Davis é o ator representado por processos materiais e o inimigo que “influi”, “manipula” e “coloniza as consciências” (36), “neutraliza as resistências” (36) e que, junto a uma agência oferece o aborto como meio de “controlar a

reprodução”, “garantir a redução dos índices de natalidade”, “pulverizar” e “atomizar a estrutura familiar” (37), portanto, deve ser combatido. Ele conta a história de Kingsley Davis para conseguir apoio a seu discurso.

Uma outra estratégia do sociólogo americano, Kingsley Davis, seria entender e intervir no forte desejo das mulheres em ter filhos (38). O que indica, segundo o participante, que as mulheres desejam, segundo caracteriza o adjetivo “forte”, de maneira intensa viver a maternidade. Hermes inicia a última oração com a palavra “então”, com valor de conjunção conclusiva, para fechar seu raciocínio e denunciar que quando o sociólogo, que é o fundador da “cultura de morte”, entende que é por meio de “uma política de educação” (40) que ele poderia exercer o seu poder, o controle populacional passa a ser dissimulado como “instrumento” para a implantação dessa cultura. Em seu discurso, o participante assume a identidade de denunciante e não estabelece relação discursiva com ninguém da audiência, apenas com o presidente Paulo Paim, quando usa o vocativo se referindo a ele, como mostrado em (40). Seu papel é alertar sobre o perigo da ameaça desse inimigo manipulador. Os modos de operação da ideologia podem se sobrepor e se reforçar, e, apesar de apresentar o excerto como exemplo de narrativização, é possível observar que o discursante também faz uso da fragmentação, ao criar a figura de um inimigo que deve ser expurgado.

Por outro lado, a participante pesquisadora, Sonia Corrêa, favorável à descriminalização, identifica-se com os movimentos feministas por meio de um “nós” exclusivo para o “eu” dela e o “tu” das feministas. O trecho da fala da discursante exemplifica o discurso que rechaça qualquer tipo de imposição às mulheres, seja de aborto ou procriação “compulsórios” (41).

41. A perspectiva feminista, que é a minha, que reivindica o direito de decisão reprodutiva das mulheres, repudia, de maneira forte, as leis e políticas do aborto compulsório,
42. **assim como também** medidas estatais que coagem as mulheres à procriação compulsória, de que o exemplo mais recente é o caso da Romênia, durante o regime Ceausescu.
43. É preciso reiterar sistematicamente esse repúdio quanto a ambas manifestações da coerção reprodutiva
44. **porque**, no debate sobre aborto, temos ouvido muitas vezes – e ouvimos aqui hoje de novo – a **tese** segundo a qual a nossa defesa do aborto teria um objetivo impositivo.

Sonia Corrêa se defende ao denunciar que se vê obrigada a “reiterar sistematicamente” (43) que é contra qualquer coerção reprodutiva, como forma de permanência na ordem do discurso, e explica, por meio da utilização da conjunção explicativa (44) que percebe a tentativa de desqualificação de sua imagem e das feministas pelo ator instrumentalizado “tese”, ator este que faz referência ao lado oposto da polarização dos discursos. Ao representar seus opositores por meio de uma referência metonímica, Sonia Corrêa faz uso de um modo de representação de ator social conhecido como “instrumentalização”, um tipo de “objetivação”, que ocorre quando atores sociais são apresentados por meio de referência a um lugar ou coisa intimamente associados à pessoa ou à ação em que são engajados (VAN LEEUWEN, 2008).

O padre Paulo Ricardo, assim como o discursante Hermes Rodrigues, é contrário a descriminalização do aborto e opera a ideologia por meio da narrativização, como modo de angariar legitimação a seu discurso. Na fala do discursante, é possível perceber também o uso do tempo histórico para denunciar que a mudança de opinião sobre o tema, ocorrida depois da década de 60, representa uma quebra de tradição. Ou seja, houve um desvio da natureza dos acontecimentos. Ao se referir à década de 60, o participante estabelece uma ligação intertextual que remete aos movimentas feministas que eclodiram nessa época e os responsabiliza pela mudança de comportamento sobre o aborto:

45. Eu gostaria de acrescentar aqui algumas notas de rodapé para a gente entender o que está acontecendo com o mundo,
46. porque o mundo, até a década de 1960, era um mundo totalmente contrário ao aborto. De repente, na década de 1960, eclode essa vontade de legalizar o aborto.
47. Por que que isso aconteceu? Isso aconteceu por acaso? Como colocava a Dr^a Sônia Corrêa, é por acaso uma questão de mudança histórica... Simplesmente a história amadureceu.
48. Antes, tínhamos a menoridade, as mulheres não eram cidadãs. Agora, são cidadãs;
49. então, pronto: todo mundo acordou, e agora se pode realizar o aborto.
50. Na realidade, nós estamos diante de uma coisa chamada engenharia social.
51. Eu afirmo e, como quem afirma tem o ônus de provar isso, eu gostaria aqui de fazer um sincero convite a todas as

feministas que estão aqui presentes e às pessoas que defendem o aborto que analisassem os fatos.

52. Porque eu temo que vocês estejam sendo manipuladas. Temo e não somente temo, como acho que talvez, tenho certeza,

53. e seria bom até que vocês, considerando esses fatos, passassem para o nosso lado.

Paulo Ricardo ameaça negativamente a face de Sonia Corrêa, por meio de expurgo do outro, ao se dirigir diretamente à participante logo após lançar perguntas que não pretende responder, mas as utiliza para indiretamente desqualificar os argumentos apresentados anteriormente pela sua interlocutora (47). A “engenharia social” (50) a qual se refere é apresentada em outros momentos do discurso do padre, não transcritos aqui, e, segundo ele, é uma tentativa de antropólogos e sociólogos para mudar o comportamento da sociedade e os ideais de família e reprodução. Sonia Corrêa é antropóloga e o padre desmerece seus argumentos como forma de diminuir a força dos agentes do grupo do qual ela pertence. Ou seja, se os antropólogos são articuladores dessa engenharia social ameaçadora, a pesquisadora, ao se apresentar como tal e sustentar posições ideológicas expurgadas pelo padre, é também uma articuladora. Apresento essa informação para lançar luz à tensão discursiva formada nesse ponto do discurso.

O padre faz uso de processos mentais ao demonstrar preocupação com as feministas e ao convidá-las a mudar de lado e a aderirem a sua tomada de posição (53), pois esclarece que elas estão sendo “manipuladas” (52). As “feministas” e as “pessoas que defendem o aborto” (51) são atores apresentados na voz passiva, vítimas da manipulação da “engenharia social”. O discursante se utiliza da conjunção aditiva “e”, seguida da conjunção conformativa “como” para se posicionar e para sustentar que a validade e a verdade de seu discurso pode ser provada por meio da análise dos fatos, que as feministas ainda não realizaram e que, por isso, não são ainda capazes de conceber.

5.2 Cultura da morte x Cultura da vida

A categoria analisada aqui explora os pontos de conflito entre os participantes das audiências no que diz respeito à relação entre aborto e a concepção de vida ou morte. Talvez essa seja uma das questões mais complicadas de se encontrar um consenso entre as partes. O lado contrário à descriminalização do aborto defende que este, praticado em qualquer momento, significa a morte de um ser, sendo comparado a um homicídio. Enquanto o outro lado sustenta que a criminalização do aborto acarreta em morte das mulheres que tentam realizar o abortamento em condições insalubres, conforme será possível observar ao longo das análises dos excertos exemplificados nesta seção.

O primeiro discurso analisado é da pesquisadora Isabella Mantovani, contrária à descriminalização do aborto nos moldes propostos pela SUG nº 15. Quanto à questão de vida e morte, o discurso da pesquisadora é construído no sentido de alertar que o aborto, uma vez descriminalizado, poderá se tornar uma prática recorrente entre as mulheres e uma questão banalizada:

1. É isso o que acontece com uma sociedade que legaliza o aborto: o aborto passa a ser mais um método contraceptivo.
2. Eu engravidado, eu aborto. Eu engravidado, eu aborto.
3. É isso que acontece, o aborto, ele se enraíza na cultura da sociedade tanto que...
4. isso não sou eu que tô falando, isso são os dados.
5. É a gente olhar para a realidade. Lá na Inglaterra, o maior número da prática do aborto foi entre as adolescentes,
6. porque as adolescentes não participaram da discussão.
7. Elas nasceram num mundo onde se mata crianças. Elas nasceram num país que se habituou a assassinar crianças dentro do ventre das mães.
8. Então elas fazem isso. Foi o grupo que teve o maior número de abortos. (Isabella Mantovani)

No início do excerto, o aborto é colocado como ator de uma oração relacional, e, além de apresentado, ele é identificado por meio da construção com valor de predicativo do sujeito (1) “um método contraceptivo”. O advérbio “mais” colocado antes do predicativo indica a presença de outros métodos contraceptivos, porém, semanticamente, essa construção frásica

indica que o aborto, ao ser legalizado, se tornará banal e não mais uma medida a ser evitada. Além disso, o momento da concepção perderia seu valor de início de uma vida e o aborto seria equiparado aos outros métodos preventivos, como se fosse equivalente, por exemplo, escolher entre usar uma camisinha ou abortar. Em seguida, Mantovani faz uso de discurso indireto que remete à fala daquelas mulheres que viveriam em uma sociedade onde o aborto seria legalizado: (2) “Eu engravidado, eu aborto. Eu engravidado, eu aborto”. O exemplo, composto por orações materiais repetidas e intercaladas que se reforçam, além de sugerir uma banalização por parte das mulheres, apresenta um ator com poder de realizar mudança no fluxo de eventos.

Em (3), a pesquisadora afirma que o ator “aborto” tem poder de realizar mudança na “cultura da sociedade”, e que sua afirmação é digna de apoio por ser pautada em dados e não em sua opinião pessoal: (4) “isso não sou eu que tô falando, isso são os dados”. Para legitimar seu discurso, a participante faz uso de uma estratégia de racionalização, que consiste em construir um raciocínio para persuadir a audiência (THOMPSON, 2011) e faz uso do exemplo de outro país, comumente comparado em vantagem, para mostrar que até em países mais desenvolvidos, o aborto representa uma ameaça.

Na sequência (5), (6) e (7), Mantovani intercala a agência de dois atores sociais: as adolescentes inglesas e a Inglaterra. Quando fala das adolescentes, estas são representadas comumente como atores de orações comportamentais: “nasceram”, e, em segundo lugar, como atores de um processo que classifico como material: “participaram”. Porém, neste último caso, o processo é antecedido pelo advérbio de negação “não”, negando a agência do ator. Quando se refere à Inglaterra, a pesquisadora usa processo material que confere poder de mudança ao ator: (7) “mata”, e um processo mental “habitou”, em que o fenômeno experienciado e naturalizado é “assassinar crianças dentro do ventre das mães”. Apenas em (8), ao passo da conclusão, o argumento, por meio da conjunção “então”, remete a oração aos pontos apresentados anteriormente, o ator “adolescentes” realiza um processo material “Então elas fazem isso”, que seria o resultado da influência da cultura em que as jovens estão inseridas. E reforça que as adolescentes “foi o grupo que teve o maior número de abortos”.

Do outro lado do discurso da pesquisadora Isabela Mantovani está a também pesquisadora Débora Diniz. Favorável à descriminalização do aborto, o discurso de Diniz é altamente investido em um ethos acadêmico e suas falas apresentam dados de sua própria pesquisa. Nos exemplos abaixo é possível notar a interdiscursividade entre o discurso das duas pesquisadoras, porém, com concepções opostas. Apesar da interdiscursividade, Diniz não

responde diretamente a pessoa de Mantovani, pois estavam em datas diferentes, esta, na segunda audiência, aquela, na primeira. Contudo, contrapõe o discurso de que as mulheres que mais praticam aborto são as jovens, ideia presente em todas as audiências, e apontada pela primeira pesquisadora analisada:

9. "Ela é uma mulher inconsequente [dizem eles], irresponsável, de sexualidade frívola!",
10. cujas duas representantes são as que eu acabo de mencionar, a adolescente e a profissional do sexo.
11. Do outro lado da frivolidade das mulheres está o embrião,
12. estão os representantes de comunidades religiosas, esses personagens que representam os melhores cuidados às mulheres ou os interesses em conflito com uma mulher que deseja abortar.
13. Os termos finais são de uma mulher inconsequente cometendo um infanticídio.
14. Eu peço aos senhores e senhoras uma tranquilidade para enfrentarmos esse debate:
15. não estamos falando de infanticídio, estamos falando de embriões até as 12 primeiras semanas de desenvolvimento no útero de uma mulher. (Débora Diniz)

Já no início do excerto apresentado, Débora Diniz, por meio de discurso direto, simula o discurso dos contrários à descriminalização para contradizê-los ao longo de sua fala. Por meio de oração relacional, o discurso que remete ao outro lado se limita a identificar a mulher que aborta e a atribuir características negativas: “inconsequentes”, “irresponsável” e de “sexualidade frívola”, que, por meio do pronome relativo (10) “cujas”, é identificada como a “adolescente” e a “profissional do sexo”.

A participante constrói simbolicamente uma divisão polarizada em que a mulher é colocada do lado oposto do feto e dos representantes de comunidades religiosas. Ao nomear “representantes de comunidades religiosas”, Diniz amplia a possibilidade de identificação desses atores, que comumente são referidos como religiosos de igrejas católicas e protestantes, e abarca outras representações religiosas presentes na audiência, como, por exemplo, a espírita kardecista. Ainda que apenas padres tenham sido inseridos no grupo sócio-profissional “religiosos”, do capítulo 4 desta dissertação, os participantes do segmento espírita estão tão presentes quanto os demais e se encontram, principalmente, entre os representantes de

movimentos sociais. Essa polarização representada em (11), (12) e (13) é linguisticamente marcada, inicialmente, pela construção “do outro lado da frivolidade da mulher está o embrião, estão os representantes de comunidades religiosas”, em que os lados são apresentados espacialmente, e reforçada por meio da construção adjetiva “melhores cuidados”, em referência aos religiosos, em contraste a “inconsequente”, em referência a mulher.

Quando faz alusão ao ator “mulher”, a pesquisadora apenas interpreta o discurso da oposição, todavia, é categórica ao se remeter aos líderes de comunidades religiosas: (12) “personagens que representam os melhores cuidados às mulheres ou os interesses em conflito com uma mulher que deseja abortar”. Nesse exemplo, Diniz apresenta esses líderes de forma contraditória e irônica, em orações ligadas pela conjunção alternativa “ou”, em que uma oração contraria a outra. Na primeira, esses atores são identificados como representantes dos “melhores cuidados às mulheres” e, na segunda, como representantes dos “interesses em conflito com uma mulher que deseja abortar”. Ou seja, esses atores não podem assumir um papel sem consequentemente negar o outro.

Após a identificação do outro e dos interesses dele, a pesquisadora assume posição de locutora e faz relação enunciativa direta em (14) e (15) com seus interlocutores: os participantes de mesma posição que a sua. Assume, então, um “nós” exclusivo do seu “eu” e do “tu” desses participantes. A pesquisadora convoca seus pares para “enfrentarem” juntos o debate e, se por um lado os explica que não estão falando “de infanticídio”, por outro, sem estabelecer diálogo direto com a oposição, que, apesar de não ser convidado para o lugar da enunciação de Diniz, é audiência de seu discurso, reforça a seus opositores a mesma ideia: que não estão falando “de infanticídio”, mas de “embriões”.

É possível observar o espelhamento dos discursos de Débora Diniz e de Isabella Mantovani nas construções frásicas: (7) “crianças dentro do ventre das mães” e (15) “embriões até as 12 primeiras semanas de desenvolvimento no útero de uma mulher”. O contraste entre as afirmações das participantes se dá no nível da apresentação dos atores, ao comparar as construções nominais antagônicas entre “crianças” *versus* “embriões” e “mãe” *versus* “mulher”. As escolhas lexicais feitas por Diniz são biológicas, ao contrário das de Mantovani, que são afetivas. Ao caracterizar o aborto como (7) “assassinato”, Mantovani representa o primeiro ator como “criança”, ainda que em significado formal a palavra criança ser definida como ser

humano no período da infância⁸, ou seja, após o nascimento e antes da puberdade, não é o caso discutido nas audiências; e o segundo ator é representado pela pesquisadora como “mãe”, reforçando a identidade do ator social em termos de relação pessoal de parentesco.

Como sinalizado no discurso da pesquisadora Débora Diniz, o lado oposto da discussão costumeiramente faz referência ao aborto como uma prática mais comum às prostitutas e às adolescentes inconsequentes. É possível perceber essa tendência quando os discursantes ligam o tema à liberdade sexual das mulheres.

O deputado Marco Feliciano, contrário à descriminalização do aborto, reforça o abortamento como crime contra a vida e o trata como consequência do possível excesso de erotização no nosso país:

16. A vida é um presente. Se você não acredita em Deus, ela é um presente da própria vida.
17. A vida tem que ser defendida.
18. O feto não é uma extensão do corpo humano, da mulher.
19. A mulher não tem direito a ele, porque ela não fez sozinha, foi necessário que duas vidas fizessem tal criança.
20. Então, fica aqui apenas um apelo, para deixar isto aqui bem claro, que este debate nunca terá consenso nesta Casa nem em outra Casa que seja.
21. A vida tem que ser defendida.
22. E eu deixo aqui meus parabéns às pessoas que falaram com tanta paixão,
23. porque o assunto desperta paixão.
24. A vida tem que ser respeitada.
25. O nosso País tem um problema, sim, Senador Paulo Paim. O país chamado Brasil tem um problema com a erotização precoce.
26. No último mandato do Governo foram gastos R\$16 milhões com lubrificante para estímulo sexual da nossa população.
27. É isso que funciona o nosso País. A televisão doutrina, as crianças são doutrinadas, o Nordeste, nós temos um sem-número de crianças que vivem à mercê da exploração sexual...

⁸ “Menino ou menina que está no período da infância, entre o nascimento e a puberdade” (DICIO, 2016).

28. Então, nós temos outra problemática no País, que não é essa.
29. O que eu penso é que a vida dentro do ventre da mulher tem que ser protegida.
30. Eu sinto muito se ela foi estuprada, se ela foi violentada, eu sinto muito,
31. mas uma criança não pode pagar pelo crime cometido por sua mãe. (Marco Feliciano)

O parlamentar utiliza, na maior parte de seu discurso, construções frasais simples que obedecem ao padrão prototípico da oração direta em língua portuguesa: sujeito + verbo + predicado. Dessa forma, ele passa sua mensagem de maneira clara e decisiva, ao contrário de outros participantes, principalmente os favoráveis à descriminalização engajados no *ethos* acadêmico, que se expressam por meio de falas longas, com outros termos acessórios da oração, dificultando a compreensão por parte da audiência para além de seus pares.

O ator social mais recorrente no discurso do pastor é “vida”. Ele começa definindo o que é a vida, em uma significação crescente ao longo do discurso, que se inicia por meio de uma aceção mais genérica até atingir a especificidade da vida intrauterina discutida nas audiências: (16) “A vida é um presente”, (17) e (21) “A vida tem que ser defendida”, (24) “A vida tem que ser respeitada” e, então “a vida dentro do ventre da mulher tem que ser protegida”. No primeiro exemplo, a vida é ator de uma oração relacional identificadora e na qual é caracterizada positivamente como um presente. Em (17), (21) e (24), já identificado e caracterizado, o ator social é apassivado reiteradamente em construções verbais modalizadas pelo auxiliar “ter” com conotação de ordem deôntica, ou seja, comando para que se defenda e que se respeite a vida. Já em (24), depois de ter sido apresentada sobre sua qualidade e necessidade de defesa e respeito, a vida é apresentada mais uma vez em exigência de proteção, mas dessa vez, especificadamente, “a vida dentro do ventre”.

O embrião é representado nominalmente por “feto” e duas vezes por “criança”. Na primeira oração ele é ator de um processo relacional, que o caracteriza quanto aquilo que ele não é (18) “O feto não é uma extensão do corpo humano, da mulher”. Nas vezes em que ele é apresentado por “criança”, ele é afetado pela oração material (19) “que duas vidas fizessem tal criança” e é ator na oração material (31) “uma criança não pode pagar pelo crime cometido por sua mãe”. Na última oração, o verbo modal “poder” assume sentido deôntico e, acompanhado pelo advérbio de negação “não”, protege a criança ao retirar a necessidade de que ela não “pague pelo crime”. Há outras ocorrências nominais “criança” no discurso de Feliciano, porém, dessa

vez, essas não fazem referência ao mesmo ator social, uma vez que utiliza a concepção dicionarizada⁹ do significado da palavra, diferente do sentido da usada anteriormente, e essas “crianças” são (27) “doutrinadas pela televisão” e “exploradas sexualmente”. Ou seja, o termo “criança” referido ao ator social em vida intrauterina é usado para sensibilizar a audiência, ao criar uma possibilidade de maior identificação do que o termo “embrião” poderia causar, por exemplo. Já no segundo tipo de ocorrência, Feliciano está, de fato, falando de crianças em seu sentido denotativo.

A partir de (24), quando afirma que “a vida tem que ser respeitada”, o deputado apresenta uma série de questões morais, que representam simbolicamente desrespeito, relacionadas ao problema maior que é a (27) “erotização precoce”. O discurso do parlamentar adquire tom de denúncia do “Governo”, da “televisão” e do “país”, que estimulam a sociedade sexualmente. E, conclui, por meio da conjunção “então” (28), em “então, nós temos outra problemática no País, que não é essa”, que o aborto não é o real problema do Brasil, mas, sim, a “erotização”, sentido construído ao utilizar conjunção coordenativa adversativa “que” para contrapor as orações coordenadas apresentadas.

O ator social “mulher”, no discurso de Marco Feliciano, é apresentado em “a mulher não tem direito a ele”, “ela não fez sozinha”, “corpo da mulher”, “ventre da mulher”, “se ela foi estuprada”, “se ela foi violentada” e em “crime cometido por sua “mãe”. Na primeira ocorrência, (19) esse ator tem os limites de seu direito marcados pela ligação à oração seguinte por meio da conjunção causativa “porque”, assumindo que devido a participação de um outro ator na concepção, os direitos dessa mulher sobre o feto são limitados. Ainda que esse outro ator seja suprimido no nível frásico, simbolicamente é possível perceber que é um “homem”. Nas ocorrências seguintes, (18) e (29) a mulher tem função adjetiva, termo acessório da oração, e caracteriza “corpo humano” e “ventre”, respectivamente.

Gostaria de focar agora nas ocorrências em (30) e (31). Em “eu sinto muito se ela foi estuprada, se ela foi violentada, eu sinto muito”, a mulher é apassivada como meta de duas orações materiais, cujo ator é excluído, mas, novamente, é possível entender que é um “homem”. O parlamentar se coloca como experienciador do processo mental “sentir”, intensificado pelo advérbio “muito” e reitera seu próprio sentimento antes e depois dos processos materiais de violência dos quais a mulher é vítima. Ao construir esse enunciado, o

⁹ “Menino ou menina que está no período da infância, entre o nascimento e a puberdade” (DICIO, 2016).

parlamentar se certifica de proteger a sua face reiteradas vezes, mas não chega a construir um contexto de empatia com a vítima que ele apresenta, ao reacender a discussão sobre aborto em caso estupro. O aborto em caso de violência sexual já consta como escusa absolutória no Código Penal brasileiro, ou seja, não é a pauta da audiência. Além disso, é sabido, como informado na introdução desta dissertação, que o parlamentar defende a criminalização do aborto em qualquer situação, mesmo nas que já são descriminalizadas no nosso país.

Por último, o participante conclui sua fala com conjunção adversativa “mas”, contrariando a oração apresentada anteriormente “sinto muito”, e afirma que “uma criança não pode pagar pelo crime cometido por sua mãe”, porém, “crime cometido por sua mãe” estabelece uma construção coesiva referencial a “estuprada” e “violentada”. Assim sendo, o discurso de Marco Feliciano não apenas coloca a mulher em uma relação de deveres e não de direitos em relação ao feto, como também a culpabiliza pelo estupro sofrido, cujas consequências não podem ameaçar o nascimento da “criança”. Nesta culpabilização e criminalização da mulher temos um exemplo de enunciados violentos contra a mulher que caracterizam o discurso tradicional sobre gênero no Brasil (MAGALHÃES, 2009).

Outro ponto dentro do conflito sobre vida e morte se pauta não apenas na compreensão do momento exato em que se forma a vida, mas em como encontrar um equilíbrio nessa equação vida do feto versus vida da mulher.

A pesquisadora Lia Zanotta, favorável a descriminalização do aborto, apresenta a percepção de que a vida humana não é apenas biológica, mas social e reconhece vida também a partir da fecundação, porém, na necessidade de escolha entre uma vida socialmente construída e uma concebida apenas biologicamente, ela defende a primeira:

32. Então, o princípio jurídico ocidental é a ponderação. Há um bem jurídico em jogo, e este bem jurídico em jogo deve ser ponderado.
33. O bem jurídico é vida humana, mas uma vida humana já feita, relacional, em circunstâncias específicas, e uma vida que pode vir a se transformar em pessoa.
34. Então, é isto. Não há um assassinato de fetos. Não há. Às vezes, de zigotos,
35. porque, pelo que se fala, o blastocisto vale mais do que uma mulher. O zigoto vale mais do que uma mulher.

36. Será que poderemos ponderar que o blastocisto e o zigoto valem mais do que uma mulher?
37. Então é por isso, que eu acho importante manter a diferenciação entre a formação da vida em seus vários momentos e a vida plena das mulheres existentes,
38. que elas teriam, que, para levar a termo uma gravidez, em determinada circunstância, dizer: “eu morro aqui”. (Lia Zanotta)

Lia Zanotta não constrói relações com interlocutores em seu discurso. Engajada em um *ethos* acadêmico, com léxico menos popular, recorrendo a termos biológicos e a termos jurídicos, a socióloga não parece investir na obtenção de adesão de seu discurso por parte da plateia como um todo. A maioria das orações construídas em seu discurso possuem valor relacional e existencial. O primeiro, para identificar (32), (33) “princípio jurídico” e (36) “zigoto”; e, o segundo, para apresentar esse (32) “bem jurídico” e negar a existência de (34) “assassinato de fetos”. A pesquisadora, procura explicar que não há assassinatos de fetos, mas de zigos, dando a estes uma valorização diminuída em relação àqueles: (34) “Então, é isto. Não há um assassinato de fetos. Não há. Às vezes, de zigos”. O ruído conversacional que essa afirmativa pode criar, está em não perceber que para os participantes contrários à descriminalização, desde o momento da fecundação há vida. Ou seja, para eles, ambos zigos ou fetos já possuem princípio vital. A pesquisadora valoriza a vida do ser biológico e social já formado que é a mulher e não nega que haja vida na fecundação, porém, a forma que é construída essa assertiva pode permitir que se conclua que ela não considera a importância da concepção nessa escolha.

As relações nominais que envolvem o ator social “mulher” na fala da socióloga são “vida humana”, “mulher” e “mulheres existentes”. As características da mulher no discurso da pesquisadora são colocadas em contraste às do feto: “vida humana já feita, relacional, em circunstâncias específicas” versus “vida que pode vir a se transformar em pessoa”. Neste ponto, três dimensões da vida humana são valorizadas: “já feita”, expressão utilizada popularmente para se referir a seres humanos independentes, abarcando, talvez, o nível profissional e educacional; “relacional”, remetendo a natureza social do ser humano; e, “em circunstâncias específicas”, aludindo ao nível pessoal e individual.

Essas três dimensões são adquiridas conforme o ser humano se desenvolva biológica e socialmente, portanto, não podem ser encontradas em um feto, que segundo o discurso da

socióloga, ao fazer uso do verbo auxiliar modal “pode” com valor epistêmico, há tanto a possibilidade dessa vida se tornar pessoa, como não há, e isso depende da natureza biológica dessa própria vida, pois, em “vir a se transformar”, “se” é pronome reflexivo, ou seja, vida é tanto sujeito quanto objeto da ação.

Além de recorrer ao discurso indireto para contradizer o argumento contrário ao seu, que rechaça o aborto em qualquer momento: “porque, pelo que se fala, o blastocisto vale mais do que uma mulher”, Lia Zanotta lança uma pergunta retórica: (36) “será que poderemos ponderar que o blastocisto e o zigoto valem mais do que uma mulher?”. Pergunta que, independentemente de seu conteúdo, já seria suficiente para ameaçar a face de seus opositores, podendo criar um ruído na interação, no único momento que ela estabelece um diálogo na sua fala, ao se representar por meio de um “nós” que inclui a audiência. Porém, Lia Zanotta retoma seu “eu” individual como ator experienciador de um processo mental e reforça o paradoxo das escolhas ao destacar que levar uma gravidez adiante pode significar a morte de algumas mulheres em determinadas circunstâncias.

Sua fala é finalizada por meio da representação do possível resultado de se obrigar uma mulher a manter uma gestação indesejada, quando modaliza a expressão verbal “levar a termo” com um auxiliar de valor deontico “teriam”. Ao se verem obrigadas a anunciar a própria morte, conforme construído por meio do processo verbal “dizer”, essas mulheres não só anunciariam seu próprio fim, mas também poderiam construí-lo. Essa possibilidade existe a partir do momento em que são atores sociais ativos de um processo que possibilita a compreensão de sua investida sobre a morte tanto como material, quanto como comportamental: “que elas teriam, que, para levar a termo uma gravidez, em determinada circunstância, dizer: “eu morro aqui”.

Em contrapartida ao discurso da pesquisadora Lia Zanotta, a professora de educação infantil, Kátia Batalha, participante incluída na categoria “falas individuais”, apresentada no capítulo 4 deste trabalho, é contrária a descriminalização do aborto segundo os parâmetros oferecidos pelo texto base das audiências em análise.

39. Como mãe, né, obrigada pela oportunidade, né, já que nós falamos tanto em democracia aqui...
40. não venho fazer nenhum apelo emocional, nada disso.
41. Apenas, como professora também de crianças, deu saudade dos meus alunos, porque, quando eu expliquei para eles o que era

fecundação, as crianças diziam: "puxa, que legal, então é um bebê?".

42. Eu devia ter dito que era uma potencialidade de vida e tal. Acho que eu devo ter me equivocado, enfim.
43. Eu quero saber se o meu filho também, que está aqui e ele tem apenas um ano e dez (meses), ele ainda está em formação, então eu quero saber se ele é um ser ou se ainda é uma potencialidade. Eu quero saber se alguém pode me explicar qual que é a diferença. (Kátia Batalha)

A participante se identifica como “mãe” e “professora de crianças”, e sua fala se diferencia da de Zanotta principalmente no que tange à concessão de direitos. Seu discurso é construído, majoritariamente, por meio de referência à sua experiência individual: “deu saudade”, “acho”, “devo ter me equivocado”, “eu quero saber”; por meio de processos do dizer: “falamos”, “expliquei”, “diziam”, “dito” e “explicar”; e, por último ao representar seres no mundo: “meu filho que está aqui”, “ele tem apenas um ano e dez”, “ele ainda está em formação”, “ele é um ser”, “ainda é uma potencialidade” e “qual que é a diferença”.

O discurso de Batalha é recorrentemente ameaçador de face, ao usar de ironia com relação a audiência e ao fazer perguntas retóricas. Apesar de no início da fala a participante alertar que “não vem fazer nenhum apelo emocional” e reforçar com “nada disso”, a primeira investida discursiva que ela faz é por meio da própria identificação relacional em termos de parentesco: (39) “mãe”, e, por meio da locução subordinativa “já que”, que funciona como adjunto adverbial de “obrigada pela oportunidade”, estabelecendo relação de causa ao introduzir o discurso indireto “já que nós falamos tanto em democracia aqui”. O “nós” de sua fala não a inclui semanticamente e funciona como forma de mencionar o discurso de seus opositores, mas ainda garantindo sua entrada na ordem do discurso das audiências públicas interativas.

Apesar do nome interativo, as audiências não são amplamente abertas aos cidadãos da sociedade civil, o que pôde ser notado no decorrer desta dissertação, ao mostrar, no capítulo 3 o cerceamento do ambiente textual, e no capítulo 4 a distribuição desigual do poder de fala dos participantes.

A participante apresenta, em discurso direto, a fala de seus alunos como forma de mostrar que mesmo eles, crianças, concebem a fecundação como uma vida: (41) “Puxa! Que

legal! Então é um bebê?”. Seu discurso é articulado por meio do léxico do grupo oposto para, a partir dele, contrapor a concepção de “potencialidade de vida” e a sua não aderência é reforçada pelo marcador: “e tal”. Seu filho é ator ativado também por identificação de parentesco, representado por meio de orações relacionais, que são proferidas na tentativa retórica da participante em sanar sua dúvida quanto a existência do próprio filho: (43) “então eu quero saber se ele é um ser ou se ainda é uma potencialidade”.

Uma análise focada nos “pontos críticos” do discurso permitiu a percepção de que os maiores pontos de conflito entre os participantes versavam sobre o maternar e sobre as questões ligadas ao conceito de vida e de morte. O conflito entre a compreensão da maternidade como destino natural das mulheres e o aborto como uma escolha pessoal de planejamento de vida permeou as falas de todos os discursantes nas audiências, que buscaram justificativas biológicas, religiosas ou científicas para explicar a natureza feminina e a maternidade. Outro conflito entre os participantes também versou sobre a autonomia da mulher como disfarce para uma política de controle de natalidade e a regulação dos corpos femininos disfarçado de apelo à vida dos fetos.

A concepção de vida ou de morte, apresentou-se como uma das questões mais complicadas de consenso entre as partes. Enquanto um lado focou a discussão sobre início da vida, o outro enfocava na importância da mulher como ser social e biológico formado, porém, não se estabeleceu um diálogo concreto. Ou seja, a intersecção dos discursos sobre vida e morte não se realiza no ambiente das audiências estudadas, pois nenhum dos lados estabelece um diálogo efetivo entre si e nem oferece possibilidade de criação de consenso sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram analisados os discursos dos participantes sobre a descriminalização do aborto no ambiente das audiências públicas interativas do Senado Federal sobre a Sugestão nº 15, de 2014, que “Regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde”. O estudo tratou inicialmente da trajetória textual da sugestão legislativa, que teve início com uma proposição de um cidadão de fora do parlamento, passando por trâmites burocráticos até se tornar objeto de uma série de audiências públicas, merecendo a atenção de senadores e especialistas convidados. Assim, o primeiro passo da pesquisa foi analisar o discurso da própria sugestão legislativa e as práticas de letramento que o envolvem, identificando características excludentes a despeito de se tratar de audiências públicas que prezam pelo caráter interativo e democrático. O protagonismo da linguagem e o potencial de agentes sociais que os textos possuem, investigados neste trabalho, convidam para o estudo aprofundado sobre o foco reprodutivo e transformacional desses textos no contexto da modernidade tardia, uma vez que não são claramente localizáveis e estão imbricados nas hibridações das práticas sociais atuais.

Além disso, o discurso da própria Sugestão, ainda que procure abordar uma questão genuinamente ligada à mulher e demonstre preocupação em relação à emancipação feminina, corrobora com práticas que excluem e diminuem mulheres de determinadas classes e geração, ao reafirmar o discurso patriarcal, que liga a primazia de ser mulher à maternidade, estabelecendo um modelo ideal para a experiência da maternidade, ligando-a diretamente à dependência de um homem.

Os debates acerca do aborto são bastante polarizados nas audiências públicas entre os que defendem a descriminalização parcial da prática e aqueles que são a favor da manutenção do aborto como crime. As oposições binárias dos discursos dos participantes das audiências revelam o contraste das suas identidades com a representação que eles fazem das “outras”. Observou-se que os discursos, em suas afirmações morais polarizadas, correlacionam-se às identidades desses participantes e a marcação da diferença com os demais, principalmente com o grupo oposto e com as mulheres que consideram o aborto. Os parlamentares nas audiências possuem mais poder de fala que os demais. Essa disparidade legitima a sobredeterminação da participação dos discursos contrários à Sugestão na criação de um ambiente no qual prevalece a voz de um dos lados do posicionamento.

O discurso dos participantes contrários à SUG nº 15 reforça a maternidade como lugar de realização natural do feminino. As políticas públicas e medidas de assistência têm o papel de assegurar que as mulheres seguirão seu papel pré-determinado biologicamente. A mulher que aborta é a mulher que nega a sua natureza sagrada de mãe, e sofrerá a culpa por seu pecado.

As discursantes mulheres raramente se colocam em igualdade às que são objeto de sua fala. Algumas dessas mulheres, de um lado, entendem a maternidade como natureza final feminina, e creem que a descriminalização do aborto ameaça a experiência da maternidade e desqualifica a pessoa de direito que são os fetos, outras, por outro lado, são mulheres que assumem papel superior ao dessas mulheres, como protetoras e porta-vozes das que podem vir a abortar ou já abortaram.

Com o reconhecimento dos espaços discursivos, foi possível verificar algumas tendências que perpassavam o discurso dos participantes das audiências, o que ajudou na compreensão da prática discursiva e na resposta das questões de pesquisa. Ao adotar a estratégia de seleção de “pontos críticos” do discurso, foi possível perceber que os maiores pontos de conflito entre os participantes versavam sobre o maternar e sobre as questões ligadas ao conceito de vida e de morte.

O primeiro ponto dividiu os participantes basicamente nos que defendem a maternidade como destino natural das mulheres contra os que entendem o aborto como uma escolha pessoal de planejamento de vida. Esse conflito permeou as falas de todos os discursantes nas audiências, que buscaram justificativas biológicas, religiosas ou científicas para explicar a natureza feminina ligada ao maternar. Ainda sobre o mesmo momento de crise dos discursos sobre o questionamento da natureza materna, a tensão entre os participantes também discorreu, de um lado, se a autonomia da mulher esconde, na verdade, uma tentativa de manipulação e controle populacional, e, do outro, se há um controle sobre os corpos femininos disfarçado de apelo à vida dos fetos.

O segundo ponto, que diz respeito à relação entre aborto e a concepção de vida ou de morte, apresentou-se como uma das questões mais complicadas de se encontrar um consenso básico entre as partes. Os lados se opuseram sobre se o aborto, praticado em qualquer momento, significa a morte de um ser, sendo costumeiramente comparado a um homicídio, ou se a criminalização do aborto acarretaria na morte das mulheres que tentam realizar o abortamento em condições insalubres. Enquanto um centrava a discussão sobre início da vida, o outro focava

na importância da mulher como ser social e biológico formado, sem que ambas as posições estabelecessem um diálogo concreto.

Como indicação para trabalhos futuros de pesquisa linguística sobre o tema, sugiro uma análise comparativa dos discursos privados dos participantes em comparação aos discursos desses mesmos atores nos debates públicos sobre o aborto, procurando identificar, por meio de entrevistas e comparações, variações linguísticas que possam esclarecer como a investida em identidades sociais diferentes pode mudar seu discurso sobre o tema.

Como seria possível estabelecer um debate construtivo em relação ao aborto? Há a possibilidade de o debate ser levantado para além de posições tão marcadamente polarizadas e irreconciliáveis? É possível discutir o aborto sem sentir a sua própria identidade acuada e se proteger contra o lado contrário do posicionamento? Essas perguntas permearam minha experiência no decorrer da pesquisa e, ao me deparar com o estudo de Faúndes e Barzelatto (2004), encontrei um exemplo de possibilidades para a criação de um diálogo efetivo sobre o tema.

Segundo os autores, uma regra importante para promover esse diálogo seria não entender a discussão como uma confrontação ou dilema. Eles relatam que, em 1995, o então governador de Massachusetts, William F. Wel, e o cardeal de Boston, Bernard Law, convidaram ao diálogo seis mulheres líderes de grupos “pró-vida” e “pró-escolha”. Essas mulheres se reuniram em segredo por 5 anos e meio e como regra dos encontros, estavam ali como indivíduos e não representações. A meta não era encontrar bases comuns de acordo, mas construir uma relação de respeito e compreensão. A primeira coisa decidida pelas mulheres foi como chamar umas às outras, além de estabelecer uma série de palavras e frases que deveriam ser evitadas, para evitar que se sentissem agredidas ou depreciadas, como assassinas e fanáticas religiosas.

Os autores, apresentam, o que eles tomam como “bases para um ‘consenso básico’ em torno do aborto”, que enumero aqui como sugestão para a orientação de construção de um diálogo efetivo sobre a temática. Acredito que esses pontos, ou pelo menos a maioria deles, devem ser reconhecidos como parte do consenso mínimo sobre o aborto. E, ainda que os perceba nas falas dos participantes das audiências, independente da sua posição, eles não são trazidos necessariamente como pontos importantes para a discussão, deixados como pano de

fundo de um debate voltado para ideais morais sobre vida e morte e o papel da mulher na família.

Coloco, então, os pontos que devem nortear o debate acerca do aborto, segundo os autores:

- 1) Reduzir o número de gravidezes não desejadas e de abortos, assim como minimizar o custo humano do aborto inseguro, para o bem das mulheres e da sociedade em geral;
- 2) Incluir diferentes perspectivas religiosas no debate, prezando pelo reconhecimento e respeito pela diversidade humana;
- 3) Promover maior equidade de gênero em todos os aspectos da vida, de forma que as mulheres possam decidir quando, com quem e em que condições exercitar sua vida sexual;
- 4) Fomentar uma educação em saúde sexual e reprodutiva livre de preconceitos;
- 5) Facilitar o acesso aos métodos contraceptivos a todas as pessoas sexualmente ativas que os solicitam;
- 6) Desenvolver ações de apoio às mulheres grávidas que desejam levar a gravidez a termo;
- 7) Descriminalizar o aborto e legislar para prevenir a gravidez não desejada, dentro dos limites sociais aceitáveis;
- 8) Possibilitar o acesso fácil e humanizado a serviços de aborto seguro;
- 9) Assegurar que as mulheres em complicações de aborto legal ou ilegal recebam atendimento com a mesma qualidade que qualquer outra pessoa que procure ajuda médica nos serviços de saúde.

Não tenho a pretensão de esgotar o tema ou terminar este trabalho por aqui. Muito pelo contrário, espero que se escreva e se fale cada vez mais sobre o aborto. O que compartilho aqui são pontos de reflexão que serviram para meu amadurecimento pessoal e científico e que podem vir a contribuir para a construção do tipo de sociedade que acredito. Que daqui a alguns anos eu possa retornar a esta dissertação e perceber que avançamos no que tange aos direitos

reprodutivos das mulheres, direitos humanos básicos e que devem ser o pilar da nossa sociedade. Que nenhuma mulher sofra suas dores em silêncio e que a todas nós seja dado o direito de falar e de ser ouvida com respeito e empatia. Que não carreguemos culpas, medos, traumas e sequelas desnecessárias. Que os ideais de maternidade não nos sufoquem, não nos prendam, não nos entristeçam, não nos limitem. Que eu nunca mais conheça mulheres que abaixam a cabeça ou o tom de voz para me contar sobre aborto que viveu. Que nenhuma mais fale da sua própria experiência em terceira pessoa. Que nenhuma mulher morra por falta de assistência digna e humana. Que toda escolha seja ponderada e assumida respeitando as complexidades e individualidades que permeiam a existência de cada ser. Somos nós, mulheres, que gestamos a nossa sociedade e que historicamente assumimos o dever de sua criação. Não é justo que nos tomem como assassinas e nem que controlem nossos corpos e desejos como se não fôssemos moralmente capazes de assumir nossas escolhas. Não há uma sociedade sadia, sem mulheres plenamente sadias.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. Performativo-constativo. In: LIMA, José Pinto de. **Linguagem e ação** – da filosofia analítica à linguística pragmática. Lisboa: Materiais Críticos, 1983. p. 43-58.
- BARTON, David. Understanding textual practices in a changing world. In: BAYNHAM, M.; PRINSLOO, M. (orgs.). **The future of literacy studies**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 15, p. 37-68, dezembro de 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- _____; WACQUANT, Loic J. D. The purpose of reflexive sociology (the Chicago Workshop). In: **An invitation to reflexive Sociology**. p. 61-215. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei 2848 de 7 de dezembro de 1940.
- BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. Brasília : Presidência da República, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento**: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão dos Direitos Humanos e Minorias. **Requerimento n. 7989**, de 12 de junho de 2013.
- CÂMARA FEDERAL. Comissão de Seguridade Social e Família. **Projeto de Lei n. 478** (Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências) de 2007.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006
- CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murroy. A árvore e o fruto: breve ensaio sobre o aborto. In: _____. **Ao Sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

DIAS, Juliana de Freitas. **A linguagem do parto: discurso, corpo, identidade**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

DICIO. Dicionário online de português. Criança. Significado de criança. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/crianca/> Acesso em 20 de novembro de 2016.

DINIZ, Debora. **Aborto e saúde pública: 20 anos de pesquisas no Brasil**. Brasília: UnB, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. Londres e Nova Iorque: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. A dialética do discurso. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **Discurso e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

FAÚNDES, Aníbal; BARZELATTO, José. **O drama do aborto: em busca de um consenso**. Campinas: Ed. Komedi, 2004.

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Linguagem e Gênero Social: Contribuições da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional. **Revista D.E.L.T.A**, vol. 25, n. especial, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

FUZER, C.; CABRAL, S.R.S. **Introdução à Gramática Sistêmico- Funcional em Língua Portuguesa**. Santa Maria: UFSM, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HEATH, Shirley Brice. **Ways with words**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KELL, Catherine. Literacy practices, text/s and meaning making across time and space. In: BAYNHAM, M.; PRINSLOO, M. (orgs.). **The future of literacy studies**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

LIMA, José Pinto de. Uma linguística pragmática ou uma pragmática em linguística? In: _____. **Linguagem e ação** – da filosofia analítica à linguística pragmática. Lisboa: Materiais Críticos, 1983.

_____. **Pragmática Linguística**. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise do discurso crítica. **D.E.L.T.A.**, vol. 21, n. especial, p. 1-9, 2003.

MAGALHÃES, Izabel. Gênero e discurso no Brasil. **Discurso & Sociedad**, v. 3, n. 4, p. 714-737, 2009.

MAGALHÃES, Izabel. Letramento, intertextualidade e prática social crítica. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **Discurso e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

MOTTA, Flávia de Mattos. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. **Estudos feministas**, vol. 16, n. 2, May-Aug. 2008.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **As teorias da carne**: corpos sexuados, identidades nômades. *Labrys*, Revista de Estudos Feministas, web, v. 1-2, n. jan/dez, 2002.

PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 157-176.

PLATAFORMA LATTES. CNPq. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/> Acesso em 7 de novembro de 2016.

QUARESMA NETO, João Rodrigues. **Desenvolvimento e políticas públicas**: análise da 'formação cidadã' no âmbito do PNLD (2015- 2017). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise do discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2001.

ROCHA, Milena Fernandes da. **Análise discursiva crítica do movimento parlamentar pró-vida: vozes que criminalizam o aborto sentimental**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **O debate parlamentar sobre aborto no Brasil: atores, posições e argumentos**. 222 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1999.

SENADO FEDERAL. **Projeto de lei do Senado n. 236** (Reforma do Código Penal Brasileiro) de 2013.

SENADO FEDERAL. Secretaria Geral da Mesa. Secretaria de Comissões. MEMO nº 0060/2014 – SECOM. Brasília, 4 de setembro de 2014.

SENADO FEDERAL. e-Cidadania. Instruir a SUG 15 de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação. 05/05/2015 - 09:00. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=3603> Acesso em 22 de setembro de 2015.

SENADO FEDERAL. Atividade Legislativa. **Sugestão n. 15**, de 2014. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119431> Acesso em 22 de setembro de 2015b.

SENADO FEDERAL. e-Cidadania. Instruir a SUG 15 de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação. 28/05/2015 - 09:00. Disponível em: <http://ww12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=3867> Acesso em 22 de setembro de 2015c.

SENADO FEDERAL. e-Cidadania. Instruir a SUG 15 de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação. 06/08/2015 - 09:00. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=4469> Acesso em 22 de setembro de 2015d.

SOCIEDADE DE DIVULGAÇÃO ESPÍRITA AUTA DE SOUZA. Home. Centro Espirita. Histórico Do Centro Espirita. Disponível em: <http://www.autadesouza.com/centro-espirita/historico-do-centro-espirita> Acesso em 7 de novembro de 2016.

STREET, Brian. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **Discurso e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

SUASSUNA, Jaqueline Coelho. Ideologia e alteridade nos discursos sobre a liberalização do aborto no Brasil. **Diálogo das Letras**, vol. 5, n. 1, 2016.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VILLELA, Wilza Vieira; BARBOSA, Regina Maria. **Aborto, saúde e cidadania**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TADEU DA SILVA, Tomaz; WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ideias Proponha a sua!
legislativas

Ideia nº 29.984

Ficha Informativa anexa ao Memorando nº
60, de 2014, da Secretaria de Comissões

DADOS FORNECIDOS PELO CIDADÃO PROPONENTE:

IDEIA CENTRAL:

Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde.

PROBLEMA:

São muitos os motivos pelos quais brasileiras interrompem uma gravidez. Os mais comuns são para adiar a gravidez para um momento mais adequado ou para concentrar energias e recursos em crianças já existentes. Algumas mulheres, no entanto, são incapazes de cuidar de um filho, quer em razão dos custos diretos, ou devido à ausência ou falta de apoio de um pai. Outras desejam planejar para proporcionar uma melhor educação para seus filhos no futuro. As gestantes também podem possuir graves problemas de relacionamento familiar, ou se considerar jovens demais para se tornarem mães. Não raramente, abortos também são resultado de pressões sociais: para uma mulher, pode ser insuportável o estigma de ser mãe solteira ou mãe precoce. A insuficiência dos programas de apoio financeiro para as famílias, a falta de acesso ou a rejeição a métodos contraceptivos, e a estigmatização de pessoas com deficiência também são fatores que podem resultar em aborto obrigatório ou seletivo. A atual legislação vitimiza a mulher, tornando-a refém de clínicas de aborto clandestinas. Não obstante, estimativas do Ministério da Saúde apontam a ocorrência de 1,25 milhão de abortos ilegais, ao ano, no Brasil.

EXPOSIÇÃO:

As interrupções voluntárias da gravidez que serão praticadas nos termos estabelecidos por esta lei serão consideradas ato médico. Todas as instituições do Sistema Único de Saúde (SUS) aptas a realizar interrupções de gravidez serão obrigadas a cumprir os preceitos desta lei, sendo permitido aos profissionais de saúde declarar objeção de consciência, a qual será comunicada ao diretor da unidade hospitalar. A lei deverá estabelecer as condições técnico-profissionais e administrativas necessárias para permitir às usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) o acesso ao procedimento de interrupção voluntária da gravidez dentro do prazo de 12 semanas de gestação. Uma equipe de saúde interdisciplinar deverá informar a mulher sobre as disposições desta lei, a natureza do aborto e os riscos inerentes a esta prática, assim como sobre as alternativas ao aborto, incluindo programas sociais de apoio financeiro, bem como sobre a possibilidade de oferecer a criança à adoção. Uma equipe interdisciplinar deverá prestar apoio psicológico e social à mulher, para ajudá-la a superar as causas que induziram ao aborto, e para garantir que ela possua todas as informações necessárias para tomar uma decisão consciente e responsável. A gestante terá um período de reflexão de cinco dias, após o qual, se ratificado que deseja terminar sua gravidez, um médico ginecologista realizará o procedimento imediatamente. A ratificação da mulher será expressa por consentimento informado. As interrupções voluntárias da gravidez, nos termos desta lei, em vista da evidência científica disponível, serão orientadas para a redução de riscos à saúde da mulher. Somente o aborto realizado nos termos desta lei será descriminalizado no Brasil, permanecendo ilegais quaisquer práticas com caráter e valor comercial.





IDENTIFICAÇÃO FORNECIDA PELO PROPONENTE

ANDRÉ DE OLIVEIRA KIEPPER

Nascido em: 12/5/1981

Estado: RJ

Escolaridade: ensino superior

E-mail: ANDREKIEPPER@HOTMAIL.COM

DADOS DE CONTROLE DO E-CIDADANIA:

DATA DA INCLUSÃO DA IDEIA: 18/9/2014

DATA DA PUBLICAÇÃO DA IDEIA: 24/9/2014

DATA DE ALCANCE DOS APOIOS NECESSÁRIOS: 2/12/2014

TOTAL DE APOIOS CONTABILIZADOS: superior a 20 mil



mulheres. E aqui, lamentavelmente, a gente viu muito fortemente essa expressão. As mulheres têm a capacidade de pensar, de decidir, de cuidar, né. E os conflitos que a gente possa passar em qualquer momento de decisão devem ser respeitados pela sociedade, inclusive pelos parceiros.

Nós (equipe pública) não pode emitir a servidão, não com o desmatamento. As mulheres não querem.

Nós exclusivos defensores das mulheres

Nós mulheres

vos passiva Ato

Ana Maria Costa: A favor

E aí, nós, que sempre batalhamos por políticas de saúde integral, pela oferta de métodos contraceptivos, pela oferta de educação, de informação como meio de promover a autonomia da saúde, como um lugar de autonomia das mulheres, não podemos, de jeito nenhum, omitir que a sexualidade e o desmando, que tão no cotidiano, na vida das pessoas, das mulheres, dos casais, é ele, também que faz com que as mulheres engravidem sem querer. E as mulheres engravidam sem querer, nós engravidamos sem querer, médicas, advogadas, estudantes, velhas, novas, religiosas, não religiosas, evangélicas, cristãs, o que sejam, ateias, todas nós engravidamos sem querer. E o fato de engravidar sem querer não pode ser determinante no prosseguimento de uma gravidez indesejada.

Intertexto de Freud não é o consciente que controla as intenções

Mari Esther: A favor

Foi pesquisada a questão em relação ao desejo de gravidez, tá. Então tinha uma pergunta que é se a mulher desejava engravidar, e 29,9%, 30% das mulheres disseram e isso são mulheres no puerpério, mulheres que tiveram seus bebês. Então 30% das mulheres que tiveram seus bebês disseram que não queriam ter engravidado naquele momento. Perguntando em relação ao sentimento em relação à gravidez, e perguntando sobre se elas tentaram interromper a gravidez, 2,3% das mulheres que estavam no pós-parto, que tiveram seus bebês, disseram que tinham tentado interromper a gravidez. Isso para dizer que uma gravidez indesejada, ela traz consequências. Se quiserem olhar, essa pesquisa é uma pesquisa com uma metodologia aprovada, e com uma boa metodologia. As mulheres que tinham gravidezes indesejadas elas foram menos ao pré-natal, elas tiveram mais complicações, elas tiveram menos acesso. E as gravidezes delas foram gravidezes com mais risco do que as mulheres que desejaram gravidez.

Responde a Jha Ripman

Usa pesquisa p/ mostrar que gravidez indesejada traz consequências

Rosângela Talib: A favor

Então, se a mulher decidir por uma interrupção da gravidez, é ela e sua consciência. Sua consciência esclarecida é que vão lhe dar um norte. Não somos nós profissionais da saúde, não somos nós políticos, né, que vamos dizer a ela o que ela deve ou não deve fazer. O que nós devemos, como servidores da saúde, é acolher essa mulher e dar a ela garantias de saúde. Garantia de saúde, né. Não é mais possível que em pleno século XXI a gente continue perdendo mulheres por motivo tão, tão pequeno em termos de procedimentos médicos e que a gente coloque em risco milhares de vidas de mulheres.

Processos Relacionais Mentais a consciência de saúde → prioridades práticas mínimas

metáfora de moedas

exclusivo inclusivo

Luis Bassuma: Contra

Quisera eu - mas não fui eu que tem participação nisso, e nenhum de nós tem poder sobre isso; isso é uma decisão que vem muito acima de nós -, quisera eu, acharia muito bom, que homens e mulheres, biologicamente, pudessem engravidar e ter filhos. A natureza

Deus

aditivo

inclusivo

semelhanças biológicas

expresso

ato excluído

homem = quer a criança

masculino

não **desejou** assim. Entre um homem e uma mulher, biologicamente, eles **são** iguais em tudo: **têm** dois braços, duas pernas, cérebro, **são** inteligentes, **têm** olhos, **têm** tudo, menos a condição reprodutora. E nessa área sexual a única diferença fundamental entre um homem e uma mulher. E **dizem** os nossos movimentos: "Por que um homem vai **falar**? Tem que **ser** mulher!" Graças a Deus, nossas mulheres já **estiveram** aqui e **deram** um show agora há pouco. **Dizem** que um homem nunca vai **passar** por essa experiência. Aí eu fiquei **pensando** um dia na minha vida: realmente, Deus não me **deu** esse privilégio, privilégio dos privilégios, **dar** à luz uma vida nova. Nunca **vou** **saberei** como deve **ser** essa experiência. Aí **diziam**: "Só **tem** um jeito, Bassuma, de um homem **chegar** perto desse prazer! -Qual é? **adotar** uma criança". **Eu** **fiz** isto. **Adotei** para sentir esse prazer. **É** o único momento em que **nós** podemos, pobremente, de maneira paupérrima... E aí eu **adotei** porque uma mulher **queria**, desesperadamente, **abortar** lá no meu Estado, na Bahia, pela indiferença da família, pela omissão do Estado e pelo abandono do principal responsável, que **é** o homem que **gerou** aquela criança. **Nós** conseguimos **convencê-la** a que não **fizesse** esse crime, que **é** pior para ela. Quem mais **sofre**, além da criança, que **é** assassinada, **é** a mulher. Não **tem** jeito, **porque** vai contra o instinto. **Todos** os cientistas já **descobriram**: o instinto mais forte em qualquer criatura viva **é** o da sobrevivência. Se qualquer pessoa aproximar as mãos a uma criança recém-nascida, ela vai se **defender**, ela vai se **virar**, ela vai **piscar** os olhos, ela já vai se **defender** por instinto. E **descobriram** também o seguinte, a ciência: o único instinto que se **aproxima**, em sua força, do instinto da sobrevivência **é** o instinto da maternidade. **É** o materno. Então, quando uma mulher **faz** um aborto, ela **rompe** com estruturas hormonais, com a preparação que... E não **sou** **eu** que sou doutor nisso; aqui **está** cheio de gente que **é** doutor nisso e **sabe** muito da biologia humana, como o corpo da mulher se **modifica** estrutural, psicologicamente para **receber** uma vida nova. E aquilo **é** rompido, como se **fosse** uma coisinha qualquer. "Fui **trocar** de roupa: **matei** uma criança". E desequilibra totalmente a mulher. Algumas não **sentirão** de imediato. Essas que **dizem** aí, eu vejo falar: "Ah, vou lá **pagar**, numa clínica que **tem** todos os recursos". Isso vai **resolver** o problema? Por que **está** limpinha?

discurso direto
diminuindo os movimentos

discurso direto
motivo de adotar
sentiu o prazer
sabera a criança
agora pode falar
como uma mãe

instinto da sobrevivência
instinto materno

discurso direto

elas mulheres decidem

movimentos

Jolúzia (05/05): **A favor**
E **nós** estamos **falando** de mulheres que **decidiram** **interromper** a gravidez. Elas **decidiram**. Quando se **chega** no serviço de atendimento, no SUS, o processo já **está** encaminhado. **E** a gente **tá** falando sobre o direito de **minimizar** o sofrimento, e sobretudo a morte, **porque** com o acirramento dessa criminalização, **nós** **sabemos** que toda a rede que **prestava** esse serviço clandestino, sim, **é** verdade, **caiu** nas mãos de criminosos que, além de tudo, **aproveitam** também para **fazer** aquela parte da... toda perspectiva do tráfico de órgãos. E, **por** isso, as mulheres estão **sofrendo** de forma violenta.

Fernanda Rosas:

professora

Porque eu vou te **falar** uma coisa: **Eu** **sofri**, durante a minha gestação, todas as violências que **você** possa **imaginar**, mas **optei** por **ter** esse filho. **Eu** **descobri** que estava grávida com uma semana. **Eu** **poderia** **ter** e **tenho** todo acesso a **pegar** um avião e **ir** para a China, pro Japão, para onde for para **fazer** um procedimento abortivo, mas não **fiz**. **Decidi** **ter**. **Mas** não tenho amparo nenhum da sociedade. Muito pelo contrário, **você** criminalizam essas mulheres: **engravidou** por causa da pensão, **engravidou** por causa daquilo, **engravidou** por **tá** **uma** **identificação**

aditivo
explicativo

diminuição

~~contra~~ A favor

certa vitória
adverativa

certo ressentimento

Pró viola

M4

lugar de valor dos não favorecidos

Metáfora de guerra

causa daquilo, engravidou porque... O erro é só dela e todas as razões é só dessa mulher. Agora, o que vocês **querem**, né? (Porque eu **vejo** homens falando tão fielmente forte contra o aborto, tão fielmente forte contra... a favor da vida, mas eu **não vejo** nenhum dos senhores nas trincheiras da vida) falando "você **tem** que **assumir** sua responsabilidade de pai", "você **tem** que **assumir**", "você vai **ser** preso não porque deixou de **pagar** a pensão, mas sim porque não deu afeto". Por que **essas pessoas** não são criminalizadas? Por que a mulher ela tem que **ser** presa, **ficar** três, seis meses presa?

identificação

Conta

homens

Aborto só pensam pq não há

A gente é elas "mulheres que abortam"

Fernanda Oliveira: Se **houvesse** políticas públicas de amparo e de assistência anterior, **milhares de mulheres** não **pensariam** em abortar, porque, como a gente **sabe**, as mulheres não **querem** abortar simplesmente porque **querem** abortar, porque **dói**, porque **machuca** e porque **fere** não só a questão física, mas a emocional. Então a pessoa **morre** quando ela **aborta** pro resto da vida, porque ela **vai levando** isso dentro de si. E ela **carrega** consigo pelo resto da sua vida a culpa.

Motivos p/ não abortar

metáfora de caminho (porque não?)

Nós incluímos

Conta

Unicidade

voz passiva

João Rodarte Rosa: E que Maria Santíssima, com 15 anos, quando **foi anunciada** que **seria** mãe, num processo dito milagroso, num país onde a **mulher** era apedrejada, **seria** morta, assassinada de forma cruel, ela **disse** sim à vida, **enfrentando** na todas as dificuldades. Que **Maria** possa **estar** **conosco**, principalmente com aqueles que equivocadamente **defendem** a legalização do aborto.

Maria = Mulher Passiva ou ponto de dificuldades quem libera Maria?

Os que defendem precisam mais Maria de se sensibilizar

Hermes Rodrigues Nery: Conta

Ativo

Metáfora de guerra

Crises de um amigo que vive por combates

A própria IPPF **acatou** as ideias básicas contidas no trabalho de Kingsley Davis, depois, a orientação geral de todas as agências envolvidas com planejamento familiar, demografia e aborto **passaram** a seguir cada vez mais ostensivamente as linhas gerais das recomendações de Kingsley Davis. Seria preciso para ele, então, **influir** na **consciência** **manipular** as consciências, **coloniza**-las ideologicamente, **neutralizando** as **resistências** a essa agenda que **insiste** no aborto provocado como um dos meios mais seguros de **controlar** a reprodução e **garantir** não apenas a **redução** dos índices de natalidade, como também a **pulverização** e **atomização** da própria **estrutura familiar**. Foi, então, preciso responder à questão: por que **as mulheres** **desejam** tanto filhos, e como se pode **influir** sobre esse desejo? Isso não **era** só uma questão tecnológica. A tarefa do controle populacional, então, **se torna** simplesmente a invenção de um instrumento que **seja** aceitável. Então, Sr. Presidente, a **cultura da morte** passou a **ser** também uma política de educação

Cultura da morte influi as consciências as resistências índices de natalidade estrutura familiar

Meta: influir sobre o desejo das mulheres se tornarem mães

Gollop:

A favor

Grupos Relativistas

E é isso que está em jogo. E sobre isto que **nós** estamos falando: sobre morte de mulheres em condições péssimas de atendimento, porque elas não **têm** condições de **ter** o filho naquele momento. E é este o ponto: nenhum **homem**, ninguém, é capaz de **decidir** por uma mulher **ter** um filho, porque filho, minha gente, é um projeto de vida, é um projeto afetivo.

emocional

Mulheres morrem pelo próximo atendimento pq não têm condições de ter o filho

homem = incapaz de decidir pela mulher filho = projeto de vida afetivo

Lenise Garcia: + Gollop

→ empregada, paciente, amante, filha

Mulher: 70% parreira é colocada, precisa ser ajudada quando a abortar

maternal: prop. var. de cara, com p. de conversão, sóse que matou, não = mulheres mais ad. var. de p. mais imp. var.

textos históricos que colocam o aborto como seleção fora do comentário

Então, a mulher é colocada muitas vezes em uma situação em que essa escolha não é real. Essa mulher precisa ser ajudada a não fazer o aborto, e não que se facilite para ela que realize o aborto e se facilite para ele simplesmente ignore a situação daquela criança que ele gerou. Então, muitas vezes o aborto é forçado pelo amante, o homem, que é casado e que não quer que saibam que ele engravidou uma outra mulher e vai obrigar... Eu conheço mulheres que fugiram de casa para poder ter esse filho, e, muitas vezes, se não conseguiram isso, foram forçadas pelo homem a abortar. Então, é todo um submundo que está aqui. É muito simples dizer que é escolha da mulher, mas essa não é a realidade. Oitenta por cento das vezes é o homem - o que paga, o que leva e depois some. Ficar lá na hora, fazendo o aborto junto, isso ele não faz não! Então, vamos pensar o que nós, mulheres, realmente desejamos, se é esse tipo de imposição. Muitas vezes, é o patrão que não aceita que aquela empregada tenha um filho, não é o momento de ter filho! Muitas vezes é o próprio médico que, em situações, por exemplo, em que a criança tem uma anomalia, já quer induzir a que a mulher faça o aborto. E a mulher que carrega as consequências porque ela sabe que matou um filho.

se troça da criança
Rafael
Medico
homem casado amante
alguém que some
não fica pra fora o pai
ignora o que quer
maternal

metáfora da mulher consumida o fetiche

Lia Zanota A favor
Então, a escolha da mulher é uma escolha difícil. Não é uma escolha qualquer, fútil, como alguém que vai às compras e compra isto ou aquilo, uma bolsa amarela ou uma bolsa verde. Não tem nada a ver com isso! Está em jogo a vida dessa mulher. Está em jogo o projeto de vida. Está em jogo se ela sabe que vai poder dar condições de vida ao futuro filho ou se terá de esperar uma próxima. Com certeza, a escolha é toda defesa do feminismo e a questão de gênero é uma defesa no sentido de se entender que a escolha da mulher se faz em condições e circunstâncias completamente diferentes para cada um. Portanto, o que nós queremos que as mulheres possam vir a ter essa escolha e que não que sejam obrigadas, sequer a abortar ou sequer a não abortar. Elas não podem ser obrigadas a algo assim. Elas têm condições de pensar e analisar as suas circunstâncias. E é isso que nós queremos.

comuns exclusivos
Escolta individual

metáfora de cruz
Realidade marginal
Nós ≠ elas
diferentes
parceiros
crianças
homens

história na parte nichada de maternidade status superior
parturientes +
abortos +
maternidade
status inferior

Sandra Valongueiro: A favor
Esse gráfico, ele mostra quais foram as dificuldades institucionais. Ou seja, depois que essas mulheres chegaram ao serviço, por que que elas tiveram dificuldade de ser atendida? Elas, 45% esperou muito para ser atendida; 27%, as parturientes passaram primeiro, passaram na frente. Mesmo que elas estivessem sangrando que elas estivessem com dor, independentemente de como elas estivessem, parturiente passa na frente. É como se a gestante, no serviço de saúde, ela tivesse um status superior às mulheres em abortamento, mesmo que as mulheres em abortamento estejam mais graves e mesmo que as mulheres em trabalho de parto, seja um trabalho de parto inicial. Então, assim, 19% aguardou vaga, porque não tinha vaga, porque, como a gestante passou primeiro, a vaga passa a ser negociada. E outras dificuldades. O que que elas disseram? Que ser preta foi um fator que explicou a dificuldade no acesso ao serviço.

Eleutéria Amora: A favor
Sou mãe de três filhas e também vou ser avó. E a minha filha teve a possibilidade da escolha, de ter uma filha, mas ela pode escolher, porque ela tem uma profissão, porque ela trabalha, porque ela está em condições. E a gravidez pode ser indesejada em qualquer

Ela = mãe avó
Possui legitimidade

prop. sua (parricidas)
trabalho (emprego formal)
condições (financeiras?)

problema de definição / engravidar MG

momento da vida ^{continua condicional Aditiva} não só com adolescente. Em qualquer momento, ^{mulheres} nós podemos não querer, naquele momento, dar continuidade àquela gravidez. ^{Adescente pode não decidir e todos os outros → ideia da adolescente irresponsável}

Cíntia Barenho: **A favor**

Nós mulheres não somos subalternas. Temos, sim, ^{metáfora de tripotério} capacidade plena de pensar e de decidir sobre os nossos corpos, de escolher os rumos da nossa vida. A maternidade não pode ser uma imposição. A sociedade patriarcal tem nos negado a autonomia sobre os nossos corpos e a nossa sexualidade e nos tratando como meras reprodutoras do sistema.

Nós exclusivas
Não subalternas
Com capacidade
de pensar
decidir
reproduzir

Maternidade não
pode ser impositiva
Sociedade patriarcal
nega autonomia
trata como meras
reprodutoras

Ana Liés: **A favor**

Agora, eu quero contribuir mesmo aqui, colocar que, ao lado da percepção importante de que o aborto é uma questão de saúde, o aborto se coloca quando aparece uma gravidez não desejada. Então, é a perspectiva de um filho não desejado.

Feliciano: **Contra**

[Eu vou deixar a questão da religião de lado, eu vim aqui pra dar um testemunho: Eu nasci com oito buracos na minha cabeça, feitos pela agulha de tricô da minha mãe. Minha mãe tinha uma clínica de aborto clandestina. O País todo sabe disso. Quando houve aquele tumulto com a minha vida, foram investigar a minha história, e minha mãe deu depoimentos à Folha de S. Paulo e ao O Estado de S. Paulo. Só eu sei o que eu gasto por mês com minha mãe com tratamento psicológico. Só eu sei o que eu gasto por mês com minha mãe com tratamento psicológico. A D^a Lúcia fuma, hoje, cerca de 60 cigarros por dia. O remédio controlado que ela toma, se ela não tomar, ela passa dias e noites em claro. Ela tem uma síndrome chamada Crise de Ausência. Uma vez levando ela ao psicólogo, o psicólogo disse que isso é resultado de uma série de fatores, de traumas, etc e tal. Sou filho de uma mãe solteira, de um pai que não reconheceu a minha paternidade. Nasci, então, como fruto de um aborto malfeito. Venci na vida. Venci eu, venceu minha mãe. Sou apaixonado por ela, ela é a minha heroína. E hoje, quando, às vezes, eu converso com ela, ela chora dizendo que, se ela pudesse, não teria, nunca, tentado praticar este crime.

leitura
médica

Mãe identificada
em momentos
históricos
que a mãe toma
- vence
quando ele perde

aborto = questão
de S.P.
Atorativo (se coloca)
gravidades
Parricida

Uma e repete
na história da
mãe p/ sentir
gostar de
querer castigo
discurso indireto
do psicólogo

Por isso
causa
quando ele vence
a mãe vence

Thomaz Gollop: **A favor**

As mulheres não abortam por conta de que o amante, o patrão, o namorado... Elas não são mandadas pelos homens. Elas têm exatamente a mesma capacidade intelectual que os homens. E ter filhos é um projeto de vida para as pessoas. Dura décadas, se bem executado.

Bernardo Graz: **Contra**

Eu vou dizer uma verdade. A partir de dados científicos, a psiquiatria alemã, a psiquiatria italiana e os dados da Inglaterra também - eu, psiquiatra antes de ser padre - demonstram como o trauma do aborto é pior do que o trauma do estupro, e as mulheres que engravidaram por causa de estupro e depois abortaram tiveram o seu trauma fixado pelo estupro. (...) A gravidez não é obrigatória. Nós devemos escolher antes da relação. E o fato de pedir às mulheres que engravidaram, (até por violência sexual) de manter a vida daquele ser humano não vai contra os direitos da mulher. Tanto é verdade que - até a Igreja reconhece isso - freiras estupradas foram... escolheram continuar com a gravidez. Continuaram todas com a gravidez, sim. Escolheram continuar com a criança e deixar a

Aborto > Estupro

Prônimo elativo
condicional

→ qualis Thompson
→ se identifica
p/ ter legitimidade

fala apenas
das mulheres
estupradas
e
as contrastar
com a imagem
de freiras
estupradas

Quem? Símbolo de mulher casta

vida religiosa ou dar a criança em adoção, e não matá-la, porque o projeto delas não era serem mães. Mulher estuprada tem todo o direito de não querer ser mãe, mas não tem o direito de tirar uma outra vida, que é uma vida humana.

Sônia Correa:

A favor

Compassiva

A perspectiva feminista, que é a minha, que reivindica o direito de decisão reprodutiva das mulheres, repudia, de maneira forte, as leis e políticas do aborto compulsório, assim como também medidas estatais que coagem as mulheres à procriação compulsória, de que o exemplo mais recente é o caso da Romênia, durante o regime Ceausescu. É preciso reiterar sistematicamente esse repúdio quanto a ambas manifestações da coerção reprodutiva porque no debate sobre aborto ouvimos muitas vezes - e ouvimos aqui hoje de novo - a tese segundo a qual a nossa defesa do aborto teria um objetivo impositivo.

Débora Diniz:

A favor

Não tem tu, nem eu. Só ela e ele

Ignorar que o aborto é uma necessidade de saúde da mulher comum, portanto, típica da vida reprodutiva das mulheres, é preciso espetacularizar o debate político por espectros da mulher comum. "Ela é uma mulher inconsequente [dizem eles], irresponsável, de sexualidade frívola!", cujas duas representantes são as que eu acabo de mencionar, a adolescente e a profissional do sexo.

Viviane Petinelli:

Exclusivo

Só as mesmas? Aditivo

Contra

Castigo

Ataque coletivo

Advertir as mulheres para um futuro. O filho vai ser sabido

As próprias mulheres que abortam e defendem o aborto vão, elas mesmas, vão colher essas consequências, porque nós estamos falando daqui a 30 anos. Então, a mulher que aborta hoje é a mesma mulher que vai sofrer com o sistema previdenciário deficitário, sem assistência; é ela mesma que, na sua idade avançada, vai colher essas consequências. Nós não estamos falando do filho que não nasceu. É de nós mesmas que abortamos. Nós mesmas é que vamos colher essas consequências. Então, terminando, o aborto e a sua legalização não trarão impactos positivos para a sociedade brasileira em nenhum aspecto. Em nenhum. Até porque como eu mencionei, o aborto ele não é o problema. Nós precisamos lidar com o problema. O problema é a gravidez indesejada. Então vamos na gravidez indesejada. Como? Planejamento familiar, educação sexual. Vamos ensinar às nossas adolescentes, vamos ensinar às nossas jovens e, além disso... as pessoas que a professora Débora citou, por que não? as que foram entrevistadas -, por que elas não receberam uma assistência psicológica? Elas não precisariam abortar. Por que não levar a gravidez e doar o seu filho para a adoção? Nós temos saídas que trarão benefícios, não prejudicarão social e economicamente o nosso País e lidarão com o problema de fato, que é a gravidez indesejada. O aborto é uma consequência; ele não é o problema.

ela menciona

Soluções

Adolescentes e jovens precisam ser educados para acabar o problema

Contra

Benefícios = não prejudicar social e economicamente o país.

Padre Paulo Ricardo:

Eu gostaria de acrescentar aqui algumas notas de rodapé para a gente entender o que está acontecendo com o mundo, porque o mundo, até a década de 1960, era um mundo totalmente contrário ao aborto. De repente, na década de 1960, eclode essa vontade de legalizar o aborto. Por que que isso aconteceu? Isso aconteceu por acaso? Como colocava a Drª Sônia Corrêa, é por acaso uma questão de mudança histórica. Simplesmente a história amadureceu. Antes, tínhamos a menoridade, as mulheres não eram cidadãs. Agora, são cidadãs; então, pronto: todo mundo acordou, e agora se pode realizar o aborto.

Conversa com a filha sobre a adoção

Interdiscurso:

Sônia tem pós em Antropologia e ele diz que antropólogos e sociólogos estão fazendo uma engenharia social

Na realidade, nós estamos diante de uma coisa chamada engenharia social. Eu afirmo e, como quem afirma tem o ônus de provar isso, eu gostaria aqui de fazer um sincero convite a todas as feministas que estão aqui presentes e às pessoas que defendem o aborto que analisassem os fatos. Porque eu temo que vocês estejam sendo manipuladas. Temo e não somente temo, como acho que talvez, tenho certeza, e seria bom até que vocês, considerando esses fatos, passassem para o nosso lado.

Explicativa

Exclusivos?

Passiva

metáfora

Feministas e defensoras do aborto = manipuladas

Marcia Tiburi: A porra

Metáfora de máquina

Condicionais

antes tinha

Há fatores político-econômicos [em jogo] em torno dos quais [riscamos com o giz da demagogia um círculo cínico em torno do problema do aborto] [Julgamentos morais cruéis] contra mulheres transformam o aborto em metáfora do mal, fazendo funcionar uma máquina destrutiva do reconhecimento do lugar das mulheres, de sua alteridade, da autonomia sobre suas vidas e corpos e uma máquina que funciona contra o desejo e as necessidades das mulheres quando se trata de gestação, maternidade, saúde emocional, física e social. O direito de decidir é a nossa questão, porque de fato, já decidimos. Decidimos todos os dias há milênios. Meu interesse é, portanto, contribuir para que se devolva às mulheres a discussão e a decisão sobre a questão do aborto, decisão que se toma todos os dias quando se fica grávida e se é obrigada a optar pelo aborto em condições clandestinas, ilegais e fisicamente inseguras

metáfora de esada

Mulheres arrastadas e expostas do outro

Passiva

Evandro Gussi: Contra

Mulheres sem tarefas

Natureza ou Deus?

Quem construiu o corpo feminino essencialmente distinto do corpo masculino e deu a cada um determinadas funções. me impressiona, impressiona o fato de... imaginem que alguém... Ouvi certa vez isto: imaginem que alguém construiu uma chave no Japão e construiu uma fechadura no Chile e, misteriosamente, elas se encaixassem perfeitamente. É uma analogia simplória, eu reconheço, para a distinção sexual humana. Perceber essa questão óbvia, natural - é vou para a minha conclusão, Sr. Senador -, perceber essa questão óbvia e as suas consequências óbvias, que, naturalmente, verificadas determinadas circunstâncias, permitem o nascimento da vida humana, permitem o nascimento de alguém, e não de algo, e o dia em que essa distinção de fato for consolidada, como alguns pretendem, eu temo pelo futuro da humanidade. Não perceber a naturalidade disso... Desculpem, quem criou a mulher apta e totalmente performada para a maternidade... Desculpem, a história mostra o quanto a maternidade realiza a alma e o corpo feminino, o quanto as mulheres são transformadas, conseguem transcender a si mesmas quando tem uma tarefa a realizar, quando tem alguém para amar de maneira... (Vou concluir em segundos) Quem construiu isso não fui eu, não foi o Senado Federal, não foi a Câmara dos Deputados, tampouco foi algum Papa. Foi a natureza e, diante dela, eu me curvarei. É como Deputado, antes de servir a ideologias ou a outra coisa, tenho olhos, ouvidos, sentidos e racionalidade que me permitem compreender que as coisas sob o sol não acontecem por acaso, mas fruto de uma racionalidade e suas consequências.

Aditivo

Constrói idêntica sobre construídas que na

A culpa não é do parlamentar e nem do Ique

Antes de ser deputado e ser com órgãos, sentidos e racionalidade

Feliciano: Contra

Mulher: sempre passiva

A Universidade de Cambridge [se não me falha a memória] na Inglaterra, chegaram a um estudo muito interessante. [Deputado Evandro] A universidade chegou à conclusão de que o trauma deixado por um aborto em uma mulher é infinitamente maior do que o trauma deixado por uma mulher... em uma mulher que foi estuprada. Isso é estudo. E não é estudo

Conjunções subordinativas comparativas

trauma aborto > trauma estupro

M9

Estudo de ingles > estudo de brasileiros

aborto = crime desqualif. contra a vida atentado - contra a

Nos inclusive
Conformidade

que pessoas?

Universidade?

de brasileiro. É estudo de ingleses, que, seguramente, a deles é um pouquinho melhor que a nossa - pelo menos é assim que as pessoas pensam. O aborto é um crime desqualificado, um crime contra a vida, um atentado contra um ser. O art. 5º da Constituição protege a vida como um bem que não pode jamais ser tocado, independente de credo, de religião, do que quer que seja. A falácia do argumento dos abortistas é que eles não compreendem, de fato, o que é a vida. (...)

Jean Willys:

Discurso acadêmico

Agora, independentemente da dominação masculina, das leis que criminalizam o aborto, de um Estado que não assegura as mulheres que querem interromper uma gravidez indesejada de maneira segura, um Estado que não assegura isso a elas (apesar disso tudo, as mulheres continuam praticando aborto. Gostem ou não, sejam contra ou não, as mulheres continuam praticando aborto. E, segundo uma pesquisa da UnB, feita recentemente, o perfil dessa mulher é de uma mulher casada, religiosa e excelente mãe. Ou seja, é... (a palavra está comigo) apesar das declarações, exortações a favor da vida, contrários às reivindicações das mulheres, as mulheres continuam praticando o aborto, gostem ou não.

os homens, religiosos, não as declarações e exortações pro-vida

Cracas subordinada retributiva ou explicativa?

base científica (mas não sabe até onde que era da DeBora Piriz)

Reforça o argumento

"o Estado que não assegura" 2x
"As mulheres continuam praticando aborto" 3x
"gostem ou não" 2x
Intercala

Vida ou Morte

Magno Malta (05/05) *contra*

(...) Agradeço às diversas organizações, ONG's, militantes da vida, os pro-vida e os não-vida também que vieram. Numa sociedade você tem a pluralidade... é... e numa democracia, penso na democracia porque a democracia é um termo que acabou coroando o que eu vou dizer, mas é da vida. (...) *Democracia = vida*

Receptor (+u)

Eu = orações verbais

Elizabeth Kipman: *contra*

Usa o exemplo de um herico ateu para embasar seu argumento e parecer imparcial e partir de um ponto de vista inclusivo

"O princípio da sacralidade da vida não é secundário nem marginal". Repito, ele se diz ateu, diz que se Deus existe ele esperaria que os homens fizessem melhor que Deus e ele é totalmente a favor da escolha. Mas ele diz, essa questão do aborto coloca em questão uma escolha de civilização. Eu acho que é isso que nós temos que conversar hoje. Qual civilização nós queremos? É uma escolha de civilização a difusão daquela mentalidade antevida. O aborto torna visível, de forma dramática o divisor de águas entre a ética da sacralidade da vida e a ética da qualidade."

Autoridade

Usa o discurso de direito quando o autor indireto para identificar o ateu

Henrique Batista e Silva: *A favor*

Nós exclusivos CFM

"Voltando a dizer que nós não aprofundamos a questão do debate do aborto, como foi dito no início, nós não decidimos favorável ao abortamento. O que nós decidimos foi o seguinte: nós defendemos a autonomia da mulher, a vontade da mulher. Há dois princípios que estão em conflito: o princípio do direito da vida, que está no artigo V da nossa Constituição e o princípio da autonomia, que também está no artigo VI, também da nossa Constituição. Além dos artigos que prescrevem e orientam a nossa prática médica no sistema único de saúde que vai do 196 ao 200 da nossa Constituição Magna. Então, o Conselho Federal defende a autonomia da vontade, entre essa questão do conflito de dois direitos."

Nós inclusivos

Isabela Mantovani: *contra*

Discurso direto para se referir às pessoas

É isso o que acontece com uma sociedade que legaliza o aborto: o aborto passa a ser mais um método contraceptivo. Eu engravido, eu aborto. Eu engravido, eu aborto. É isso que acontece, o aborto, ele se enraíza na cultura da sociedade tanto que, isso não sou eu que tô falando, isso são os dados. É a gente olhar para a realidade. Lá na Inglaterra, o maior número da prática do aborto foi entre as adolescentes, porque as adolescentes não participaram da discussão. Elas nasceram num mundo onde se mata crianças. Elas nasceram num país que se habituou a assassinar crianças dentro do ventre das mães. Então elas fazem isso. Foi o grupo que teve o maior número de abortos.

ambas escolhas conscientes

Eu se exclui da responsabilidade País estorpeço como referência

Cláudio Fonteles: *contra*

Ator exclusivo

Que sociedade nós queremos construir neste País? Uma sociedade humanista, dos valores maiores do amor, da solidariedade, da acolhida, da doação ou uma sociedade "empiricofuncionalista" da relação custo/benefício? Então, querido colega Henrique, será que a autonomia da vontade de um ato irresponsável, que a própria vontade admite como tal, autoriza matar uma vida? Isso o Conselho Federal de Medicina deveria refletir. Todos nós deveríamos refletir. Será que um ato de irresponsabilidade autoriza que se mata uma vida nascente?

Elas = adolescentes Participaram da reunião Matam crianças pq tiveram má decisão

Ator exclusivo Supressão

Pergunta retórica

Eliane Oliveira:

Eu = porta voz e guardião do bebê

Bebê = Ator passivo de autonomia diminuída
N foi concebido
Criança inverte
Nós pode se defender

Eu vou, nesse momento, falar pelo bebê, porque até agora não foi lembrado, de fato, que ele tem uma autonomia diminuída e que a relação entre o pai, a mãe e o bebê é de responsabilidade. Não é de direito. Então, o abortamento, ele mata uma criança inocente, que não pode se defender. É uma violência devastadora com relação à mulher

Luis Bassuma: *Contra*

Eu quero, agora, aqui, também fazer um pouquinho de poesia, já que o Cláudio Fonteles fez a sua. Uma muito conhecida de nós que é do grande poeta Mário Quintana. Mario Quintana, num momento de inspiração, ele disse: "o aborto não é, como dizem, um simples assassinato. É, na realidade, o maior de todos os roubos. Ao triste nascituro rouba-se-lhe não apenas a vida, mas rouba-se-lhe seus sonhos, suas esperanças, suas experiências. É o maior de todos os roubos possíveis. Rouba-se-lhe a lua, o céu e as estrelas. (...)" *Tenta convencer*

Allan Araújo: *Contra*

Então, nosso movimento ele traz no seu nome já o seu objetivo. O grande objetivo seria nós termos um país sem aborto, independentemente de leis, né, que as pessoas pudessem realmente estar convencidas da valorização da vida, da defesa da vida e no respeito a essa vida.

Uso inclusivo
Elas = Nós está convencidos da valorização de vida e respeito
Uso passivo

João Rodarte Rosa: *Contra*

E, Senador, o senhor disse que quem vota são os políticos. Nós lembramos que infelizmente os ideais da Revolução Francesa ainda não foram implantados em nenhum país do mundo. Que era primeiro igualdade, depois fraternidade e depois liberdade. Aqui queremos fazer o contrário: implantar liberdade total para a promiscuidade, para o sexo irresponsável, antes da fraternidade e antes da igualdade, que se chamam justiça. Então, se querem legalizar o aborto, vamos pelo menos, junto com a lei da legalização, fazer justiça e igualdade. Que o filho que nasce, que a sua mãe o atrapalhar na sua carreira, que o perturbar em qualquer motivo, que ele possa assassinar a sua mãe da mesma forma que a lei permitirá a ela assassinar o seu filho através da lei do aborto. Então, se querem legalizar o aborto, justiça, a primeira bandeira da Revolução Francesa: igualdade. Se a mãe pode matar, o filho também a possa matar.

Hermes Rodrigues Nery:

Conforme São João Paulo II expôs na sua memorável Encíclica Evangelium Vitae, dizendo que há um combate de mentalidades, cujo drama tem-se agudizado em nossos dias, um conflito entre a cultura da morte e a cultura da vida. Existe uma crise profunda da cultura, uma conjura contra a vida, com circunstâncias dramáticas e terríficas, que tornam por vezes exigentes até o heroísmo, as opções de defesa e promoção da vida. A vida humana tem um valor sagrado, que deve ser respeitado e salvaguardado, em todas as circunstâncias, desde a concepção até a morte natural. A questão do aborto é a ponta do iceberg. Sabemos que há um holocausto silencioso, vitimando milhares de seres humanos, a cada dia, em todas as partes do Planeta: vidas ceifadas ainda no ventre

Metáfora
Hitler exemplo natural
voz passiva do mal

Processo da Revolução Francesa
Exclusivo
Elas = identificação relacional mãe / seu / ela

Promiscuidade

Ator excluído

Ator excluído

materno, do modo mais cruento e doloroso, pois o inimigo de Deus tem sede do sangue inocente.

Lenise Garcia:

Eu ≠ Ela

Conta
Tem nos colocado como se essa escolha fosse ser mãe ou não ser mãe. Ela pode escolher, ela tem que pode escolher se ela vai ser mãe ou não vai ser mãe. Eu concordo plenamente que essa é uma escolha da mulher antes de ficar grávida. Ela pode escolher entre ser mãe e não ser mãe, porque, depois que fica grávida, ela escolhe entre ter um filho vivo e ter um filho morto. É essa a escolha que, de fato, o aborto coloca para as mulheres.

Simboliza, manuseia, identifica característica a mulher

Lia Zanota:

a favor

Então, o princípio jurídico ocidental é a ponderação. Há um bem jurídico em jogo, e este bem jurídico em jogo deve ser ponderado. O bem jurídico é vida humana, mas uma vida humana já feita, relacional, em circunstâncias específicas, e uma vida que pode vir a se transformar em pessoa. Então, é isto. Não há um assassinato de fetos. Não há. As vezes, de zigotos, porque, pelo que se fala, o blastocisto vale mais do que uma mulher. O zigoto vale mais do que uma mulher. Será que poderemos ponderar que o blastocisto e o zigoto valem mais do que uma mulher? Então é por isso, que eu acho importante manter a diferenciação entre a formação da vida em seus vários momentos e a vida plena das mulheres existentes, que elas teriam que, para levar a termo uma gravidez, em determinada circunstância, dizer: "eu morro aqui".

de discurso indireto

"discurso direto"

Rubenita Lessa:

Conta

Eu = ... Nordeste (direito de falar em nome do Nordeste das mulheres)

Eu costumo dizer? que os que se dizem defensores de direitos humanos não podem, não podem sustentar que são dos direitos humanos se são incapazes de defender o direito humano mais essencial, que é da pessoa em formação ter direito à sua continuidade de projeto natural, natural biológico, de conclusão da sua formação. E que todos nós que aqui estamos um dia fomos esses bebês no ventre das nossas mães, um dia fomos esses fetos que querem matar, dizem eles, até a décima segunda (semana) de gestação. E, aqui, faço questão de dizer, como nordestina, que o Nordeste não quer aborto. Eu sou mulher e sou defensora das mulheres também. É por isso que digo: mulheres, vocês não são obrigadas a engravidar. O Brasil não obriga vocês a engravidarem. Existem métodos anticoncepcionais. Por que eles não são enfatizados? Quanto é que o SUS tem gastado com a prevenção das gravidezes? Colocam... inventaram até a camisinha feminina, porque não querem só imputarem ao homem a obrigação de não engravidar. A mulher também tem sua obrigação. A mulher tem direito à liberdade sexual, sim. Ela pode ter relação sexual com quem ela quiser.

Nós (Eu tu) fomos amparados no ventre das mães

homens ficam com toda a obrigação

fala direta - mente com as "outras" elas: não conhecem os métodos e dizem a liberdade sexual

Girão (28/05):

Conta

Existem milhares de argumentos religiosos, milhares de argumentos religiosos para defender a vida desde a concepção, fortíssimos, cada um deles, nós não precisamos de nenhum. A ciência hoje está ao lado da vida desde a concepção. Basta você avaliar os números com serenidade, com isenção e com verdade, que eu acho que é uma palavra-chave.

exclusivo = "só vida" tu para se conectar

Maria das Neves:

A favor qualidades que ele tem

Quero saudar todos e todas aquelas que participam deste momento, porque **acredito** **eu** que todas e todos que aqui **estamos defendemos** a vida. **Defendemos** a vida sob concepções diferentes, mas todos **defendemos** a vida. E já diziamos que, já dizia a Bíblia que todos **nós** **somos** iguais **perante** os olhos do Pai. E, nessa perspectiva, todos **nós** lutamos igualmente pela vida, pela vida de homens e mulheres e das **nossas** crianças. Por isso, **lutamos** contra a redução da maioridade penal e, por isso, **fazemos** um debate como esse, que **é** tão importante para os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. E **é**, **sobretudo**, uma questão de saúde pública no nosso País.

Com o "nós" forma plural e todos os participantes
 Nós inclusivo ou exclusivo?

→ meta fora de guerra
 Defender, lutar, debater

Nazareno: **contra**

Este texto Apoiar a gestante e responsabilizar o pai

Então, do ponto de vista jurídico, o princípio à vida **está** acima do da autonomia da vontade. E o aborto, como dito, **é** evitável, que a gravidez **é** evitável, exceto no caso de estupro, né, que o CPP já **contempla**. **Nós** **devemos** **é** **responsabilizar** para a mãe **poder** **gestar** — qual o problema? —, **dar** **apoio**, como o **estatuto** do nascituro que **eu** **brinco** com o Bassuma **é** o estatuto também da gestante, porque **apoia** a gestante, porque **responsabiliza** o pai e que **dá** todo o apoio para a **mulher**, que **deve** **ser** **apoiada**, sim, para que ela **não** **precise** **matar** uma criança, que **é** o problema do aborto.

A mulher apoiar da mãe mata crianças

Cíntia Barenho: **contra**

A prática clandestina **coloca** a vida e a saúde das mulheres em risco. **Fazer** um aborto, para a maioria das mulheres, **não** **é** um ato simples, ainda mais quando **tem** que **ser** na clandestinidade. As **mulheres** **convivem** com a prática silenciada por causa da vergonha, da culpabilização, da **humilhação** **é** do medo de serem criminalizadas.

Elas é a favor
 Eu depende vida das mulheres vida dos animais

Bassuma: **contra**

Esse assunto, Deputado Paim, **não** **tem** meio-termo. Na política, V. Ex^a que **é** **muito** **bom**, que **é** **um** **especialista**, **ótimo** em **buscar** um meio-termo, **perfeito**. Muitas vezes, **é** possível isso nesta Casa democrática. Esse assunto, Senador? Irreconciliável. **Tem** extremos que **não** **tem** acordo. **Sabe** por quê? **Nós** que **estamos** **defendendo** (em um minuto!... **Eu** **tenho** vinte segundos!) **Eu** **quero** usar meu tempo para **defender** a vida das mulheres do mundo, mas também **das** **crianças**, que **não** **podem** **morrer**. **É** irreconciliável isso! **Não** **tem** meio-termo! Quem **defende** a legalização do aborto **defende** **matar** crianças inocentes, assassinato hediondo. Então, isso, nunca **terá** **acordo**! **Eu** **espero** **ter** **salvado** a vida de alguma criança, já que a TV Senado **está** **transmitindo** isso nesses segundos em que falei!

Ana Liés: **contra**

Eu **quero** **contestar** este argumento falacioso de que **nós** **temos** vida humana na célula-ovo. Vida **nós** **temos** até no espermatozoide e no óvulo. O óvulo **não** **é** morto. O espermatozoide **não** **é** uma célula morta, **é** uma célula viva. Então, **há** mais de dois mil anos, os pré-socráticos já **diziam** que a realidade **é** o vir a ser, **é** transformação permanente. A semente de um carvalho **é** semente de um carvalho, **não** **é** o carvalho frondoso. Então... e mesmo **nós**, quando **nascemos**, ainda **não** **estamos** **prontos**. **Precisamos** de todos os cuidados para **continuarmos** a nos **desenvolver**, a **crescer** e a nos **tomarmos** um ser humano, **conquistar** a racionalidade, **conquistar** a sociabilidade e tudo mais. Então, quanto à questão de que a célula-ovo **é** a vida humana e ponto, **não**, porque a realidade **não** **é** cristalizada. Os pré-socráticos já **diziam** isto.

A vida = voz passiva
duas vidas = pagar criança
Honrar as pessoas
com de dentro de dentro

Feliciano:

Contra

A vida é um presente. Se você não acredita em Deus, ela é um presente da própria vida. A vida tem que ser defendida. O feto não é uma extensão do corpo humano, da mulher. A mulher não tem direito a ele, porque ela não fez sozinha, foi necessário que duas vidas fizessem tal criança. Então, fica aqui apenas uma apelo, para deixar isto aqui bem claro, que este debate nunca terá consenso nesta Casa nem em outra Casa que seja. A vida tem que ser defendida. E eu deixo aqui meus parabéns às pessoas que falaram com tanta paixão, porque o assunto desperta paixão. A vida tem que ser respeitada. O nosso País tem um problema, sim, Senador Paulo Paim. O país chamado Brasil tem um problema com a erotização precoce. No último mandato do Governo foram gastos R\$16 milhões com lubrificante para estímulo sexual da nossa população. É isto que funciona o nosso País. A televisão doutrina, as crianças são doutrinadas, o Nordeste, nós temos um sem-número de crianças que vivem à mercê da exploração sexual... Então, nós temos outra problemática no País, que não é essa. O que eu penso é que a vida dentro do ventre da mulher tem que ser protegida. Eu sinto muito se ela foi estuprada, se ela foi violentada, eu sinto muito, mas uma criança não pode pagar pelo crime cometido por sua mãe.

Explica o que é feto e mulher
voz passiva de um indivíduo
voz passiva
voz passiva
voz passiva

Kátia Batalha:

Contra

Como mãe, né, obrigada pela oportunidade, né, já que nós falamos tanto em democracia aqui... não venho fazer nenhum apelo emocional, nada disso. Apenas, como professora também de crianças, deu saudade dos meus alunos, porque quando eu expliquei para eles o que era fecundação, as crianças diziam: "puxa, que legal, então é um bebê?". Eu devia ter sido que era uma potencialidade de vida e tal. Acho que eu devo ter me equivocado, enfim. Eu quero saber se o meu filho também, que está aqui e ele tem apenas um ano e dez (meses), ele ainda está em formação, então eu quero saber se ele é um ser ou se ainda é uma potencialidade. Eu quero saber se alguém pode me explicar qual que é a diferença.

!!! -> Estupro
Construção da voz passiva para favorecer o crime.

Discurso amigável de falar

Discurso de fato
filho e alunos crianças

Kyle:

Contra

Por que vocês querem destruir a sua geração futura? Por que vocês querem destruir as pessoas que vão cuidar de vocês, que vão proteger o seu País? Para mim, isso não faz sentido nenhum. Para mim, é impressionante que as pessoas que são a favor do aborto, digam o que digam, porque... e falem de direitos humanos. Na minha mente, nós é que defendemos os direitos humanos. Nós que acreditamos na vida. A vida é um direito básico fundamental, primordial em tudo. Que vem antes de tudo.

Constrói uma ideia de ameaça de futuro

Nós (nos-vida)
tu = destrói
geração futura
pessoas que vão cuidar
pessoas que vão proteger
o país

Já não fala mais com eles. O tu se torn eles

Débora Diniz:

A favor

+ Isabela Mantovani

Do outro lado da frivolidade das mulheres está o embrião, estão os representantes de comunidades religiosas, esses personagens que representam os melhores cuidados às mulheres ou os interesses em conflito com uma mulher que deseja abortar. Os termos finais são de uma mulher inconsequente competendo um infanticídio. Eu peço aos senhores e senhoras uma tranquilidade para enfrentarmos esse debate: não estamos falando de infanticídio, estamos falando de embriões até as 12 primeiras semanas de desenvolvimento no útero de uma mulher.

certa ironia

Prepara seus pares

Nós exclusivo

Diego Garcia:

Contra

frivolidade das mulheres | embrião representantes religiosos = melhores cuidados às mulheres os interesses

Eu = brasileiros que defendem a vida maioria

fetos = inocentes sem assassinados gritam no silêncio

quiper = reivindicam direito n tem vergonha defendem PL

discurso incoerente

Eu Represento centenas de brasileiros e brasileiras que defendem a vida. Represento a maioria, a grande maioria deste País. Mas, naquela conferência, fui surpreendido por alguns grupos que reivindicavam o seu direito, alegando que tinham direito sobre o seu corpo. Mas esqueceram de citar o direito dos inocentes. Esqueceram de falar do direito daqueles que estão gritando no silêncio e morrendo sendo assassinados. Eu não consigo entender como essas pessoas não se enchem de vergonha, e não consegue ter vergonha na cara, vindo falar favoravelmente a essa proposta, a esse projeto de lei que defendem. E não sentem vergonha, vergonha do que aqui defendem.

Paulo Ricardo:

Contra Nós inclusivo

Agora, é importante a gente entender isso, e é importante a gente entender, - me desculpe, é... Drª Débora - que, com 12 semanas, não se trata de embrião, cientificamente é feto. E esse feto já tem cabeça, membros, tronco, órgãos; plenamente desenvolvido e não é uma bola de sangue. Não é uma bola de sangue; mas trata-se de um ser humano, com toda a clareza. Qualquer um que estude o desenvolvimento do ser humano no útero consegue enxergar isso.

Processo complexo - a mente pra menor que é uma percepção natural

Heloisa Helena:

Contra Exclusivo

Tentando se fazer entender diálio da obridade

Os mecanismos no livro e primário (adorar)

O que nós aqui estamos dizendo é que essa coisa maravilhosa que é a vida humana, não é imposição à mulher a cuidar e criar dos filhos, porque no Brasil existem mecanismos objetivos que não obrigam a mulher a amar e a criar. O que nós estamos discutindo é que nove meses na vida de uma mulher, se a gestação for a termo, elas não podem ser maiores do que a vida toda na existência que se encerra nessa célula belíssima e maravilhosa, independente de qual nome seja dado a ela, com código genético único, em toda a história da espécie, que é a vida humana intrauterina.

vida humana = coisa maravilhosa célula (vindo frondosa) - belíssima maravilha com código genético único

Dep. Flavinho:

Contra Eu concorda

Como a senhora dizia, acho muito importante também que não caiamos nem num extremismo e nem no outro. Temos que defender a vida e a vida ela está acima de tudo. Quero partir, apesar de não querer entrar na questão religiosa num primeiro momento, mas parto do que disse o próprio Jesus no Evangelho segundo São João, capítulo 10, versículo 10: "Eu vim para que tenham vida e vida em abundância!" Todos nós, desde uma criança que está no ventre até uma mãe, seja pobre, negra, rica, ou milionária, ou esposa de um deputado, ou esposa de um artista, seja quem for... a vida tem que ser plena para todos nós.

especifica o trecho da bíblia interpretamos seu local de pertença

discurso de direito

Feliciano:

Contra

mãe = ⊖ Pobre, negra, rica, milionária, esposa de um deputado, esposa de um artista ⊕

discurso protestante

Eu já falei para cerca de 90, 100 milhões de pessoas ao redor do nosso Planeta. E eu dei o testemunho da minha sobrevivência. Por Deus! Eu carrego hoje ainda traumas não meus, mas de uma senhora que tem, no alto dos seus 60 anos, que é a minha mãe, que até hoje não consegue conviver. Só eu sei quanto gasto com ela por mês pelo trauma deixado, não apenas pelo aborto que ela tentou fazer comigo, mas com os outros irmãos meus que não puderam nascer. E não apenas isso. Nós tínhamos no fundo da nossa casa uma clínica clandestina de aborto. E o País todo sabe disso. Minha mãe carrega sobre ombros dela o assassinato de mais de 150 bebês. Então, não falo de algo que ouvi falar,

nos países

Atm. rebelacional

Metáfora de penitência

até aqui a experiência do eu

atribuição de um inimigo
o outro lado dos discursos

eu falo de algo que eu vivo. Então, quando vejo pessoas, em nome da ciência, em nome do bem-estar da mulher, em nome do feminismo desacelerado, em nome de tudo que possa se pensar, falar que o assassinato de um bebê, ele tem que ser protegido pela lei, isso é absurdo, Sr. Presidente. É absurdo! Que essas pessoas coloquem a mão na sua consciência, todos aqui que aprovam o aborto até a 12ª semana sobreviveram. Então, é uma covardia falar em nome daqueles que não podem nem sequer vir ao mundo para poder se defender.

nascer = sobre viver (a uma ameaça)

A lei deve defender

Jean Willys:

aparece explicativo
não há nenhum audiência

Lá na Câmara dos Deputados, o Deputado João Campos, financiado pela indústria armamentista, deputado do PSDB do Goiás, financiado pela indústria armamentista, pastor evangélico, convocou uma audiência pública para falar sobre a cultura de morte. A cultura de morte no Brasil. E a cultura de morte no Brasil para ele se expressa na prática de aborto. Eu perguntei para ele: Deputado João Campos, que tal a gente ampliar a cultura de morte para a gente tratar, por exemplo, do extermínio da juventude negra e pobre nas periferias do Brasil, através das forças de segurança? Por que a gente não vai falar da cultura de morte, Deputado João Campos, sobre os linchamentos, que têm se multiplicado País a fora, em que as pessoas não dão às outras o direito à defesa? Por que a cultura de morte, Deputado João Campos, não está expressa... por que a cultura de morte está expressa na violência homofóbica, homolésbicatransfóbica não está no conjunto das suas preocupações? Se V. Ex.^a quiser, a gente amplia. Vamos ampliar, vamos falar da cultura de morte que se expressa de uma maneira geral. Aliás, uma cultura de morte. Deputado João Campos, que se expressa de maneira mais letal, que é a desigualdade social, a fome e a miséria. Me parece que vocês usam muito pouca energia para enfrentar essa cultura de morte e usam bastante energia para querer tutelar o corpo da mulher e decidir sobre a mulher, sobre a gravidez desejada ou não, entendeu?

Retorna a memória com discurso de lei

Victório Galli:

aparece explicativo
Cristão = defensor da vida

Assim que soube, corri para cá, porque eu sou um defensor da vida, e aquele... o feto tem direito à vida. O feto é independente, embora está no corpo da mãe, é independente da mãe, é uma outra vida, e nós não temos o direito de decidir por alguém que não tem direito de defesa, não tem como se defender. A vida, ela está presente no ato da fecundação e o crime que se faz em tirar a vida, em abortar, alguém é o mesmo que tirar a vida de um adulto. Numa certa ocasião, uma mãe procurou um médico para fazer aborto. O médico, obviamente cristão, disse a ela que seria um risco fazer o aborto e pediu, então, para que ela esperasse a criança nascer e, depois, ela trazia a criança para ele e ele, então, mataria a criança para ela, já que ela não queria ter a criança. Ai, ela disse para o médico: "Mas, médico, isso é um absurdo. Vou matar uma criança?" E o médico disse: "Que diferença faz matar uma criança depois de nascer ou no feto?" Só queria que vocês ficassem com essa reflexão. Juntos nós temos que defender a vida. Jesus Cristo veio ao mundo como doador da vida, o Pai da vida. Ele é a vida de todos nós. Jamais estarei aqui para defender morte, para defender alguém que defende morte. Eu defendo a vida em toda a sua circunstância.

anedota
intercala discurso direto e indireto

Eu = defensor da vida
feto tem direito a vida
logo, defendo a vida

age como professor